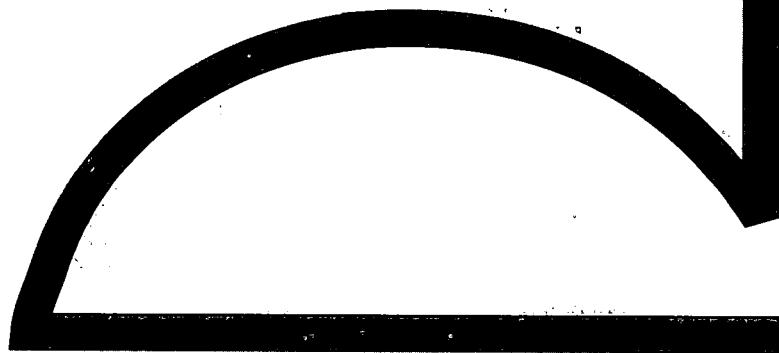


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



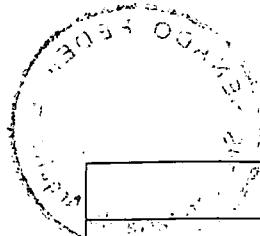
DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 061

SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1999

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO



10/11/95 - 01/12/95

MESA

Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Vago</i> <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>Vago</i> <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Lider <i>Romeu Tuma</i> Vice-Lideres <i>José Roberto Arruda</i> <i>Ramez Tebet</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Lider <i>Jader Barbalho</i> Vice-Lideres <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 16 Lider <i>Sérgio Machado</i> Vice-Lideres <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>
LIDERANÇA DO PFL - 21 Lider <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Lideres <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO - 14 Lider <i>Marina Silva</i> Vice-Lideres <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PPB – 3 Lider <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Lider <i>Vago</i>
		LIDERANÇA DO PTB – 1 Lider <i>Arlindo Porto</i>

(1) Reeletos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE

<i>Agaciel do Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETO LEGISLATIVO

Nº 29, de 1999, que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catuípe, Estado do Rio Grande do Sul.....	08685
Nº 30, de 1999, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.....	08685
Nº 31, de 1999, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.....	08685

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 39ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE ABRIL DE 1999

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de propostas de emenda à Constituição

Nº 34, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	08686
--	-------

Nº 35, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que acrescenta parágrafo ao art. 40 da Constituição Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	08688
---	-------

2.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a não-incidência de multas e juros de mora sobre atrasos no pagamento de débitos, nos casos que específica. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.	08690
--	-------

Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de disciplinar a utilização de motocicleta como veículo de transporte público individual de passageiros, na modalidade mototáxi. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	08691
--	-------

2.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 188, de 1999, de autoria da Senadora Heloisa Helena, solicitando a constituição de comissão composta por cinco senadores, com o objetivo de realizar diligências nos municípios visitados pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista <i>Veja</i> do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....	08693
---	-------

2.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/15, de 1999 (nº 54/99, na origem), de 15 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da versão do registro taquigráfico do julgamento do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 225759, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e III do art. 7º da referida lei ordinária (contagem de tempo de serviço para fins de anuênio e licença-prêmio por assiduidade). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.....	08694
---	-------

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADORA HELOISA HELENA – Registro de solenidade em comemoração ao aniversário do descobrimento do Brasil, ontem, em Ouro Preto.....	08694
--	-------

SENADOR EDUARDO SUPILY – Comentários a notícias veiculadas na imprensa, sobre a provável convocação dos Ministros Pedro Malan e Pedro Parente para depor na CPI do Sistema Financeiro.....

SENADOR BERNARDO CABRAL – Considerações ao pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy. Preocupação de S. Exª quanto à questão do saneamento ambiental.....

SENADOR GILVAM BORGES – Análise de estudo elaborado pela Superintendência da Sufrafa, sobre a Zona de Livre Comércio do Amapá e a Zona Franca de Manaus.....

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Reivindicações ao Poder Executivo para instalação de Escolas Agrotécnicas Federais no Estado de Roraima.....

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Críticas à atuação da Companhia Vale do Rio Doce no Estado do Pará.....

SENADORA MARINA SILVA – Defesa de projeto de lei de sua autoria que estimula a criação de reservas ambientais ou indígenas mediante a aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Estados.....

SENADOR LUIZ ESTEVÃO – Considerações sobre o conflito em Kosovo. Apelo à União para que se sensibilize com a questão da violência no Distrito Federal.....

SENADOR EDUARDO SUPILY – Regozijo pela assinatura de convênios entre o Ministério da Educação e Municípios que adotarem programas de renda mínima com base na Lei nº 9.533.....

2.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MAURO MIRANDA – Apelo para uma reforma política capaz de garantir a democracia, proteger a estabilidade econômica e impedir a pressão de grupos nefastos aos interesses nacionais.....

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Transcrição da matéria "Milhares de Teses esquecidas nas Estantes", publicada na **Revista Brasileira de Questões Estratégicas**, de janeiro/fevereiro, de 1999, sobre a difusão do conhecimento pelas universidades.....

SENADOR EDISON LOBÃO – Reflexões sobre os resultados do Congresso Internacional sobre Segurança Pública, realizado no final do ano passado, em Belo Horizonte.....

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 37ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 19 de abril de 1999 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....

08696

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.284, de 1999, referente ao servidor Nerione Nunes Cardoso Júnior. (Repúblicaçao)..... 08733

Nºs 1.315 à 1.327, de 1999..... 08734

Nº 1.328, de 1999, referente ao servidor Antonio Carlos Soares..... 08744

Nºs 1.329 e 1.330, de 1999..... 08745

Nº 1.331, de 1999, referente ao servidor Augusto Cesar Bittencourt Pires..... 08746

Nº 1.332, de 1999, referente ao servidor Vanderley Ferreira Nunes..... 08747

Nº 1.333, de 1999, referente ao servidor Elias de Andrade Reis..... 08748

Nº 1.334, de 1999, referente ao servidor Paulo Roberto Pereira Brandão..... 08748

Nº 1.335, de 1999, referente à servidora Dagmar Paraguassú Bastos..... 08749

Nº 1.336, de 1999, referente à servidora Cândida do Amaral Almeida..... 08749

Nº 1.337, de 1999, referente à servidora Denise Ferreira da Cruz..... 08750

Nº 1.338, de 1999, referente à servidora Vera Helena Nunes Franco..... 08750

Nº 1.339, de 1999, referente à servidora Carolina Maria Ribeiro Souza..... 08751

Nº 1.340, de 1999, referente à servidora Gi-seuda Alencar Pires da Silva..... 08751

Nº 1.341, de 1999, referente ao servidor Edmar Rodrigues de Almeida..... 08752

Nº 1.342, de 1999, referente ao servidor Nivaldo Pinto da Silva..... 08752

Nº 1.343, de 1999, referente ao servidor Osvaldo Paraguassú Lopes Filho..... 08753

Nº 1.344, de 1999, referente à servidora Debora Maria Aché Pillar..... 08753

Nº 1.345, de 1999, referente ao servidor Raimundo Nonato de Moura..... 08754

Nº 1.346, de 1999, referente ao servidor Fernando Luiz Varella..... 08754

Nº 1.347, de 1999, referente à servidora Olga Maria Pretti Haynes..... 08755

Nº 1.348, de 1999, referente ao servidor Antonio Gois Cella..... 08755

Nº 1.349, de 1999, referente à servidora Anna Thereza Ernanny Cabral..... 08756

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

08732

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catuípe, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de fevereiro de 1995, a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catuípe, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de janeiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 39^a Sessão Não Deliberativa em 22 de abril de 1999

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 51^a Legislatura

Presidência dos Srs.: Eduardo Suplicy, Gilvam Borges e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 10 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a Mesa, propostas de Emenda à Constituição que serão lidas pela Sra 1^a Secretaria em exercício, Senadora Heloisa Helena.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 1999

Altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os §§ 6º e 7º do art. 165, o inciso II do § 3º do art. 166 e o inciso I do art. 167 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 165.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de:

I – demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza econômica, tributária e creditícia;

II – demonstrativo circunstanciado das obras públicas inconclusas, com indicação das razões dessa condição.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, e a de garantir a conclusão de obras públicas iniciadas em exercícios financeiros anteriores.

....." (NR)

"Art. 166.

§ 3º

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
 - b) serviço da dívida;
 - c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e o Distrito Federal;
 - d) dotações para prosseguimento de execução na conclusão de obras públicas iniciadas em exercícios financeiros anteriores; ou
-" (NR)

"Art. 167.

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual ou a não-alocação de recursos aos que nela constaram, antes de sua conclusão. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A principal característica da Constituição Orçamentária de 1988 (parte da Constituição positiva que dispõe sobre os orçamentos) é o seu corte nitidamente parlamentarista, o que se justifica pela sua fonte de inspiração, a Constituição da Alemanha.

A consequência desse sistema híbrido tem sido alvo de críticas veementes. Um modelo parlamentarista de elaboração orçamentária inserido em um sistema presidencialista de governo necessita, para a garantia de sua funcionalidade, de ajuste fino quanto ao sistema de confecção da peça normativa orçamentária e da sua execução, o que não ocorre com o texto vigente.

Uma das mais graves distorções que se pode verificar é uma espécie de irresponsabilidade orçamentária. Para além da estrita limitação do art. 166, e da aplicação de alguns princípios orçamentários básicos, nada mais é tomado em conta quando da elaboração dessas leis, principalmente a orçamentá-

ria anual. A proposta do Executivo e o processo legislativo parecem ser realizados a partir da percepção isolada da peça orçamentária, de cada exercício financeiro e da realidade da administração pública nacional. A sensação é a de que cada orçamento anual rege uma realidade individualizada, sem qualquer laço com as leis orçamentárias passadas e futuras.

São frutos diretos dessa distorção as obras públicas inacabadas. O orçamento federal de determinado exercício aloca um expressivo montante de recursos para determinada obra pública, por isso tido como necessária; esses recursos são empregados nessa obra; constata-se a insuficiência da dotação; e a obra pública é abandonada, inconclusa!

É fácil ver que o emprego e a gestão de recursos públicos nessas obras somente é razoável e justificável se, deles sobrevier um benefício para o contribuinte, uma utilidade a sustentar o dispêndio, uma razão pública bastante para sustentar o desembolso de recursos financeiros que não são propriedade da pessoa do governante ou da formação momentânea do Parlamento, mas, antes e principalmente, são públicos, de origem na Nação brasileira, personalizada pelo contribuinte, e mesmo destino. Uma obra inconclusa gera múltiplos efeitos em sentido diametralmente oposto: não é utilizável, por não reunir condições de entrega ao uso público ou de utilidade pública; deteriora-se pela inconclusão e abandono, sepultando a obra em sua parte executada e os recursos financeiros até então aplicados; onera profundamente o contribuinte, o Estado e o próprio Parlamento, este porque se verá envolvido numa batalha para alocar recursos a investimento já iniciado em exercícios anteriores – onde também foi incluído após duras gestões – e poderá ser atropelado por outras prioridades, ditadas pelo casuísmo, pelo imediatismo ou pelo clientelismo.

A responsabilidade, na gestão financeira federal deve, necessariamente, passar pela obrigação, exigida contra os partícipes ativos da elaboração da lei orçamentária anual, o Executivo e o Congresso Nacional, de somente retirarem uma obra pública dos sucessivos exercícios financeiros após a essa conclusão.

É buscando esse efeito que representamos a presente proposta de emenda à Constituição, que já foi objeto da PEC nº 42/97, arquivado na última legislatura.

A primeira obrigação que impomos leva à necessidade do projeto da lei orçamentária anual ser

acompanhado de um demonstrativo circunstanciado das obras públicas inconclusas, com a indicação clara e técnica das razões da inconclusão, para que o Parlamento conheça, mensure e avalie a situação de pendência.

Também inserimos, como princípio constitucional, ao lado da eliminação das desigualdades regionais, a indisponibilidade das obras públicas, obrigando a sua conclusão, como princípio da legislação orçamentária.

A terceira alteração do texto constitucional, que impomos ao art. 166, § 3º, II, e que reputamos de especial importância para a consecução dos objetivos a que nos propomos, incide o trabalho parlamentar em relação à lei orçamentária anual, para proibir a aprovação de emendas que atinjam dotações alocadas para o prosseguimento de execução ou conclusão de obra pública pendente. Em tradução: uma vez iniciada a obra pública, ela constará em todos os orçamentos anuais até que seja concluída.

A última das alterações que impomos insere, entre as vedações constitucionais, o abandono de obra pública já iniciada.

O conjunto das providências que a presente proposta de emenda à Constituição estabelece vai levar à superação de um problema gravíssimo na gerência de recursos públicos, conferindo-lhe razoabilidade, moralidade administrativa e responsabilidade institucional.

É pertinente recordar, da lição de Fritz Neumark, que o orçamento tem quatro funções fundamentais, a político-financeira (que impõe a racionalidade na gestão orçamentária), política (equilíbrio entre grupos políticos), de controle financeiro (do Executivo) e econômica (racionalidade da política econômica) (*Theorie und Praxis der Budgetgestaltung*, citado por Ricardo Lobo Torres, in "O Orçamento na Constituição", Renovar, Rio de Janeiro, 1995, p.41).

A emenda que pretendemos realiza, simultaneamente a função político-financeira e a econômica, e permite a superação de uma das mais severas arestas erigidas pelo sistema híbrido parlamentar-presidencialista da Constituição Orçamentária brasileira, qual seja o divórcio abissal entre a concepção a formulação e a execução orçamentária.

Para que desapareçam definitivamente do cenário brasileiro os esqueletos inacabados de obras públicas, e para pôr fim ao desperdício bilionário de recursos do contribuinte brasileiro, encaminhamos a

presente proposição à deliberação do Parlamento brasileiro.

Sala das sessões, 22 de abril de 1999. – Senador **Pedro Simon** – **Roberto Saturnino** – **Gilvan Borges** – **Iris Rezende** – **Luiz Otávio** – **Luzia Toledo** – **Mauro Miranda** – **Gerson Camata** – **Wellington Roberto** – **Arlindo Porto** – **Nabor Júnior** – **Tião Viana** – **Leomar Quintanilha** – **Roberto Freire** – **Osmar Dias** – **José Eduardo Dutra** – **Casildo Maldaner** – **Ramez Tebet** – **Lauro Campos** – **Geraldo Althoff** – **Ademir Andrade** – **Carlos Patrocínio** – **Ney Suassuna** – **Romeu Tuma** – **Luiz Estevão** – **Emília Fernandes** – **Jefferson Peres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º I e II deste artigo compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e o Distrito Federal; ou

III – sejam relacionados:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei

Art. 167. (*) São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 1999

Acrescenta parágrafo ao art. 40 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 40.

§ 7º O servidor efetivo poderá permanecer em exercício, após completar a idade e o tempo mínimo de contribuição exigidos para aposentadoria voluntária com proventos integrais, consideradas as especificações constantes do § 8º deste artigo, acrescida a remuneração em 30% (trinta por cento), a título de gratificação, a qual não será incorporada aos proventos da aposentadoria.

§ 8º A lei disporá sobre os critérios e condições para a concessão da gratificação prevista no parágrafo anterior, ressalvados, sempre, os interesses do serviço público."

Justificação

O argumento habitualmente apresentado contra a permanência, em exercício, do servidor que completa o tempo legalmente exigido para a aposentadoria voluntária, é a insuficiência do número de empregos (as limitações e a inelasticidade do mercado de trabalho). Alega-se que o aposentado que se mantém no mesmo cargo ou função impede a ad-

missão ou o remanejamento de outro servidor, para ocupar a vaga que deveria ter sido aberta.

Devem ser considerados, no entanto, os seguintes aspectos:

1º – Constatou-se que o incentivo à aposentadoria e, especialmente, a aposentadoria proporcional termina por provocar um inesperado e significativo aumento do número de aposentadorias precoces;

2º – em todos os setores da administração pública se vêm registrando sensíveis perdas de pessoal capacitado, principalmente no que concerne aos técnicos e especialistas;

3º – na maioria dos casos, a consequência, ao menos a curto e a médio prazos, é o empobrecimento da qualidade do serviço público;

4º – muitos servidores atingirão a idade e o tempo de contribuição estabelecidos para a aposentadoria voluntária, em pleno vigor intelectual, podendo trabalhar ainda vários anos, até a idade da aposentadoria compulsória (70 anos);

5º – ressalte-se que tal situação ocorre, principalmente, com os executivos em final de carreira, que exercem funções de alto nível (salários mais altos).

Propõe-se, portanto, que se crie uma gratificação para incentivo à permanência do servidor em atividade, o que em muito reduzirá as despesas com pessoal, ainda mais que, a esses cargos em final de carreira, correspondem os vencimentos mais elevados.

Consideramos, outrossim, indispensável o estabelecimento de critérios e condições para que realmente se conceda essa gratificação de forma seletiva, premiando aqueles que, ao longo do tempo, desempenham suas funções com competência e responsabilidade, a exemplo do que já ocorreu no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Tal medida deverá se constituir, também, em estímulo aos servidores mais jovens, para que elevem o nível de qualidade das tarefas que executam, habilitando-se, dessa forma, ao mesmo tipo de vantagem, no futuro.

Àqueles que hajam contribuído tempo suficiente para aposentadoria proporcional, e cuja folha de serviços corresponda às condições exigidas, tal gratificação constituirá um grande atrativo à permanência no desempenho das respectivas atribuições, reduzindo, portanto, o número de aposentadorias precoces.

Destacamos, ainda, que a maior demanda de vagas no serviço público se concentra nos cargos e funções correspondentes ao início de cada carreira,

tanto em nível médio quanto superior, e que a presente proposição se reporta, em especial, aos cargos em final de carreira, permitindo aos servidores selecionados permanecer desempenhando as mesmas funções nas quais se destacaram.

Finalmente, ponderamos ser muito mais vantajoso para os cofres públicos, que se acrescentem 30 (trinta) por cento aos vencimentos dos servidores que assim o mereçam, ao invés de abrir mão da qualidade dos serviços dos mesmos, por força da aposentadoria.

Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio dos nobres Senadores.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1999. – Senador **Carlos Patrocínio** – **Leomar Quintanilha** – **Antero Paes de Barros** – **Casildo Maldaner** – **Arthur da Távola** – **Álvaro Dias** – **Maguito Vilela** – **Sebastião Rocha** – **Emilia Fernandes** – **Alberto Silva** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Hartung** – **Roberto Saturnino** – **Marina Silva** – **Geraldo Althoff** – **Maria do Carmo** – **Ramez Tebet** – **Moreira Mendes** – **Heiloisa Helena** – **Arlindo Porto** – **Jefferson Peres** – **Amir Lando** – **Lucio Alcantra** – **Lauro Campos** – **Gilberto Mestrinho** – **Francelino Pereira** – **Lúdio Coelho** – **Mauro Miranda** – **Pedro Simon** – **José Agripino** – **José Jorge**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Art. 40. O Servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os provenientes integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, provenientes proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:
a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com provenientes integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com provenientes integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com provenientes proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com provenientes proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios, ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 6º As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – As propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a Mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloisa Helena.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 1999

Dispõe sobre a não incidência de multas e juros de mora sobre atrasos no pagamento de débitos, nos casos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Não incidirão multas e/ou juros de mora por atraso no pagamento de débitos dos servidores

públicos para com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas subsidiárias, concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, durante o período em que perdurar atraso correspondente no pagamento de seus vencimentos e salários.

Parágrafo único. Essas disposições se aplicam a débitos de qualquer natureza de servidores de qualquer dos três níveis de governo, para com entidades de qualquer nível de governo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 9-12-97, submeti a esta Casa projeto de lei de idêntico teor, que tomou o nº 277/97. Submetida a exame das Comissões de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposição não chegou a ser apreciada, indo a arquivado, ao final da 50ª Legislatura, conforme determinação dos artigos 332 e 333 do Regimento Interno.

Por esta razão, volto a submeter, à sabia deliberação desta Casa, evocando as mesmas razões então expostas: São freqüentes os atrasos no pagamento de vencimentos e salários devidos, aos seus servidores, por entes públicos da administração direta e indireta, assim como suas concessionárias e permissionárias.

Estados e Municípios há que, durante meses seguidos, deixam de pagar os vencimentos e salários de seus servidores. Na órbita da União, ainda não se ouviu falar de tais atrasos, pelo menos no que toca aos órgãos da Administração Direta.

É eminentemente justo, entretanto, que o Estado como um todo, em qualquer dos seus níveis, se solidarize com aqueles servidores que, por incúria ou imprevidência dos dirigentes se vejam privados do recebimento de seus salários, nas datas previstas.

Este o propósito do Projeto de Lei que ora submeto à sabia deliberação dos meus ilustres pares: fazer com que os servidores da administração direta e indireta deixem de ser onerados com despesas correspondentes a atrasos na quitação de seus débitos para com os entes públicos e seus concessionários, em razão de atrasos no pagamento de seus vencimentos e salários.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1999. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVII

Das Proposições de Legislaturas Anteriores

Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto as originárias da Câmara ou por ela revisadas e as com parecer favorável das Comissões.

Art. 333. Serão, ainda, automaticamente arquivadas as proposições que se encontrem em tramitação há duas legislaturas.

Parágrafo único. A proposição arquivada, nos termos deste e do artigo anterior, não poderá ser desarquivada.

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 257, DE 1999

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", com a finalidade de disciplinar a utilização de motocicleta como veículo de transporte público individual de passageiros, na modalidade moto-táxi.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 55, 105 e 135 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passam a vigorar acrescidos dos seguintes dispositivos:

"Art. 55.

Parágrafo único. O capacete de segurança e o vestuário de proteção destinados a passageiro de serviço de transporte público individual na modalidade moto-táxi serão dotados de forração interna descartável, conforme estabelecido pelo Contran."

"Art. 105.

VII – para motocicletas utilizadas no transporte público individual de passageiros na modalidade moto-táxi, dispositivos especiais de apoio para o passageiro e de isolamento térmico do cano de escape do veículo, conforme estabelecido pelo Contran, sem prejuízo dos demais requisitos previstos nesta lei e em normas complementares, in-

clusive as fixadas pela autoridade municipal responsável pelo serviço."

"Art. 135.

Parágrafo único. A utilização de motocicleta como veículo de transporte público individual de passageiros na modalidade moto-táxi depende de autorização do poder público municipal, a quem compete instituir, regulamentar e controlar a prestação do serviço."

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 145-A:

"Art. 145-A. Para conduzir veículo de transporte público individual de passageiros da modalidade moto-táxi, o condutor deverá preencher os seguintes requisitos:

I – ser maior de vinte e um anos;

II – estar habilitado na categoria "A" há pelo menos dois anos;

III – não ter cometido qualquer infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;

IV – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran,

V – não ter sido condenado penalmente."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em meio a controvérsias, prolifera em todo o território nacional o uso de motocicletas como veículo de transporte público individual de passageiros – o denominado moto-táxi. No conjunto das situações observadas, o fenômeno manifesta-se ora sob a forma de serviço regulamentado, posto à disposição dos usuários mediante autorização do poder público competente, ora como atividade explorada clandestinamente.

Isso sugere que a aceitação do moto-táxi como novo componente da oferta de transporte público urbano de passageiros ainda enfrenta restrições e, nesse contexto, dois aspectos têm sido objeto de freqüentes questionamentos: a legalidade do serviço e a adequação do veículo àquela finalidade.

Sobre a legalidade, cabe dizer que as reações contrárias à instituição de serviço de moto-táxi têm como principal inspiração disposições contidas no

antigo Código Nacional de Trânsito e seu regulamento (Lei nº 5.108/66 e Decreto nº 62.127/68, respectivamente), cujos textos levaram a crer serem os automóveis os únicos veículos admitidos no transporte público individual de passageiros, o que tornava então ilegal cogitar-se de qualquer outra alternativa.

Ora, tal tipo de entendimento não poderia ter continuado a prevalecer após a edição da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o novo Código de Trânsito Brasileiro e determinou a completa revogação do seu antecessor. Diferentemente da primitiva legislação de trânsito, editada mais de trinta anos antes, o novo Código evitou especificar que modalidades estariam habilitadas, ou mesmo proibidas, para o transporte público de passageiros. Especificações desse teor, diga-se de passagem, tampouco encontram abrigo em qualquer outro diploma legal vigente.

Assim, ao referir-se genericamente a veículos de transporte público de passageiros, de uso individual ou coletivo, o Código de Trânsito Brasileiro lida adequadamente com a possibilidade do surgimento de novas modalidades. O advento do moto-táxi é a prova de que o transporte público evolui permanentemente, não só do ponto de vista tecnológico, mas também em função dos costumes e das necessidades e conveniências dos usuários.

Já a propósito da alegada inadequação do veículo ao serviço, sabe-se que, tomados os devidos cuidados, o moto-táxi pode converter-se em excelente alternativa para determinados segmentos da demanda. A um custo módico, compatível com o das tarifas praticadas nos sistemas de transporte coletivo, o usuário pode desfrutar de grande flexibilidade nos percursos, atributo que, até pouco tempo, era exclusividade dos seletivos serviços de táxis convencionais. Em termos de agilidade, as motocicletas superam qualquer das alternativas disponíveis e, dependendo das condições de tráfego, o percurso realizado em moto-táxi pode render ao passageiro significativa economia de tempo de viagem.

Tome-se, como referência, o cenário típico das grandes cidades brasileiras com seu trânsito congestionado; ou, de outra parte, o caso das cidades pequenas e médias, onde muitas vezes inexiste serviço organizado de transporte público ou a oferta de transporte coletivo é ainda incipiente. Situações como essas potencializam as vantagens do uso de motocicletas nos deslocamentos urbanos e têm atraído para os serviços de moto-táxis enormes con-

tingentes de usuários, que vêm plenamente compensado, tanto pelo baixo custo quanto pela flexibilidade e rapidez, o relativo desconforto que as características do veículo lhes impõem.

Sensível a essa realidade, tomei a iniciativa de elaborar o presente projeto, cuja intenção – a par de superar incertezas que ainda pairam sobre a matéria – é pavimentar o caminho para a incorporação definitiva da nova modalidade aos sistemas de transporte público de passageiros das cidades, sem com isso ameaçar a segurança do trânsito e a dos usuários do serviço.

Com efeito, o aspecto da segurança – essência do Projeto –, além de fundamental, é o único ainda pendente de equacionamento até que as motocicletas possam ser alcançadas ao **status** de veículo de transporte público, e, nessa condição, passar a ser utilizadas na prestação de um serviço público concedido, permitido ou autorizado, tal como disciplinado no art. 175 da Constituição Federal e na legislação complementar pertinente.

É assim que a proposição cuida exatamente de estabelecer um conjunto de requisitos aplicáveis tanto ao condutor de moto-táxi – o qual enfrentará processo de habilitação mais rigoroso que o dos demais candidatos a motociclistas – quanto ao veículo, que deverá incorporar dispositivos especiais, destinados à proteção e segurança do passageiro. Isso partindo do pressuposto de que a iniciativa de instituir serviço de moto-táxi, bem como a de regulamentá-lo e de fiscalizar e controlar a operação, competirá sempre aos poderes locais, cuja autorização será exigida, inclusive, para o registro e o licenciamento do veículo como tal.

Em razão da natureza das medidas propostas optou-se pela sua inserção no corpo do próprio Código de Trânsito Brasileiro, o que, aliás, demonstra coerência com as diretrizes para elaboração redação, alteração e consolidação das leis, expressas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

A proposição ampara-se nas competências privativas da União para legislar sobre trânsito e transporte (CF. art. 22, inciso XI), sem prejuízo da autonomia do município, a quem compete legislar sobre assuntos de interesse local, além da organização e da prestação de serviços públicos na mesma órbita.

Pelo exposto, espero contar com o apoio necessário à aprovação do projeto que ora submeto à consideração dos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1999. – Senador **Carlos Patrocínio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

(LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997)

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:

I – utilizando capacete de segurança;

II – em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo Contran:

I – cinto de segurança, conforme regulamentação específica do Contran, com exceção dos veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé;

II – para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

III – encosto de cabeça, para todos os tipos de veículos automotores, segundo normas estabelecidas pelo Contran;

IV – (Vetado);

V – dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo Contran.

VI – para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.

§ 1º O Contran disciplinará o uso dos equipamentos obrigatórios dos veículos e determinará suas especificações técnicas.

§ 2º Nenhum veículo poderá transitar com equipamento ou acessório proibido, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas neste Código.

§ 3º Os fabricantes os importadores, os montadores, os encarroçadores de veículos e os revendedores devem comercializar os seus veículos com os equipamentos obrigatórios definidos neste artigo, e com os demais estabelecidos pelo Contran.

§ 4º O Contran estabelecerá o prazo para o atendimento do disposto neste artigo.

Art. 135. Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros de linhas regulares ou empregados em qualquer serviço remunerado, para registro, licenciamento e respectivo emplacamento de característica comercial, deverão estar devidamente autorizados pelo poder público concedente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O. SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a Mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloisa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 188, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 74, do Regimento Interno, requeiro que seja constituída uma comissão de cinco senadores, com o objetivo de realizar diligências nos municípios visitados pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo requerimento nº 001, de 1996-CNI com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista **Veja** do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil"

Justificação

Encerrados os trabalhos da CPI que investigou o trabalho infantil no Brasil, após exaustivos dois anos de audiência, reuniões e diligências, as denúncias da imprensa noticiando a exploração de crianças e adolescentes em trabalhos penosos e insalubres continua. A cada nova denúncia, somos tomados por um sentimento de indignação e pela sensação de que nossas ações no Congresso Nacional pouco têm modificado essa triste realidade.

Ao propormos a constituição de uma comissão temporária de senadores, para visitar os municípios que foram alvo de diligências daquela CPI, nosso objetivo é averiguar se houve mudanças positivas nesses locais em função dos trabalhos da CPI e quais as ações que ainda podem ser desenvolvidas pelo Senado Federal para combater o trabalho infantil.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1999. – **Heloisa Helena**, Senadora.

LEGISLAÇÃO CITADA**REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL**

Art. 74. As comissões temporárias serão:

I – internas – as previstas no regimento para finalidade específica;

II – externas – destinadas a representar o Senado em Congressos, solenidades e outros atos públicos;

III – parlamentar de inquérito – criadas nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, "c", VI, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/15, de 1999 (nº 54/99, na origem), de 15 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Federal nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da versão do registro taquigráfico do julgamento do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 225759 que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e III do art. 7º da referida Lei ordinária (contagem de tempo de serviço para fins de anuênio e licença-prêmio por assiduidade).

O expediente lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de registrar na manhã de hoje a comemoração de ontem, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, do aniversário do descobrimento do Brasil, este Brasil que todos temos que redescobrir e revisitá-lo, para realmente vermos quais são os frutos e resultados desses quase quinhentos anos de uma determinada dominação.

Sem dúvida, todos os brasileiros que participaram da manifestação de ontem em Ouro Preto ou que tiveram a oportunidade de, em outros momentos e de outra forma, homenagear o líder e mártir Tiradentes ficaram muito felizes com o acontecimento de ontem, primeiramente porque o Governador Itamar

Franco, numa demonstração de coragem e civismo, refez algo que, há muitas décadas, já acontecia na praça. Desde a ditadura militar, foi criado um impedimento no sentido de que não houvesse manifestações populares e de não possibilitar que as mais diversas pessoas, das mais diversas classes sociais, pudessem expressar o seu amor ao Brasil, o seu sentimento de patriotismo figurado na representação simbólica do nosso querido Tiradentes.

Ontem realmente houve uma manifestação muito bonita. Com certeza, havia mais de 30 mil pessoas em Ouro Preto. Foi uma ato em que estavam presentes as mais diversas lideranças da sociedade civil organizada e dos partidos progressistas. Sem dúvida, esse foi um marco para a cidade de Ouro Preto. A população, de uma forma geral, dizia-se feliz e alegre, porque estava tendo a possibilidade de ver superadas as agitações que, muitas vezes, representavam o sangue para o povo de Ouro Preto. Essas pessoas estavam na praça dando uma demonstração de civismo muito importante.

Sem dúvida, todas as pessoas que ali estavam e todas as pessoas que ontem lembraram do exemplo de Tiradentes e de tantos outros Tiradentes e mártires que continuam surgindo no Brasil tiveram também a oportunidade de refletir sobre o movimento chamado de Inconfidência, que nada mais era do que um movimento de lealdade e uma declaração de amor ao nosso Brasil. Se fizermos uma reflexão sobre o Movimento de 1780 e sobre o que acontece hoje, verificaremos que a causa do movimento da dita Inconfidência Mineira foi a derrama dos 20% dos tributos de ouro e que hoje pagamos mais de 30% do PIB, um percentual muito maior do que a derrama de dois séculos atrás.

Tudo isso é muito importante, porque todos nós brasileiros tivemos a oportunidade de revisitar a História, de relembrar personagens da nossa História, tentando identificar quem é quem. Quem é o Tiradentes de hoje? Quem são os Tiradentes de hoje? Quem são as pessoas que, com audácia, coragem, independência e amor pelo Brasil, fazem declarações de patriotismo e de amor à Nação? Quem é o Visconde de Barbacena, aquele que nada mais fazia do que garantir os interesses da Coroa portuguesa e a sua dominação? Será que o Visconde de Barbacena de hoje não é o tão prestigiado Fundo Monetário Internacional, que nada mais faz que garantir o capital especulativo, o desmantelamento das estruturas de serviços sociais, o desmonte de nosso patrimônio público e o entreguismo desvairado no Brasil?

Quem é o Silvério dos Reis de hoje? Quem tem traído a Nação brasileira? Quem tem desmontado a Nação brasileira? Quem tem se curvado de forma subserviente e subordinada ao capital especulativo internacional? Quem está contribuindo para que estejamos entrando no próximo século sem a possibilidade de nos transformar em uma verdadeira Nação? Com certeza, qualquer pessoa de bom senso, que ouviu aquele famoso discurso de Fernando Henrique Cardoso atribuindo ao Governador Itamar Franco a figura de Silvério dos Reis, vai identificar, com clareza, pelos procedimentos, pelo comportamento, pela falta de identidade com o patrimônio nacional, pela falta de defesa da soberania nacional, infelizmente, como o grande traidor da Nação brasileira o Presidente da República, para tristeza de todos nós.

Todos nós que prezamos a democracia e o estado de direito, todos nós que aprendemos com a nossa própria história de vida a respeitar os resultados das urnas e que, portanto, respeitamos no momento do processo eleitoral a vitória do Presidente da República, sem dúvida, depois de tudo o que vem acontecendo no Brasil, desde as denúncias de corrupção ao grande estelionato eleitoral, buscaremos a figura de quem está traindo a Nação brasileira e, infelizmente, estaremos nos deparando com o Presidente da República.

Mas, acima de tudo isso, existem exemplos gigantescos, que continuam surgindo no Brasil, de pessoas que não se curvam, que não se dobram e que enfrentam a arrogância e o abuso do poder para defender a Nação brasileira.

Eu gostaria também de, ao tempo em que homenageamos todos os brasileiros que incorporaram a história de vida e de luta do nosso querido Tiradentes, homenagear também o Governador Itamar Franco não apenas pelo gesto simbólico e extremamente positivo de arrancar as cercas da praça e possibilitar a participação da sociedade, mas também pela homenagem que fez ao Movimento dos Sem-Terra.

Sei que os ruralistas e muitas personalidades importantes do Brasil estão reclamando muito pelo fato de o Governador ter homenageado o Movimento dos Sem-Terra. Isso ocorre, porque, em nosso País, foi estabelecida uma lógica de que existem algumas estruturas – quer seja a estrutura do Senado e do Congresso Nacional, quer sejam as instâncias de decisão política, as instâncias de poder, as homenagens, as medalhas e os diplomas – que se transformaram como se fossem pérolas a serem tocadas apenas pela representação da elite econômica e po-

lítica. Agem como se essas pérolas pudessem ser tocadas apenas por eles, que representam os grandes e os poderosos, que acham que também são donos das condecorações, das instâncias de decisão política ou das cadeiras do Congresso Nacional. Portanto, fazem de tudo para impedir que a participação popular possa efetivamente ocupar esses espaços também.

É exatamente por isto que o Governador Itamar Franco deve ser parabenizado: por ter tido a coragem de assumir a belíssima posição de homenagear o Movimento dos Sem-Terra. As condecorações, como as cadeiras dos Parlamentos, não são pérolas a serem tocadas e apropriadas apenas pela élite econômica e política do nosso País.

Portanto, todos nós brasileiros temos que nos sentir felizes com essa homenagem que foi feita não apenas ao Movimento dos Sem Terra. Entendo que os ruralistas deveriam ter o mesmo entendimento de João Pedro Stédile, que dizia: "Se querem acabar com o Movimento dos Sem-Terra podem acabar. É só fazer a reforma agrária!". Portanto, quem quiser acabar com o Movimento dos Sem-Terra deve fazer como os próprios companheiros e companheiras desse Movimento dizem: "Façam a reforma agrária, que acaba o Movimento dos Sem Terra!".

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloisa Helena, quero cumprimentar V. Ex^a por estar enaltecedo, com tanta sensibilidade, o gesto do Governador Itamar Franco, que, ontem, ao reunir mais de 20 mil pessoas em Ouro Preto, resolveu conceder a Medalha da Inconfidência a pessoas como Luiz Inácio Lula da Silva; o Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu; Leonel Brizola; o Governador Olívio Dutra e outras personalidades. Ao conceder-lhes a Medalha da Inconfidência; com todo o seu sentido histórico de luta pela independência, por justiça, pelo sentimento maior da nacionalidade brasileira, o Presidente Itamar Franco fez algo que tem um enorme sentido. É bem verdade – V. Ex^a aqui assinala – que algumas entidades ruralistas, como a UDR, podem estar preocupadas com o fato de o Governador de Minas Gerais estar condecorando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ora, o gesto do Governador Itamar faz todas a pessoas pensarem muito, desde aquelas – e são dezenas de milhares, cerca de cinqüenta mil famílias – que estão acampadas à beira de estradas

ou ocupando áreas improdutivas à espera de que o Governo realize a desapropriação devida, conforme o que está na Constituição, e faça o assentamento dessas famílias, como também está preocupando os membros da sociedade rural brasileira, da UDR, da Confederação Nacional da Agricultura, dos empresários rurais, que dizem: "Puxa, então um Governador de Estado vai condecorar, homenagear o MST?!" E V. Ex^a coloca com muita propriedade o sentido dessa homenagem, porque todos os estudos realizados, inclusive os levantamentos oficiais do INCRA, estão a demonstrar que a maior parte dos assentamentos tem sido realizada, por enquanto, como uma reação à própria ação daqueles que lutam pelo seu direito de lavrar a terra. João Pedro Stédile, como V. Ex^a bem expressou, colocou que é preciso realizar muito mais para que se possa até acabar com o Movimento dos Sem-Terra, justamente acelerando a reforma agrária. Em alguns momentos, pode ser até que os companheiros do MST, em algumas ações, tenham-se exaltado, tenham cometido um ou outro abuso, e temos conversado com eles a respeito. Por exemplo: às vezes, recebo cartas de pessoas que dizem: "Puxa, o MST ocupou a fazenda que era produtiva" – no entender da proprietária; estou falando de um caso que realmente ocorreu – "e as pessoas entraram na sede, pegaram meus bens, destruíram coisas". Essa não é a orientação da coordenação. Então, às vezes, podem surgir movimentos. Mas o que percebemos é que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem tido uma preocupação muito didática, uma preocupação de realizar movimentos, sobretudo, de natureza pacífica, na medida em que os seus movimentos, como de ocupar áreas que a Constituição diz que precisam ser objetos de desapropriação porque estão sendo improdutivas, ou ocupar a beira de estradas para mostrar que as autoridades precisam agir mais depressa, ou organizar marchas e movimentos, como aquele do dia 17 de abril para rememorar os três anos de impunidade com respeito ao massacre de 19 trabalhadores em Eldorado dos Carajás e relembrar o massacre ainda impune de Corumbiara, conseguem granjejar o extraordinário respeito e apoio da população. E o Governador Itamar Franco, ontem, expressou o apoio a esse sentido de combatividade, de assertividade de um movimento que sabe se organizar e conquistar corações em busca de justiça em nosso País. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Eduardo Suplicy, que muito demonstra a luta e o apoio que V. Ex^a e o nosso partido têm tido em relação à constru-

ção de uma sociedade justa, igualitária, fraterna, solidária, que supere a exclusão social e as mais diversas formas de violência que são nela apresentadas. Sem dúvida, ninguém pode fazer isso sem a reforma agrária.

Portanto, queremos cumprimentar a todos que no dia de ontem tiveram a oportunidade de pensar no seu papel na transformação do mundo, a todos que hoje, diante de toda a gigantesca propaganda que se faz em relação aos 500 anos do Descobrimento do Brasil, nessa data de hoje que também é tão simbólica, imaginam o seu papel no mundo. Qual o papel que temos para a transformação desta sociedade? Sei que, muitas vezes, parecemos bem pequenos, minúsculas partículas perdidas na imensidão do universo, mas o nosso papel nesta sociedade é de fundamental importância para que possamos entrar no novo século com um novo modelo de sociedade. Sei que é muito difícil, sei que são tantos os acontecimentos deploráveis que ameaçam esgotar a nossa capacidade de reação, mas sempre digo que a grande maioria do povo brasileiro, sem dúvida, até em função da opressão, do cotidiano tão duro que tem passado, tem mais capacidade de reação, mais persistência, mais perseverança para construir um mundo novo, rico de paz e felicidade para todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – A Mesa se associa ao pronunciamento de V. Ex^a no que tange a essa data tão importante, que comemorou a morte de Tiradentes, esse herói nacional, que a todos nos comove. Não podemos nos manifestar integralmente sobre o pronunciamento de V. Ex^a, pois a Mesa tem que se manter imparcial.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Srs e Srs. Senadores, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o sistema financeiro começa a ter, depois de uma semana de trabalho, extraordinário impacto, mostrando quão importante é a sua realização, pois já descobrimos fatos da maior relevância.

Gostaria de comentar um fato, em virtude do que está sendo noticiado hoje na imprensa, ou seja, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso estaria muito preocupado com a possibilidade da convocação dos Ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Pedro Parente, do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela CPI. Quero ponderar que seria muito estranho se a CPI, já desde o início de seus trabalhos, começasse com uma limitação ou restrição dessa nature-

za. Então, será que o Presidente já quer a garantia dos proponentes da CPI, do Senador Jader Barbalho, Líder e Presidente do PMDB e autor do requerimento, será que quer da parte do Presidente da CPI, Senador Bello Parga, e de todos os membros daquela Comissão o compromisso de que ela pode funcionar, desde que não convoque o Ministro Pedro Malan e o Ministro Pedro Parente?

De maneira muito interessante, ainda ontem, em teleconferência realizada em Nova Iorque, o Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, que esteve, na última semana, depoendo na CPI, teve a oportunidade de elogiá-la ao afirmar que ela contribuirá para que haja maior transparência de todo o funcionamento do Banco Central, do sistema financeiro nacional.

Reitero, Sr. Presidente, como uma das pessoas que assinaram o requerimento para formar a CPI – há tempo, nós, da Oposição, estávamos insistindo na necessidade de uma CPI sobre o sistema financeiro e avaliamos como muito bem formulado o requerimento feito pelo Senador Jader Barbalho -, que o nosso propósito é, a partir dos estudos e das apurações que vamos realizar nesta CPI, procurar fortalecer o sistema financeiro, fazer com que a autoridade monetária do país se torne muito mais confiável. Devemos verificar quais são os instrumentos – às vezes, até de natureza legal, mas colocados de maneira inapropriada, porque estão a permitir janelas e formas – de que as instituições financeiras se utilizam, por meio de estratégias, que vamos examinar a fundo.

Relatório enviado pelo Banco Central mostra o resultado de diversos conglomerados. Ao examiná-lo, verificamos que há determinadas instituições financeiras – às quais está associada uma série de fundos – que às vezes alcançam resultados financeiros da ordem de 10, 20, 60 ou 70% de seu patrimônio. Em relação ao que foi investido, no entanto, alguns dos fundos ligados a essas matrizes apresentam resultados simplesmente fantásticos – alguns superiores a 100%, 200%, 500% ou a 1000%; há, inclusive, resultados da ordem de 1300% em relação ao que foi investido! Esse é, por exemplo, um dos meandros, uma das situações de grande complexidade que iremos ter que apurar e examinar, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Temos ainda que examinar em que medida as autoridades monetárias, juntamente com as autoridades da Receita Federal, enfim as autoridades econômicas, foram responsáveis pela criação de mecanismos que permitiram a fundos de capital estrangei-

ro receber recursos de uma instituição bancária, investi-los e remeter para o exterior, sem o pagamento de tributos e de imposto de renda, os rendimentos decorrentes desses investimentos. Em que medida isso não foi, justamente, a maneira que se encontrou para propiciar às instituições matrizes em Nova Iorque, em Paris, na Suíça, em outros lugares, extraordinários ganhos? É possível até que tudo isso seja legal, mas é algo que precisamos conhecer.

Na próxima segunda-feira, vamos ter a oportunidade de arguir Francisco Lopes e, na terça-feira, Cláudio Mauch. Mas chegará o momento em que vamos ter a necessidade natural de arguir, de aprofundar o questionamento junto à autoridade econômica maior. Qual é a autoridade econômica maior, já que não podemos chegar ao ponto, neste Parlamento, de também arguir o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso? A autoridade econômica maior, cuja presença nesta Casa a Constituição nos permite requerer, é o Ministro da Fazenda, o Ministro do Orçamento.

Quero aqui revelar, Sr. Presidente, que, na semana passada, na sala do Presidente da CPI, Senador Bello Parga, presentes inúmeros Senadores do próprio PMDB, inclusive o Senador João Alberto, Relator, e outros Senadores membros da CPI, discutiu-se a propósito dessa convocação Dialogamos e eu próprio disse que avaliava que teríamos, inevitavelmente, que convocar o Ministro Pedro Malan. Entendo, no entanto – e isso foi dito na reunião –, que devemos esperar um pouco para convocar S. Ex^a, porque há muitas coisas sobre as quais devemos nos inteirar antes para melhor proveito tirar de sua presença aqui. Caberá a S. Ex^a esclarecer pontos duvidosos, mas esse questionamento será feito com o maior respeito.

Naquela ocasião – posso invocar o testemunho de outros –, o próprio Senador João Alberto, Relator, a quem o Presidente da Comissão costuma sempre perguntar o que acha, disse que considera importante essa convocação e que está de pleno acordo com ela.

Isso tem de ser visto como algo natural. Por isso, causa-me estranheza a atitude do Presidente da República, estampada, por exemplo, na **Folha de S. Paulo** de hoje, quando diz que o Ministro da Fazenda e o Ministro do Orçamento não podem ser arguidos pela CPI. Diz a manchete: "FHC quer evitar ida de Malan à CPI".

Sr. Presidente, já tivemos a oportunidade de indagar o Ministro Pedro Malan a respeito das razões que levaram à substituição de Chico Lopes na Presi-

dência do Banco Central, anunciada cinco dias depois da aprovação de seu nome nesta Casa. Naquele dia, na Comissão de Assuntos Econômicos, S. Ex^a disse que preferia não responder a essa questão, mesmo depois de eu haver registrado a sua observação, em tom de blague, de que só revelaria isso em um livro para ser publicado dez anos após a sua morte.

Ora, isso é algo do interesse do Senado, da opinião pública brasileira, tanto mais agora quando surgem essas notícias e encontram-se documentos que podem ser comprometedores – documentos que estão sendo objeto de apuração e, certamente, serão usados na arguição de Francisco Lopes.

Quero dizer, Senadora Heloisa Helena, que votei favoravelmente a Chico Lopes aqui no plenário, porque tenho conhecimento de sua trajetória como economista e sempre o considerei uma pessoa séria, ainda que tivesse preocupação com a sua participação em um governo que está, a toda hora, no limiar das fronteiras éticas: fala-se com freqüência de pessoas que estavam no sistema financeiro privado e passam para o sistema financeiro público – movimento descrito pelo eminentíssimo economista John Kenneth Galbraith como simbiose burocrática. Trata-se da interação de pessoas que estão, com freqüência, passando do setor público para o setor privado e depois do setor privado para o setor público, imiscuindo-se na coisa pública, relacionando interesses de tal forma que começam a fazer com que a máquina governamental trabalhe no interesse das empresas de onde vieram ou para onde foram os seus amigos.

Isso é algo que não pode ser admitido. É preciso tomar extraordinário cuidado. Daí a importância dessa CPI no sentido de tornar transparentes essas relações. No momento certo, depois de termos nos aprofundado no assunto, de termos ouvido dezenas de pessoas e de termos traçado um quadro muito mais aprofundado sobre a questão, devemos convocar o Ministro Pedro Malan e o Ministro Pedro Parente. No instante em que a CPI, por consenso, considerar importante a presença dessas autoridades, elas devem vir aqui para esclarecer nossas dúvidas.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Ex^a. um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Ouço a Senadora Heloisa Helena com muita honra.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Eduardo Suplicy, quero congratular-me com o pronunciamento de V. Ex^a. É claro que todos nós, brasileiros, quase não ficamos mais estarrecidos com essas denúncias de corrupção que têm envolvi-

do o Governo Federal. Parece-me que houve estarcimento maior justamente quando se escolheu o nome de Armínio Fraga, uma pessoa completamente envolvida com o capital especulativo internacional, o que foi uma demonstração concreta do que V. Ex^a chama de simbiose – e nós chamamos de promiscuidade – na relação entre o poder político e o poder econômico. Esse tipo de relação, sem dúvida, pratica crimes de lesa-pátria, porque o montante investido nos negócios é absolutamente importante do ponto de vista financeiro, assim como poderia ter gigantesca importância do ponto de vista social. Cada vez que vejo essas cifras, milhões e bilhões de dólares, nos meios de comunicação, confirmo o quanto o capital especulativo sangra o País. Esse tipo de postura política irresponsável, esses informantes, essa promiscuidade, tudo isso, enfim, já se está tornando banal. Nós, que somos nordestinos, quando vemos os valores, os montantes, lembramo-nos da fome e da miséria no Nordeste, onde pessoas morrem de fome, onde pescas – como já disse várias vezes nesta Casa –, na beira de um barreiro seco, tentam tirar da lama água para dar aos seus filhos. E esses fatos são tratados com o máximo de naturalidade; porque há a banalização da miséria e a naturalização da corrupção e da promiscuidade envolvendo o grande capital especulativo internacional. Espero que o Presidente da República não tenha dado esse tipo de declaração, porque por mais que ele e outras pessoas pensem que são donos desta instância de poder político, desta instância de decisão que é o Congresso, é evidente que não são. Portanto, é de fundamental importância que o Ministro Pedro Malan seja escutado, até para garantir a transparência e a legitimidade da Comissão Parlamentar de Inquérito. Não consigo acreditar que uma pessoa que estava operando como Presidente, mas efetivamente não estava no cargo, fosse tomar uma medida dessas. É claro que essas são as medidas para os banquinhos, porque o nosso companheiro, o Deputado Federal Aloizio Mercadante, já tinha feito denúncias relacionadas aos grandes bancos, com o envolvimento de personalidades políticas, fora o fundo do Soros, que está hoje, no Brasil, representado pelo atual Presidente do Banco Central. Nesse sentido, nada melhor do que a providência divina e os informantes do bem, que levaram para a imprensa essas denúncias, para possibilitar que o Ministro Pedro Malan, antes da sua morte – veja como é maravilhosa a providência divina –, esclareça a opinião pública nacional – todos queremos saber. Não aceitamos simplesmente que se diga: pagou com o quê? Com o

meu dinheiro, com o seu, com o nosso? Não pagou coisíssima nenhuma, porque não sabemos onde essas personalidades aplicam as suas fortunas pessoais. Com certeza, tiraram da grande maioria de miseráveis, de desempregados, de pobres e de falmintos deste Brasil. Portanto, nada mais lógico e de bom senso do que devolverem.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, nobre Senadora Heloisa Helena, pelo seu aparte. Penso que se o Presidente da República examinar bem a seqüência dos fatos verá por que será inevitável a vinda dos Ministros Pedro Malan e Pedro Parente. Até mesmo Senadores do PFL, como o nobre Senador Edison Lobão – a quem vou conceder um aparte –, vão querer saber o que aconteceu, por exemplo, nessa operação com o Banco Marka e o Banco FonteCindam no dia 14, já que nos dias 14 e 15 houve uma extraordinária tensão no Banco Central, a ponto de ter o Sr. Cláudio Mauch anunciado a sua saída da Diretoria de Fiscalização, logo depois de ter assinado os papéis daquelas operações que, hoje, todos estão estranhando.

No dia 16, o Sr. Francisco Lopes viajou com o Sr. Pedro Malan para Washington, a fim de explicar as medidas que estava tomando no âmbito da política cambial. É mais do que natural que, diante da extraordinária tensão que ocorreu, com carta da BMF, carta do Sr. Salvatore Cacciola e carta do Sr. Eduardo Modiano, do FonteCindam, para a direção do Banco Central, eles conversassem sobre esses temas durante a viagem. Seria natural que houvessem conversado. É como se o pai e a mãe, diante de uma estrepolia extraordinária de seus filhos, viajassem e não conversassem sobre aquilo que provocou tanta tensão na casa.

Certamente, o Ministro Pedro Malan tem muito a revelar, inclusive sobre aquilo que conversou depois com o Presidente da República – e não apenas a respeito da política cambial, mas sobre essas operações. E é mais natural ainda que seja desejo do Ministro Pedro Malan, se for consistente com as palavras de Armínio Fraga, expressas ontem, em Nova Iorque, que haja total transparência. E a CPI será benéfica para que isso ocorra.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Suplicy, sempre defendi – na Câmara dos Deputados, quando fui Deputado; agora nesta Casa, como Senador pela segunda vez, e também quando fui Governador de Estado – a existência de uma Oposição forte, firme, presente, atuante, o que faz compor o quadro democrático nacional. Não há democracia sem a presença de uma imprensa livre e de uma oposição assim, mas o que percebo, sobretudo em V. Ex^a, que admiro, é um certo radicalismo, a obstinação da acusação ao Governo. Ora, no caso da Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou querendo saber das coisas. Estou atuando aqui com a maior prudência e responsabilidade, sem querer adiantar qualquer acusação.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Se V. Ex^a me concedesse continuar o meu aparte, eu ficaria muito agradecido, até porque V. Ex^a é o dono do discurso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É claro.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Mas a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que tem 120 dias para cumprir o seu papel, podendo ainda esse período ser prorrogado, fez apenas três reuniões, e V. Ex^a já aventa a possibilidade da convocação até do Presidente da República,....

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Constituição não permite.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – ...além da convocação do Ministro da Fazenda. Isso é um exagero! Os documentos conhecidos são escassos, ralos. Penso que devemos, realmente, apurar o que está acontecendo na intimidade do sistema financeiro. No entanto, não devemos, a meu ver, ser guiados por hipóteses e nem por conjecturas. Mas voltando à figura simpática de V. Ex^a, que me faz lembrar a de Saulo de Tarso, que viveu há dois mil anos, na época de Cristo, e que se tornou o procurador do Pôncio Pilatos e dos Sacerdotes do Templo Romano na perseguição devastadora dos cristãos. Na viagem a Damasco, ele foi afetado pelo sinete de Cristo, que lhe disse: Saulo, Saulo, por que me persegues? Qualquer dia destes alguém vai perguntar isso a V. Ex^a, e eu vou lamentar. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a apenas me honra com a comparação a Saulo de Tarso e São Paulo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – São Paulo, não; Saulo de Tarso. São Paulo é outra fase, e

V. Ex^a ainda não chegou lá, que é a da deificação.
V. Ex^a ainda não se tornou um Deus.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – E quem será o responsável pela conversão? Haverá um personagem.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Estou torcendo muito pela conversão de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Mas qual será aquele que irá fazer a conversão? Se o Ministro Pedro Malan não vier, vai ser difícil.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Fazendo soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente, apenas gostaria de dar um breve aparte à Senadora Heloisa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Senador Eduardo Supilcy, a Mesa não gostaria de fazer o papel de Pôncio Pilatos, embora o dispositivo regimental exija que o tempo seja cumprido.

Quero aproveitar para informar aos nobres aparteantes que o inciso X do art. 14 do Regimento Interno prevê que o tempo de aparte é de 2 minutos. Assim, repito, não gostaria de, neste momento, fazer o papel de Pôncio Pilatos e deixar que V. Ex^a se estenda, prejudicando, assim, o tempo de outros Srs. Senadores.

Portanto, Senador, tendo em vista o seu tempo estar esgotado, peço a V. Ex^a que conclua o seu discurso.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O Senador Edison Lobão estranha, como se fosse algo extraordinário, impossível, dialogarmos, no Congresso Nacional, com o Presidente da República. Entretanto, quero informar a S. Ex^a que não penso assim. Presenciei, no Parlamento britânico, a maneira como o Primeiro-Ministro Tony Blair, que é o Chefe de Estado, lá comparece, semanalmente, às quartas feiras, e responde às perguntas dos parlamentares. E quando há um fato excepcional, como foi, por exemplo, a ação bélica do Reino Unido, dois dias depois ele voltou para explicar novamente. Há, então, naquele país, a sessão semanal de 30 minutos, na qual o Primeiro-Ministro responde, brevemente, a mais ou menos dez perguntas dos parlamentares, que simplesmente levantam a mão manifestando interesse em perguntar.

Senador Edison Lobão, voltando da Inglaterra, observei a cena da abertura dos trabalhos deste

Congresso, em que o Ministro da Casa Civil traz a mensagem do Presidente da República, que não é lida por ele próprio, mas pelo Secretário da Mesa, um Deputado, obviamente. E a palavra do Presidente ficou ali, foi lida de maneira fria, e quem teve a possibilidade de falar naquele dia com extraordinária força, vibração e espírito de brasiliade foi o Presidente Antonio Carlos Magalhães. Ninguém pôde se expressar ali senão o Presidente do Congresso.

Ora, sabe V. Ex^a o que pensei, Senador Edison Lobão? Precisamos mudar isso e dar ao oportunidade próprio Presidente de vir, pelo menos uma vez ao ano, na abertura dos trabalhos – ou, quem sabe, duas vezes, se ele desejar ou se o Congresso o convidar -, ao plenário do Congresso Nacional, e não apenas para dizer as coisas do estado e da Nação, como, aliás, no sistema presidencialista, costuma fazer o Presidente Bill Clinton. Enquanto o nosso Presidente manda o Ministro da Casa Civil entregar uma mensagem sobre o estado da Nação, para ser lida pelo Secretário da Mesa do Congresso, o Presidente Bill Clinton, nos Estados Unidos – e nós, de alguma forma, seguimos o exemplo presidencial norte-americano -, vai ao Congresso, que tem o seu ponto alto quando o ouve ler o estado da Nação. É discurso dos mais ouvidos pelo Congresso, transmitido nacionalmente, com extraordinária relevância.

E qual é a idéia que tenho?

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Faça um projeto nesse sentido e eu o assinarei, com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Com certeza, eu o estou elaborando, e aqui o faço em voz alta, para receber sugestões, porque a minha idéia é que o Presidente venha aqui e transmita, ele próprio, o estado geral da União. Daí, cada um dos partidos, também com um tempo razoável – mas não extraordinário, porque temos de dar oportunidade a todos -, poderia dizer das suas impressões sobre o discurso do Presidente, e aí, sim, o Presidente do Congresso...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Aí já será parlamentarismo e não presidencialismo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Aí o Presidente do Congresso falaria. É a idéia que tenho, Senador Edison Lobão, que me vem à mente – e vou elaborá-la melhor – diante do seu pronunciamento. Não vejo nada de extraordinário em dialogarmos diretamente, não apenas lá no Palácio ou por lugares diversos do Brasil, num ambiente mais nobre, o ambiente por excelência maior, que é o recinto do Congresso, a Casa dos representantes do povo. Precisamos alterar, aperfeiçoar a Constituição

para termos a oportunidade de dialogar com o Presidente, mesmo no regime presidencialista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, devido à ausência do Presidente desta Casa, a Mesa se vê obrigada a fazer algumas considerações. O Presidente Antônio Carlos Magalhães, sem sombra de dúvida, não tem deixado a desejar no cumprimento de suas obrigações. Portanto, a Mesa não poderia deixar de se manifestar na ausência do titular da Presidência desta Casa.

Concedo a palavra ao ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ao ex-Relator da Constituinte, ao ex-Ministro de Estado e a um dos maiores tribunos vivos – já com os cabelos bem brancos – desta Casa. A Mesa não poderia perder a oportunidade de ouvir o pronunciamento do Senador Bernardo Cabral, que é um patrimônio nacional.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gilvam Borges, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Ex^a o anúncio que faz. Apenas V. Ex^a não registra o que de principal consta do meu currículo: a amizade que V. Ex^a me dedica.

Sr^ss e Srs. Senadores, antes de entrar no discurso, modesto pronunciamento, que me faz chegar a esta tribuna, aproveito para tecer algumas considerações sobre o que ouvi do Senador Eduardo Suplicy.

Esta é a chaga do presidencialismo, esse presidencialismo que se esconde dos desafios do futuro utilizando as cortinas da omissão do passado. Quando a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte aprovava como sistema de governo o parlamentarismo, parece que à distância estávamos prenunciando o que se vê hoje e que, evidentemente, não é culpa de quem está na titularidade do Poder Executivo, mas, sim, do sistema que vem envolvendo, ao longo do tempo, o nosso País.

Após a Segunda Guerra Mundial, os países que dali saíram absolutamente triturados, derrotados – e cito um exemplo, a Itália –, adotaram o parlamentarismo. À exceção de algumas repúblicas nossas vizinhas e do vez o sempre sentido, renovado, reiterado, de copiarmos o presidencialismo dos Estados Unidos, esses países da Europa conseguiram superar as tragédias que a Segunda Guerra Mundial lhes impôs. Aí estão a Alemanha, a Itália, a Grécia. Mas como foi citada aqui a Inglaterra, desejo informar que o dia em que o Primeiro-Ministro comparece ao Parlamento chama-se **question day**, e ele ali vai

porque o parlamentarismo, na Inglaterra, premia aquele que é o lugar de maior ressonância, onde os clamores populares vão e deságua, que é o Parlamento. É esta Casa. É aqui que o povo se faz ouvir através de seus representantes. E o que se nota? O que se nota é que quando o Chefe de Governo ocupa, ao mesmo tempo, a chefia do Estado, ficamos frente a esse embate. Eu não tenho receio algum de dizer, proclamar e reconhecer que o nosso ex-colega Senador e hoje Presidente Fernando Henrique Cardoso seria um Chefe de Estado imbatível no Parlamentarismo. Mas tenho as minhas dúvidas – elas aí estão postas – e não vejo quem as espanque, quando ele ocupa ao mesmo tempo a Chefia do Governo. Vez por outra, Sua Excelência, que poderia lá fora mostrar que dispomos de quadros para, no cenário internacional, nos manifestarmos com precisão, apontando caminhos, indicando soluções, fica com a retaguarda da Chefia de Governo, onde não só a Oposição, mas também os que lhe dão apoio sentem que a base palaciana lhe falta em determinados instantes. Por isso, como Chefe de Governo, em cima de Sua Excelência, a seu lado, à sua frente e atrás vão sendo recolhidos os senões.

Quando ouço o Líder da Oposição de ontem – e que daqui a pouco voltará a sê-lo – Senador Eduardo Suplicy tocar na questão da vinda do Presidente a esta Casa, eu me dou conta do equívoco que se cometeu na Assembléia Nacional Constituinte, quando não se aprovou o Parlamentarismo, que estas mãos, com tanto cuidado, fizeram questão de registrar e que teve o apoio de um dos grandes governadores de hoje, Mário Covas. Alguns líderes e algumas pessoas do PT abordavam essa questão, mas, infelizmente, foram obrigados, em razão de uma questão partidária – que eu respeito, como sempre – a deixá-la de lado.

Em verdade, quando alguém da base do governo de então apresentou a emenda constitucional, às vésperas, ao Plenário, o Senador José Fogaça e eu dissemos a vários dos seus subscriptores que eles estavam aprovando o sistema presidencialista de governo, derrubando o Parlamentarismo, mas deixando o instituto da medida provisória, que não pode conviver em instante algum com o sistema presidencialista de governo.

E nota-se isso hoje. As pessoas lembram-se do sistema parlamentarista. Mas não se pode adotá-lo a custo e a troco de um momento de crise, porque senão se esboroa naquele passado de 1961, quando se viu um sistema parlamentarista de arremedo, de ocasião, escondendo-se dos desafios do futuro e

voltando com suas cortinas que vão encobrindo as omissões do passado.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, o País atravessa uma crise que ninguém sabe como vai terminar. É ilusão pensar que esta ou aquela figura que não queira vir depor aqui esteja prestando um serviço à Nação e, inclusive, a quem chefia determinada Pasta. Agora que a bola de neve está crescendo cada dia mais, vai ser difícil. Diz o ditado popular, que é sempre sábio: "Não há quem consiga deter fogo acima do morro nem impedir pedra rolando abaixo dele". É dessa forma que nos encontramos.

Em verdade, não sei se não seria o instante – já ultrapassados aqueles cinco anos em que era permitida a revisão constitucional e que o sistema parlamentarista foi derrubado – de se procurar pelo menos um caminho, já que não se pode tê-lo diretamente. Até eu, que sou parlamentarista convicto, votarei contra uma emenda constitucional de ocasião, porque se frustra o direito que o povo exercitou. Por essa razão, naquele presidencialismo mitigado, que o nosso velho e saudoso Ulysses Guimarães lembrava, não há como retirar de quem está à frente um mecanismo forte que é o instituto das medidas provisórias – que inclusive está substituindo o Parlamento, já que é típico do sistema parlamentarista de governo. O primeiro-ministro, quando perde a confiança do Parlamento, pode ser afastado, o que não acontece com o Presidente da República.

De modo, Sr. Presidente, que faço essa consideração porque, todas as vezes que verifico que a Nação perdeu uma grande oportunidade, penso que talvez agora – e para isso precisa de regulamentação o projeto do meu querido conterrâneo Almino Afonso – seja a hora para que se faça um plebiscito e, a seguir, um referendo popular e possamos oferecer um novo mecanismo ao que o País está enfrentando.

Sr. Presidente, é preciso acabar com os primeiros-ministros que existem nos gabinetes presidencialistas, que inclusive são considerados Ministros de primeira classe enquanto os outros, de segunda, para chamá-los à responsabilidade de que acima deles está o Parlamento, que é o mais autêntico dos três Poderes. Aqui as portas estão abertas. Aqui a imprensa critica da forma que bem entender. E nos demais? Quais os mecanismos que atuam para que se coloque, por exemplo, um bimbo a regular que o povo só tome conhecimento quando uma ou outra denúncia aflora e não há mais como conseguir detê-la?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte ao eminentíssimo Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Bernardo Cabral, a reflexão que V. Ex^a faz neste momento é de extraordinária importância. Não fui constituinte porque, como disputei o governo de São Paulo em 1986, permaneci fora em 1988 e infelizmente não pude estar junto quando V. Ex^a foi o Relator da Constituinte.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – O que não impede que V. Ex^a veja que eu senti a sua ausência e a deploro até hoje.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Dentro do PT não me senti tão convencido, ainda que visse muitos méritos, em transformar o sistema de presidencialista para parlamentarista e, assim, votei pela continuidade do Presidencialismo. Mas vejo algumas qualidades muito fortes no sistema parlamentarista, algumas das quais podem ser combinadas no Presidencialismo. E, se temos o sistema presidencialista, precisamos fortalecer aquilo que guarda relação e que é justamente a maneira como o Parlamento pode cobrar de quem está no Executivo questões relativas à defesa do interesse público e à transparência dos atos da administração. Volto ao exemplo que vivenciei numa visita à Inglaterra, em dezembro último. Estavamo-nos na Inglaterra, eu e a Deputada Marta Suplicy, quando um jornal estampou em manchete que o Ministro Mendelson – ele esteve no Brasil por ocasião das últimas eleições, elogiou o Presidente e nem tanto o seu opositor Lula – havia tomado emprestado do Ministro Brown, que tinha posses, algo em torno de US\$600 mil para adquirir uma casa num bairro melhor em Londres. No segundo dia, todos os demais órgãos de imprensa cobravam satisfação do Ministro, e no Parlamento houve imediatamente comentários de profundidade. No terceiro dia, ele teve que se afastar, pediu demissão pela força do fato, que exigia não só explicações dele como do Primeiro-Ministro. Naquela regular quarta-feira, em que o Primeiro-Ministro vai ao Parlamento acompanhado de seus ministros, ele teria que explicar aquela situação constrangedora. Não durou três dias, tal a força da necessidade de se prestar contas sobre quaisquer fatos dessa natureza. Cito isso como um exemplo. Agora, o Presidente, que inclusive foi a favor do parlamentarismo, numa situação como esta, dizer que o Ministro da Fazenda não pode ir ao Congresso dar explicações... Realmente, tal fato não é condi-

zente com o espírito de quem quer sempre defender a transparência de seus atos e de seu Governo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Eduardo Suplicy, suas palavras são mais uma força ao meu pronunciamento.

No sistema parlamentarista de governo, o Ministro é obrigado a prestar contas ao Parlamento. A mecânica que se desenrola é de tal forma coercitiva, no bom sentido, que não há como ele deixar de vir prestar contas. É claro que V. Ex^a deve, desde logo, entender que, da minha parte – e não veja' nisso nenhum ato de independência, mas de realidade -, não vejo como algum Ministro possa furtar-se a comparecer a esta Casa, se convocado, por uma manobra ou seja lá o que for de quem participa de uma comissão. Ocorre que ele não vem prestar contas à comissão, mas dizer à sociedade, ao povo quais as medidas que tomou em razão do cargo que ocupa, pois o cargo não lhe pertence.

Veja que a mecânica do voto popular que elege um presidente da República dá-lhe o mandato para que ele escolha os seus Ministros na sua confiança pessoal. Mas isso é um ato de consequência, resultado de um voto do exercício popular. E V. Ex^a sabe tão bem ou melhor do que eu que a única fonte legítima do poder é o povo. Sem o voto popular, sem a unção daquela urna que recolhe a manifestação do eleitor, não se pode dizer que estamos num governo democrático.

Falo bem à vontade. Não assinei o pedido de abertura para a criação de uma CPI do Sistema Financeiro Nacional; e não o fiz coerente com a outra, a do Poder Judiciário, a que também não emprestei minha assinatura. Uma por uma questão absolutamente jurídica, e outra porque, tendo participado da CPI dos chamados precatórios, sabia que seria impossível deter a mecânica que já se está vendo hoje. Já que começou, terá que ir ao fim. Não se pode frustrá-la no meio do caminho. Nisso, V. Ex^a tem razão, e não tenho por que não dizê-lo de público: não se deve impedir que uma CPI vá até os últimos instantes. É evidente, claro, que não como perseguição, não como um instrumento daqueles que, eventualmente, não rezam pela sua cartilha ou que procura, por meio do seu funcionamento, que se descarregue algum gesto vingativo. Não. A CPI do Sistema Financeiro Nacional não pode ficar pelo meio do caminho.

Por isso, quero voltar ao começo, quando tratei, ainda que a *vol d'oiseau*, um pouco sobre o sistema parlamentarista de governo e, mais uma vez, deplorando, lamentando que ele não tenha sido instalado.

Sei que o meu tempo chega ao final, mas trouxe apenas três folhas escritas. É uma forma de dar uma outra contribuição, no instante em que quero colocar, na pauta de discussão do Senado Federal, a questão do saneamento ambiental, notadamente os resíduos sólidos, comumente chamados de lixo. E não se tome essa expressão com nada do que possa estar acontecendo pelo País. Nenhuma ilação se poderá tirar senão o que quero dizer, porque foi criada agora a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República., tendo o Dr. Sérgio Cutollo, como seu titular. Passa, agora, a questão de resíduos sólidos a ter um endereço na Esplanada dos Ministérios. Ainda bem, uma vez que a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES – denuncia que, nos últimos nove anos, a produção de lixo nas grandes cidades brasileiras aumentou de 500 gramas *per capita* por dia para 1,2 Kg.

Por outro lado, a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais revela que, de 1989 até nossos dias, o percentual de lixo a céu aberto passou de 76% para 85%.

Outras estimativas disponíveis, segundo a mesma associação, pintam um quadro alarmante: muito embora a coleta de lixo atinja 73% dos domicílios – 73% dos domicílios, faço questão de repetir -, apenas 1% de todo o lixo recolhido diretamente no Brasil – 300 mil toneladas por dia, sendo 100 mil toneladas de lixo doméstico – passa por tratamento, compostagem, reciclagem ou incineração.

Por sua vez, o defasado – já está defasado porque data de 1989 – levantamento do IBGE dá conta que 76% dos resíduos eram despejados nos lixões a céu aberto; 13% aterrados e 10% colocados em aterros sanitários. São 76 mil toneladas de lixo doméstico por dia dispostos a céu aberto.

A situação levou o ex-Presidente do Ibama, Dr. Eduardo Martins, a admitir que "hoje a agenda marrom, que trata do lixo, é tão preocupante quanto a agenda verde, que trabalha os problemas ambientais da Amazônia".

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tramitam no Congresso Nacional diversos projetos de lei sobre resíduos sólidos, e o Executivo, mesmo tendo vetado, em janeiro de 95, integralmente o Projeto de Lei nº 199, que garantia a institucionalização do setor de saneamento básico, formou um grupo de trabalho e está desenvolvendo um anteprojeto de lei sobre resíduos sólidos, trabalho esse que vem sendo acompanhado pelo meu gabinete.

Essa situação é grave, Sr. Presidente!

É claro que é muito melhor fazer-se um discurso aproveitando as CPIs que por aí andam, porque dá mais notícia, porque tem mais repercussão. Mas não quero, com a minha omissão, esquecer de que esse setor precisá de um novo ordenamento jurídico-institucional, visando a subsidiar as discussões. Por isso mesmo, solicitei à minha assessoria técnica que preparasse uma coletânea do material legislativo existente.

Tive o cuidado, Sr. Presidente – esse cuidado de quem é acostumado a freqüentar as bibliotecas, de quem sofre com as pesquisas – de escrever a todos os Governadores de Estado e a todos os Prefeitos, pedindo-lhes encarecidamente que me mandassem, dentro da consulta, as respostas que lhes fossem possíveis. Recebi contribuições preciosas, dentre as quais ressalto o subsídio fornecido pela Drª Lúcia Sena, Coordenadora do Núcleo de Legislação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Por telefone, eu havia entrado em contato com o Governador Mário Covas, que, nos idos de 67, 68, era o Líder da Oposição – e eu, o seu Vice-Líder – para que desenvolvesse gestões, dentro do seu Estado, para esse cometimento.

Assim, honra-me comunicar a V. Ex^{as}s ter enviado para edição e publicação pela Secretaria Especial de Edição e Publicação – SEEP, o primeiro volume de uma série de dez volumes do Caderno Legislativo nº 004 – Legislação Brasileira de Resíduos Sólidos e Ambiental Correlata, assim composto:

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. I – Atos Internacionais e Legislação Federal – leis;

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. II – Legislação Federal – Decretos;

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. III – Legislação Federal – Marginália;

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. IV – Legislação Federal – Projetos de Lei;

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. V – Legislação Estadual – Leis;

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. VI – Legislação Estadual – Decretos;

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. VII – Legislação Estadual – Marginália;

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. VIII – Legislação Estadual – Projetos de Lei;

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. IX – Legislação Municipal – Leis;

Caderno Legislativo nº 004/99 – Vol. X – Legislação Municipal – Decretos e Marginália.

Quero, com isso, Sr. Presidente, não passar em brancas nuvens por esta Casa, sem deixar uma contribuição firme. Ainda que não a considerem valiosa, no meu turno, pelo meu lado, creio que esse é mais um serviço prestado à Nação.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, a cada quinze dias, vou encaminhar um volume à Secretaria Especial de Edição e Publicação para que a mesma tenha condição de editoração. É claro que o apoio da Presidência da Casa, na pessoa do Senador Antonio Carlos Magalhães, é indispensável para que se possa priorizar essa publicação e torná-la disponível às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores o mais breve possível.

Ao final, eminentíssimo Senador Gilvam Borges, comecei dizendo que V. Ex^a havia se esquecido de dizer que, no meu currículo, o item da sua amizade V. Ex^a não registrara.

Quero corrigir, vou corrigi-lo, quero dizer melhor: estamos na fase da nossa declaração de rendimentos, do chamado mês em que cada um apresenta a sua declaração do Imposto de Renda, e ali – veja bem, V. Ex^a –, na declaração de bens, cada um vai, item por item, dizendo quais são os bens a serem relacionados. V. Ex^a, portanto, não faz parte do meu **curriculum vitae**. Naquela declaração de bens, se pudesse lhe incluir, ali estaria o seu nome.

Com isso, quero dizer muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Agradeço a V. Ex^a, mas quero esclarecer-lhe que pode.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Posso e, se V. Ex^a me autoriza, já está feito.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges) – Convidei o eminentíssimo economista, Líder da Oposição e membro suplente desta Mesa, a assumir a Presidência, pois preciso, conforme a sua manifestação, usar da palavra. (Pausa.)

O Sr. Gilvam Borges deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, 1º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, fogo mata a dentro e água ladeira abaixos tornam-se incontroláveis e imprevisíveis até a sua conclusão.

Ao falar, o eminentíssimo Senador Bernardo Cabral, o nosso "filo poético" – associação de filósofo com poético –, lembrou-me uma história: num certo povoado, em uma cultura muito distante, um determinado cidadão cometeu um crime e foi levado à força.

Os seus julgadores lhe concederam um último pedido, que foi diferente dos de outras pessoas que ali estiveram e pereceram diante de seu julgamento. O seu pedido foi que chamassem a sua mãe. Ela veio e ele, amarrado, sussurrrou-lhe no ouvido algumas palavras e, em seguida, deu-lhe uma mordida na orelha, decepando-a. Os que estavam ali para analisar e julgar estranharam o ato de brutalidade.

Consumado o julgamento, o julgador esclareceu aos que estavam presentes: "Estranho o que esse homem falou a sua mãe: Mãe, se naquela vez em que fiz o meu primeiro furto a senhora tivesse me repreendido, talvez eu não estivesse aqui hoje."

Os sucessivos escândalos abordados nas CPIs, ocorridos em todos os recantos deste País, trazem um alerta: é preciso providências; é preciso revisões; é preciso atitudes.

O eminente Senador Bernardo Cabral, com a propriedade peculiar ao estudioso aplicado e de vivência no mundo político, sabiamente chamou a atenção para isso. É preciso reformulações com urgência, para que a Nação tome o seu rumo. Assim, quem sabe, no futuro, sobre Sénador Bernardo, não precisemos morder a orelha da Nação-mãe.

Portanto, quando escuto os oradores, comovendo a cada palavra, pois a experiência vivida, associada à sabedoria técnica e aos conhecimentos teóricos que advêm da realidade não são abstrações, são vivências do dia-a-dia, de experiências de décadas de estudiosos que se transformam nas teorias.

Portanto, Senadora Heloisa Helena, que está com a mão no queixo a me observar, e Senador Mozarildo, que, daqui a pouco, irá assumir esta tribuna, é preciso que fiquemos atentos para darmos a nossa colaboração.

O terceiro milênio se aproxima. Os profetas anunciam que o Armagedon, ou o fim do mundo, se aproxima: as convulsões, as dificuldades emergem. E vemos a grande massa da problemática como insolúvel. Mas existem caminhos. E passos precisam ser dados para que a caminhada ocorra.

A contribuição, sem sombra de dúvida, de todos os brasileiros com assento nesta Casa, é de grande responsabilidade. Todos os que aqui se manifestam, eminentes Senador Eduardo Suplicy, contribuem da melhor forma possível. Todos dão o que têm, e nós também damos o que temos.

Sr. Presidente, vou me ater ao meu pronunciamento sobre a Zona de Livre Comércio do Amapá e a Zona Franca de Manaus – pólo de desenvolvimento, esteio que pode nos facilitar a vida na Amazônia – e alertar a Nação brasileira para um desequilíbrio

futuro caso não tenhamos a merecida atenção, pois há décadas estamos submetidos ao subdesenvolvimento.

Venho, portanto, à tribuna com o intuito de louvar estudo elaborado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus, Suframa, e aproveito o ensejo para externar minha preocupação com o esvaziamento econômico da Área de Livre Comércio de Macapá-Santana e de outras estabelecidas na Amazônia Legal.

O estudo a que me refiro, realizado pela Suframa, intitula-se Potencialidades Regionais dos Estados da Amazônia Ocidental e do Estado do Amapá. Como se pode depreender do próprio nome, tal estudo busca identificar as atividades econômicas potencialmente relevantes em duas áreas de nosso Brasil até agora pouco conhecidas e pouco exploradas: a parte oeste da Amazônia e o Estado que tenho a honra de representar nesta egrégia Casa, o Amapá.

Ao fazer um verdadeiro mapeamento econômico dessas duas regiões, o estudo da Suframa teve como pressuposto o conceito, atualíssimo, de desenvolvimento sustentável, o que significa dizer que se privilegiaram as atividades que pudessem trazer benefícios permanentes à população, descartando-se aquelas atividades meramente predatórias, que somente enriquecem uns poucos, em pouco tempo, e cujo resultado final costuma ser a destruição do patrimônio natural e a miséria para a maioria.

Dois objetivos principais pretende atingir o estudo: ser um roteiro para a atuação da Suframa nas áreas de sua competência, inclusive a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana, sobre a qual discorrerei mais adiante, e trazer informações para embasar decisões de investimento por parte da iniciativa privada, mediante a divulgação das conclusões do referido estudo no Brasil e no exterior, tornando-se um meio de propaganda para impulsionar investimentos na região.

Com essa preocupação, a de mostrar a região a potenciais investidores, a Suframa editou o estudo em formato eletrônico, em três idiomas, português, espanhol e inglês, e, em breve, o tornará disponível em CD-Rom e na página que a autarquia mantém na Internet.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Gilvam Borges, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a aborda um tema que considero da maior importância para a Amazônia,

que é a Suframa. Considero, inclusive, que a Suframa já deveria ter mudado de nome, porque, nos últimos tempos, a sua ação tem mudado radicalmente. A Suframa, que começou apenas como um porto de livre comércio, evoluiu. Hoje, na verdade, ela é uma agência de fomento do desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Quero crer que os sucessivos superintendentes que por lá passaram, principalmente o atual, que está saindo, Dr. Mauro Costa, além dos governadores da Amazônia Ocidental, contribuíram muito para isso, imprimindo esse direcionamento à Suframa, ou seja, atender aos Estados da Amazônia Ocidental, inclusive o Estado que V. Ex^a representa, que, na verdade, faz parte da Amazônia Oriental. O Amapá tem muito mais a ver conosco, da Amazônia Ocidental, do que com a chamada Amazônia Oriental, onde está sediada a Sudam, que, ao contrário da Suframa, tem sido um órgão de poucos serviços prestados à Amazônia. Recentemente, conversando com o atual Superintendente da Sudam, expus-lhe a minha perplexidade com a pouca atuação da Sudam na Amazônia Ocidental. Sei que muito disso decorre do esvaziamento financeiro do órgão – aliás incompreensivelmente promovido pelo Governo Federal. A Sudam é vítima, talvez, de uma guerra psicológica que se faz contra os incentivos fiscais, que, na verdade, deveriam permanecer, porque aquela Região, a Amazônia, não pode continuar sendo apenas o quintal do Brasil. Nesse particular, é muito importante o pronunciamento de V. Ex^a, ressaltando aqui a questão da Suframa, sem desmerecer a das áreas de livre comércio já implantadas na Amazônia, principalmente no Estado do Amapá. Muito obrigado pela oportunidade do aparte.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Não tenho a intenção de me alongar sobre as conclusões a que chega o trabalho, porém descreverei, em linhas gerais, qual é sua estrutura.

Depois de fazer referência à conceituação e à metodologia adotadas, o estudo apresenta uma listagem de produtos e de serviços com potencial econômico. Há dois grupos de produtos e serviços: os que poderiam ser comercializados no mercado local e regional e os que poderiam ser comercializados no mercado nacional e/ou internacional.

No caso do Estado do Amapá, os produtos com potencial para serem vendidos no mercado nacional e/ou internacional são: madeira, pescado, tanto na modalidade piscicultura quanto na pesca extractiva, amido de mandioca, palmito de pupunha, óleo de dendê, castanha-do-pará, açaí e turismo ecológico.

Ademais, o estudo descreve os incentivos fiscais existentes para investimento na região: os incentivos federais, os estaduais ou aqueles específicos da Área de Livre Comércio de Macapá-Santana. Cada incentivo federal é administrado por uma de quatro instituições: a própria Suframa, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o Banco da Amazônia (BASA) e o BNDES.

No que diz respeito à Área de Livre Comércio de Macapá-Santana – o segundo ponto que gostaria de abordar na manhã de hoje –, a situação não é nada boa. Administrada pela Suframa, essa área de livre comércio é fundamental para o desenvolvimento do Amapá. Por isso, estristece-me muito que ela esteja sofrendo um processo acelerado de esvaziamento econômico, que, caso não seja contido imediatamente, poderá tornar-se irreversível. Quando foi inaugurada, a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana contava com cerca de duas mil empresas instaladas. Hoje, essas empresas não passam de quatrocentas.

O Governo Federal criou a área de livre comércio com o objetivo de desenvolver economicamente o Amapá – um Estado fronteiriço e periférico – e integrá-lo ao restante da economia nacional. Entretanto, a falta de infra-estrutura na região tem ocasionado o definhamento desse sonho de prosperidade que é comum a todos os amapaenses. Isso, apesar de contarmos com um superintendente competente, dinâmico e interessado, que saiu recentemente, o Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, cujo trabalho reconheço aqui de público.

Todavia, o que pode fazer um só homem contra a realidade da falta de infra-estrutura para a realização de investimentos? Nada ou, pelo menos, muito pouco. Por isso, se faz necessária uma maior atenção das autoridades do Governo Federal em relação à área de livre comércio, a fim de que essa ação se reverta em investimentos na infra-estrutura da região. Caso contrário, o Amapá continuará a ser um dos Estados mais atrasados da Federação, sem possibilidade de alcançar independência financeira em relação à União e de compartilhar a prosperidade do País.

Sr. Presidente, o Dr. Mauro deixou a sua contribuição, pois estabeleceu um norte, um indicativo, um estudo, uma sinalização e elaborou um plano, uma organização. Portanto, este pronunciamento é para chamar a atenção do Governo Federal e para homenagear o Dr. Mauro Ricardo Machado Costa pelo trabalho que desenvolveu na Suframa.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) –
Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a faz muito bem em chamar a atenção do Governo Federal. O que V. Ex^a acaba de dizer, e quero aqui, por desnecessário, repetir suas palavras quanto à administração Mauro Costa, para ficar naquilo que V. Ex^a fez questão de registrar. Quando foi criada a área de livre comércio de Macapá e Santana, dizia-se que as desigualdades regionais estavam começando a ser atacadas para que uma região como aquela, pobre, lindeira, pudesse sobreviver melhor. É inequívoco que, na hora em que se der o mesmo investimento de um Estado como o Amapá, por exemplo, para o Estado de São Paulo, através de um incentivo qualquer, ninguém vai deixar de ficar em São Paulo para ir para o Amapá ou para o meu Estado. Quero aplaudir V. Ex^a, pois chama a atenção para o fato de que dois mil empregos foram reduzidos a quatrocentos. Esse é um problema social da maior responsabilidade, sobretudo para quem conhece a Amazônia oriental e o seu Estado, o Amapá. São mil e seiscentos empregos que representam, no mínimo, oito mil pessoas – a considerar que cada empregado tem quatro ou cinco pessoas na sua casa para sustentar -, que ficaram jogadas ao leu, exatamente porque aquela região é tida como enteada, não é sequer considerada como filha legítima da Nação. Por isso, a presença de V. Ex^a na tribuna, fazendo um exercício correto, que é a defesa do seu Estado – e para isso os Senadores aqui se encontram -, produz uma peça. Não quero que tomem aquilo que Agripino Grieco dizia, ou seja, que os amigos exercitam a maçonaria dos elogios cruzados. Não! Quero que V. Ex^a me inclua nessa sua revolta quanto ao tratamento que está sendo dado de forma terrível, que é o esvaziamento daquela área. E, ao me incluir, conte com a minha solidariedade.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) –
Agradeço ao eminentíssimo Senador Bernardo Cabral pelo aparte. Está confirmado que V. Ex^a não é um sifofanta.

Encerro meu pronunciamento agradecendo a todos pela atenção e fazendo este apelo ao Governo Federal e ao Presidente da República para que voltem a sua atenção para a Amazônia, pois podemos ter problemas no futuro.

Que Deus nos proteja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento sobre a criação de Escolas Agrotécnicas Federais, quero registrar um encontro que ocorreu ontem, na cidade de Pacaraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, dos Governadores da Amazônia ocidental, em um primeiro passo para elaborar, conjuntamente, uma proposta de desenvolvimento atual para aquela imensa região que engloba cinco Estados.

Venho hoje a esta tribuna para reivindicar do Poder Executivo a urgente criação de Escolas Agrotécnicas Federais no interior do meu Estado, Roraima.

Desde logo, cabe ressaltar o caráter candente das questões relativas à educação profissional neste momento em que todo o mundo do trabalho passa por dramáticas alterações. Afinal, já não é novidade para ninguém que a nova conjuntura da economia mundial, caracterizada pela globalização e pelo acirramento da concorrência em todos os níveis, exige, cada vez mais, de qualquer postulante a uma vaga no mercado de trabalho, qualificação profissional sólida e abrangente. Mais ainda, exige daqueles que já conquistaram uma vaga e se empenham em não perdê-la um permanente esforço de atualização por meio de programas de qualificação e de educação continuada. Isso porque as inovações tecnológicas e as mudanças na organização dos métodos de produção provocam profundas e rápidas alterações na vida profissional dos trabalhadores em geral.

A nova ordem econômica mundial exige que as organizações empresariais ajustem-se a um figurino caracterizado pela rápida substituição das tecnologias de produção. Consequentemente, os países que não quiserem ficar para trás nesse processo deverão demonstrar igual rapidez e agilidade no ajuste de suas políticas de formação de recursos humanos. Essa é a única alternativa viável para dar resposta efetiva às mudanças decorrentes da reestruturação produtiva.

Com efeito, Sras e Srs. Senadores, a observação da experiência de outros países evidencia, de forma insofismável, que uma educação profissional de qualidade, respaldada em educação básica também de ótimo nível, constitui a chave do êxito das sociedades desenvolvidas.

E, nessa conjuntura, que clama que se dê relevo ao ensino profissionalizante, qual é a situação do Brasil? A triste realidade é que é flagrante a escassez de estabelecimentos de ensino técnico em nosso País, sendo urgentemente necessário que se fo-

mente essa modalidade de ensino. Os números evidenciam que o Sistema Nacional de Educação Tecnológica está gravemente subdimencionado em relação ao tamanho da nossa População Economicamente Ativa (PEA).

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que o Sistema Nacional de Educação Tecnológica compreende não apenas a rede federal, mas também as redes de escolas técnicas, agrotécnicas e centros de educação tecnológica dos Estados, Municípios, do Distrito Federal e do setor privado. Além dessas, o País conta com a rede dos serviços nacionais de aprendizagem, conhecido Sistema "S", compreendendo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); o Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (Senat) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae).

A Rede Federal de Educação atende hoje cerca de 160 mil alunos, sendo composta por cinco Centros Federais de Educação Tecnológica e suas seis Unidades Descentralizadas (UNEDs), por 19 Escolas Técnicas Federais e suas 17 UNEDs e por 46 Escolas Agrotécnicas Federais e suas 17 UNEDs. As Escolas Técnicas Federais estão localizadas em grande parte nas Capitais dos Estados e atendem aos setores industrial e de serviços. As Agrotécnicas estão localizadas, em sua grande maioria, na área rural e oferecem cursos nos setores de agropecuária, agroindústria, zootecnia e infra-estrutura rural. As Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs – localizam-se em cidades do interior e funcionam como um prolongamento de suas matrizes, às quais estão subordinadas.

O segundo grupo – constituído pelas Redes de Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros de Educação Tecnológica dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e do setor privado – engloba cerca de 500 escolas e oferece quase dois milhões de matrículas.

O Sistema "S" é que, na verdade, responde pela oferta mais expressiva de vagas em educação profissional no País. Em suas 1.600 unidades, o Sistema "S" oferece, anualmente, um total de 4,8 milhões de matrículas.

À primeira vista, esse panorama poderia dar uma falsa impressão de pujança do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Uma análise minimamente mais cuidadosa, porém, revelará seu porte acanhado em relação às necessidades do País.

É que a soma dos números anteriormente mencionados evidencia que todo o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, englobando as diversas redes, não chega a oferecer sete milhões de matrículas à população brasileira. Esse número representa uma oferta anual de matrículas no campo da educação profissional extremamente reduzida em relação ao tamanho da nossa população, pois, com essas sete milhões de vagas, estamos atendendo a menos de 9% da População Economicamente Ativa (PEA) do País.

Com esse índice de 9%, estamos bem na retaguarda dos países do Mercosul e muito distantes de países paradigmáticos em termos de desenvolvimento socioeconômico, como é o caso das nações da Europa Ocidental, da América do Norte e do Japão. Nesses países, a oferta anual de educação profissional chega a 20% da População Economicamente Ativa. Mesmo na América Latina, países como Argentina e Chile asseguram oferta de educação profissional, anualmente, igual a 18% da População Economicamente Ativa.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, como se pode ver, não é tranquilizadora a situação do País no que concerne à educação profissional. Urge dar a essa modalidade de educação a prioridade que ela está a reclamar, fomentando-se, por todo o território nacional, a criação de mais cursos técnicos.

Felizmente, parece que a Nação começou a acordar para essa realidade, e algumas mudanças começam a surgir. Há evidências que nos permitem concluir que os diversos setores envolvidos com os rumos da educação no Brasil começaram a reconhecer o papel e a importância da educação profissional.

Uma novidade que reputamos da maior importância é a inserção, na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de um capítulo dedicado a essa modalidade de educação. Trata-se, na verdade, da primeira vez em que a lei geral da educação brasileira contempla um capítulo específico sobre educação profissional.

E não é apenas o explícito relevo concedido à educação profissional na nova LDB que constitui motivo de otimismo. Também muito positivo é o enfoque dado ao tema naquele instrumento legislativo. Em sintonia com as concepções mais modernas, a nova LDB dispõe que a educação profissional deve integrar-se e articular-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e deve conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Preceitua, ainda, que

a oferta de educação profissional deve alcançar jovens e adultos, trabalhadores em geral, tendo como referência a Educação Regular – ensino fundamental, médio e superior – ou realizar-se de forma mais livre e circunstancialmente necessária, sem qualquer condicionamento em relação à escolaridade.

Para dar consequência prática aos princípios gerais preconizados na LDB, o Governo Federal editou dois diplomas legais complementares a ela e que consubstanciam uma autêntica reforma da educação profissional no País, o Decreto nº 2.208 e a Portaria nº 646 do Ministério da Educação. Nesses diplomas, transparece nitidamente uma saudável preocupação em sintonizar intimamente o ensino técnico ao mercado de trabalho e aos avanços tecnológicos.

Ficou determinado, por exemplo, que a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico deverá estar embasada em estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores. Igualmente importante, estatuiu-se que a oferta de cursos de nível técnico e de qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral será feita de acordo com as demandas identificadas junto aos setores produtivos, sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, bem como junto a órgãos de desenvolvimento econômico e social dos Governos Estaduais e Municipais.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, com a reforma da educação profissional deslanchada em seu primeiro mandato, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso demonstra reconhecer a enorme relevância que o tema efetivamente tem. Adotando uma conceção moderna, voltada para sintonizar o ensino técnico ao mercado de trabalho e aos avanços tecnológicos, o Governo abriu caminho para a melhoria da educação profissional no Brasil e, consequentemente, para uma melhor inserção do País na economia globalizada.

Falta, agora, levar esses novos tempos ao meu longínquo Estado de Roraima.

Tomei a iniciativa de apresentar projetos de lei propondo a criação de Escolas Agrotécnicas Federais em Municípios do interior do meu Estado. Afinal, um dos princípios adotados pelo atual Governo para a reforma da educação profissional é a sintonia entre a sua oferta e as demandas do mercado de trabalho. Ora, a vocação agrícola dos Municípios roraimenses é evidente, e um dos principais fatores que têm entravado o pleno desenvolvimento desse potencial é a carência de profissionais capazes de repassar aos

agricultores e pecuaristas as técnicas modernas aptas a melhorar a produtividade de suas lavouras e criações.

Adicionalmente, deve-se ressaltar que a imensa maioria dos jovens daqueles Municípios são filhos de colonos, estando naturalmente inclinados à atividade no campo, pois, desde pequenos, começam a participar da labuta diária de seus pais, ajudando-os na faina da terra. Em muitas localidades, até o calendário escolar é adaptado à época da colheita, para permitir que toda a família dela participe. Os pais, por sua vez, colonos oriundos principalmente do Nordeste e assentados pelo Incra, encontram-se desassistidos de apoio técnico e de orientação para melhor plantarem e, consequentemente, mais produzirem.

Nesse contexto, nada mais lógico do que dar oportunidade a esses filhos de colonos, para que, ao mesmo tempo em que ajudam os pais, possam estudar e se aperfeiçoar nas mais avançadas técnicas agropecuárias.

No entanto, Sras e Srs. Senadores, o Governo Federal tem, até o presente, manifestado a disposição de não ampliar a Rede Federal de Escolas Agrotécnicas, sem levar em consideração que em alguns Estados, tal como em Roraima, não existe uma única sequer. Trata-se de uma política que, ao não levar em conta as desigualdades regionais, acaba por agravá-las ainda mais.

Quando, exercendo mandato conferido pelo povo de Roraima, ocupei assento na egrégia Câmara dos Deputados, tive oportunidade de apresentar projetos que autorizavam o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica Federal e a Universidade Federal de Roraima. É motivo de enorme jubilo para mim ver, hoje, essas instituições em pleno funcionamento, suprindo o Estado de mão-de-obra especializada, formada na própria região, e contribuindo, dessa forma, para o seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, guardo a firme convicção de que o Congresso Nacional aprovará as leis de minha autoria que propõem a criações das Escolas Agrotécnicas e espero que o Poder Executivo haverá, mais uma vez, de mostrarse sensível aos reclamos do povo roraimense. Por esse motivo, continuarei minha luta para que sejam criadas Escolas Agrotécnicas no Estado que tenho a hora de representar nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho a tribuna nesta tarde para registrar a presença do Presidente da República em exercício, Dr. Marco Maciel, no nosso Estado, na segunda-feira.

O Presidente em exercício esteve em Carajás para presenciar a assinatura de um protocolo de intenções entre a Companhia Vale do Rio Doce e o Governo da Bolívia, sobre o desejo dessa Companhia de fazer um investimento na verticalização mineralícia com relação ao ferro naquele país.

Acho interessante essa vontade, essa determinação da Companhia Vale do Rio Doce, porém, faço o registro, primeiro, de que fui convidado por Sua Excelência, o Presidente em exercício, para comparecer a essa cerimônia; mas, em sinal de protesto, me neguei a ir até Carajás participar desse evento. Para minha satisfação, o Governador do meu Estado, Almir Gabriel, foi até Carajás, recebeu Sua Excelência o Presidente em exercício no aeroporto; não compareceu à cerimônia e foi para o Município de Paraopebas, onde está instalada a mina de ferro da Vale do Rio Doce, retornando, logo em seguida, para a capital do meu Estado. Realmente, atitudes como essa é que sinalizam, pelo menos na nossa convicção, de que realmente estamos no rumo certo na forma de enfrentar a decisão da Companhia Vale do Rio Doce com relação principalmente à Região Amazônica, em especial ao Estado do Pará.

Ainda ontem, assisti também ao programa Bom Dia Pará, da TV Liberal, afiliada da Rede Globo, quando o Governador do Estado juntou-se à vontade do povo do Pará, à Câmara Municipal, à Assembléia Legislativa, à Câmara Federal e ao Senado da República neste momento difícil que sentimos, observando desde a sua privatização, a condução desse processo que tem dado grandes prejuízos realmente ao nosso Estado.

E para minha surpresa, ontem, no avião que se dirigia a Brasília, li em uma nota de uma coluna do jornal **O Liberal** que a direção da Companhia Vale do Rio Doce, preocupada com a repercussão no Congresso Nacional e no meu Estado com a forma como temos nos conduzido, digamos assim, contestando os seus números e as suas intenções, teria mandado seus assessores até o Senado para rece-

ber as notas taquigráficas dos discursos proferidos por mim com relação à Vale.

Quero dizer, tranqüilamente, que o Sr. Jório Dauster não precisa mandar ninguém aqui para receber e nem pedir as notas dos meus discursos; ao contrário, eu já as remeti para ele. Inclusive, foram publicados em todos os jornais do meu Estado e em alguns do sul do País, como a **Folha de S.Paulo**, o **Jornal do Brasil** e o jornal **O Globo**. Então, ele não precisa contratar nenhuma assessoria para tentar intimidar-me ou fazer com que eu mude meu comportamento, o que só será mudado quando a Companhia Vale do Rio Doce respeitar o meu Estado, quando tratar o povo do Pará e o povo da Amazônia com o mesmo respeito com que essa companhia foi tratada ao longo do tempo.

Não vamos permitir – já disse e repito aqui – que essa companhia faça o que foi feito no Estado do Amapá, do ilustre Senador Gilvam Borges, pela Icomi, que trabalhou lá durante 50 anos explorando o manganês e hoje encontra-se naquela situação de caos social: a mina totalmente desativada e os problemas, realmente, todos jogados para a administração do Estado e do Município de Macapá. Ao contrário, no Pará, independente de partido político e da vontade de quem quer que seja, nós estaremos sempre a defender os interesses do nosso Estado e da nossa região.

E digo mais: haverá, no dia 27 deste mês, uma sessão especial na Assembléia Legislativa para a qual a direção da Vale foi convidada – e vai participar – para, realmente, esclarecer esses pontos ainda duvidosos no que se refere à verticalização mineralícia dentro do nosso Estado. Nesse caso, talvez possamos comparar os números e descobrir quem é que está dizendo a verdade, para não ficarmos apenas nessas perlengas, nessas longas discussões, que até agora têm sido dadas apenas como uma forma que a Companhia tem de tratar o nosso Estado.

Deixo claro também que, ainda nesse processo, a partir de terça-feira, darei entrada, na Comissão de Assuntos Econômicos, em um requerimento, pedindo informações ao Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, a respeito do recolhimento dos impostos federais pela Companhia Vale do Rio Doce, na minha região, da mesma forma que farei com o Ministro Waldeck Ornelas, da Previdência Social, para que S. Ex^a informe também como estão os recolhimentos dos impostos da sua pasta e, finalmente, farei um requerimento ao Ministro Francisco Dornelles, no que se refere aos impostos da pasta

do Trabalho. Pode ser até que eu esteja enganado – e espero estar – , porque quem não paga ICMS de importação de equipamento, como eles lá têm quase R\$ 200 milhões em débito com o Governo do Estado, com a Secretaria da Fazenda, não recolheram os impostos de ICMS de importação de equipamentos; quem tem uma Companhia como a Docenave, que é a Companhia da Vale do Rio Doce que faz o transporte de seus minérios não somente na atividade de navegação de cabotagem e longo curso, como também a navegação fluvial, trazendo a bauxita lá da mineração Rio do Norte, de Oriximina, para Barcarena, também no Pará, para sua subsidiária Albrás Alunorte, trazendo matéria-prima para a fabricação da lumina e depois do alumínio, que também é exportado.

Só para os Srs. Senadores terem uma idéia, a Docenave não tem CGC no Pará; ela transporta esse minério já há alguns anos, há pelo menos seis anos, e a empresa é pirata.

Todas as empresas de navegação da Amazônia estão sendo agora – essa é matéria dos jornais do Estado, da Região e nacionais – fiscalizadas pelos fiscos federal e estadual, aqueles barqueiros, aquelas embarcações pequenas que fazem transporte de passageiros, bem como as empresas médias e grandes de navegação que atuam na Região Amazônica.

Como informação, na Amazônia tem mais de 60 mil embarcações fazendo o transporte fluvial, e essas empresas estão sendo lá cobradas, estão sendo fiscalizadas pelos fiscos federal e estadual. Essa empresa, esse tubarão Jório Dauster, que tem agora, na direção, por ser o Presidente Executivo da Vale, a arrogância, a cara-de-pau de ir ao meu Estado e dizer que está tudo certo, que ele não vai verticalizar a produção mineral porque o cobre hoje está em baixa no mercado internacional. Isso porque o investimento que estava previsto quando a Vale ainda era estatal não lhe traz atrativos. Ora, a empresa teve um lucro de mais de R\$1,2 bilhão no ano passado – declarado oficialmente pelo ainda presidente Benjamin Steinbruch – e agora, com essa cara-de-pau, vai lá e diz isso, quer que nós aceitemos essa realidade.

Nós estamos tomando as nossas decisões, as nossas atitudes com relação a essa companhia e temos certeza de que, depois disso tudo esclarecido, eles não serão mais uma empresa pirata no nosso Estado. Essa empresa, que transporta quantidade bastante significativa de minério da nossa região e que lá aufera tantos lucros, tem de perceber que vivemos um novo momento, que o Governo do Estado que fiscaliza as suas ações, é sério, honrado, competente

e precisa dar ao seu povo – não só à população que está em torno do Projeto Vale do Rio Doce, mas à toda a população do Estado do Pará – respostas no que se refere à infra-estrutura...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Luiz Otávio, permita-me interromper por um instante o pronunciamento importante que faz V. Ex^a sobre a Companhia Vale do Rio Doce e sobre o que está se passando no Pará – aproveito, inclusive, a oportunidade para pedir-lhe que depois explique melhor como pode a Docenave ali trabalhar sem o devido CGC e se se trata hoje de uma empresa sob controle público ou sob controle da Companhia Vale do Rio Doce, ora em mãos privadas.

Interrompo V. Ex^a para registrar que está nos visitando, e se encontra na Tribuna de Honra do Senado Federal, o Sr. Iuri Zubakov, chefe do aparelho de governo da Federação da Rússia, Ministro de Estado da Federação da Rússia e chefe de delegação da Comissão Russo-Brasileira de Cooperação Econômica e Comercial – o seu posto seria o equivalente ao de Ministro da Casa Civil no governo brasileiro.

Queremos agradecer a visita do Sr. Iuri Zubakov e dizer-lhe que é muito bem-vindo. Consideramos de muita importância o estreitamento de relações de amizade entre o povo brasileiro e o povo russo. Aproveito ainda a oportunidade para dizer que é também dos brasileiros a preocupação no sentido de que haja paz na Europa. Esperamos que possa, o quanto antes, ser resolvido por meios não bélicos o conflito na Iugoslávia que envolve kosovares e sérvios.

O Congresso e o Senado brasileiros põem-se à disposição para colaborar num diálogo que possa levar à paz. O nosso sentimento é de paz na Europa e em todo o mundo.

Continua com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, dou prosseguimento ao meu pronunciamento desta tarde.

É curiosa a argumentação feita pela atual direção da Vale: disse que não havia recursos para investimentos na verticalização mineral. Essa afirmação foi desmentida pelos meios oficiais e, também, pela Imprensa. O presidente do BNDES, Dr. Pio Borges, em audiência com o Governador Almir Gabriel, disse o contrário: que o BNDES, parceiro no controle acionário da nova companhia privatizada, tem os recursos necessários para ampliação e diversificação das atividades da empresa, de modo a dar-lhe condições de gerar empregos e renda no meu Estado. E

mais: é possível tornar econômica e financeiramente viável o projeto, evitando que continuemos a importar R\$600 milhões em cobre todos os anos.

Projetos como a hidrovia Araguaia-Tocantins, como as reclusas de Tucuruí e tantos outros em nossa região – viáveis econômica e financeiramente – , podem ajudar o País a cobrir o déficit registrado em sua balança de pagamentos. Desde que se concentrem os investimentos onde o processo econômico e o processo social sejam viáveis, muita coisa boa pode ser feita.

Por ocasião do aniversário de Brasília, prestou-se homenagem a Juscelino Kubitschek, que, há 39 anos, além de ter criado essa bela e agradável cidade, interligou todo o nosso país com a rodovia Belém-Brasília. A hidrovia Araguaia-Tocantins também pode ser um marco na história do País ao viabilizar as nossas exportações e facilitar o escoamento de mercadorias, hoje feito principalmente nos portos de Paranaguá e Santos. Parte dessas mercadorias pode ser exportada por Santarém, no Norte do País.

Faço aqui uma reflexão e um pedido. Na semana passada, soubemos por meio da imprensa da mudança na direção do DNER, órgão ligado ao Ministério dos Transportes. Fazemos um apelo ao Ministro Eliseu Padilha no sentido de que essa nova diretoria do DNER não permita que as necessidades, as prioridades sejam desviadas da nossa região.

Só para dar um exemplo do que vem ocorrendo: à rodovia Santarém-Cuiabá, com trechos praticamente prontos no Estado de Mato Grosso, foram destinados, neste ano ainda, R\$28 milhões para fazer frente à pavimentação do trecho Rurópolis e a fronteira com Mato Grosso. O trecho Rurópolis-Santarém, para o qual seriam necessários apenas R\$10 milhões, não foi executado.

Como governista, como pessoa envolvida seriamente com a nossa região, faço veemente apelo ao Ministro: que essa nova gestão do DNER cumpra as metas do Brasil em Ação do nosso querido Presidente Fernando Henrique.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, também da Região Amazônica.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Luiz Otávio, quero hipotecar solidariedade a V. Ex^a no tocante às denúncias que vem fazendo, reiteradamente, da tribuna desta Casa, com relação à atuação da Vale do Rio Doce em seu Estado. Nós, que defendemos a privatização e a entendemos

como um bom caminho, não podemos concordar com o comportamento da Vale do Rio Doce. Diante do que V. Ex^a vem denunciando, é no mínimo importante que exijamos do Governo Federal uma providência – talvez até do próprio Ministério Público – no sentido de investigar essa conduta. Não podemos aceitar esse descaso em relação à Amazônia. Trata-se de uma guerra psicológica de um lado e, de outro, de um verdadeiro esvaziamento econômico e financeiro da região. No tocante ao DNER, quero também aliar-me a V. Ex^a quando denuncia que há um fluxo crescente de recursos para Estados que não fazem parte da Amazônia. No caso de Roraima a situação é mais grave ainda, porque a forma como deve atuar o DNER em Roraima é decidida em Manaus. Éramos um território federal, mas fomos desmembrados do Amazonas e transformados em Estado. No entanto, órgãos como o DNER ainda estão sediados em Manaus e deliberam sobre o que deve ocorrer em Roraima. Portanto, juntamente com V. Ex^a, manifesto a minha revolta no tocante a essas duas situações. Muito obrigado pela oportunidade de aparte.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Ainda com relação à nossa região e ao meu Estado, neste sábado, lá em Redenção, sul do Pará, tivemos a grande alegria de inaugurar a nossa escola agrotécnica, feita com recursos do Governo do Estado e com a parceria da Prefeitura Municipal, tendo à frente o Prefeito Mário Moreira.

É um projeto importante, pois traz para aquela fronteira agrícola a condição para que os estudantes, ainda iniciantes na vida escolar, possam criar uma mentalidade voltada para a pecuária, para a agricultura e, finalmente, para a agroindústria. Esse foi um fato importante, pois verificamos que quando se quer fazer se faz. Só para que V. Ex^as tenham uma idéia, nós e a iniciativa privada, com o apoio do Governo do Estado e das Prefeituras Municipais, conseguimos inaugurar quatro frigoríficos abatedores de gado no sul do Pará, que já estão industrializando de quatro a cinco mil cabeças – isso porque ainda falta inaugurar um frigorífico – por dia. São mais de 150 mil cabeças de gado por mês e quase dois milhões de bois por ano. A exportação de produtos já está sendo feita para o Japão. Presenciamos, inclusive, o embarque dos primeiros containers frigorificados ainda para serem transportados por Paranaguá e Santos. Temos certeza de que brevemente teremos oportunidade de também exportar esses produtos pelo Norte, através do Pará ou de outros portos, até pelo Maranhão.

Neste momento, faço uma referência ao Ministério da Agricultura, que precisa apoiar o Governo do Estado e dos Municípios no combate à aftosa. Não vamos poder exportar uma quantidade tão grande de produtos, quando o mercado externo paga tão bem e é tão grande, enquanto ainda tivermos o problema da aftosa com relação ao gado bovino.

Já cumprimos a nossa parte, tanto o Governo Municipal quanto o Estadual. Quando estive em audiência com o Ministro da Agricultura, S. Ex^a disse que apenas adiou o fechamento da fronteira, para que se combatasse a aftosa a partir de julho. Espero que o Ministro cumpra a sua parte, o compromisso assumido à frente de toda a Bancada federal e estadual do meu Estado, quando, além de dizer que adiaria o fechamento da fronteira, também disse que os recursos são obrigação do Ministério da Agricultura, que inclusive participou em todos os Estados do Centro-Oeste e principalmente no Rio Grande do Sul e Sudeste.

Como as Bancadas do Norte e Nordeste ainda não têm a mesma força política que tem o Sul, até agora não recebemos nem um recurso acertado e comprometido para também ajudar nesse combate.

Vamos continuar aguardando, mas temos prazo, pois a agricultura não se faz na data e na oportunidade que queremos e sim de acordo com o tempo, com a preparação do seu solo, com a condição climática, independentemente da vontade pessoal. Espero, portanto, que o Ministro da Agricultura, o Dr. Francisco Turra, cumpra a sua parte e o nosso Estado possa ficar realmente em condição igual a de outros Estados. Não queremos nada mais, apenas as mesmas condições de outros Estados.

Já ultrapassei meu tempo em alguns minutos. Agradeço a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente, e volcarei na próxima oportunidade.

Muito obrigado.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Marina Silva, Líder do Bloco de Oposição e do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, represeñe um projeto de minha autoria que cria uma reserva do fundo de participação para investimento nos Estados que tenham área de preservação ambiental, área de preservação permanente, sejam re-

servas indígeras, reservas extrativistas ou projetos de assentamento extrativista.

Essa reserva no próprio FPE, Fundo de Participação nos Estados, seria destinada ao investimento no setor produtivo, principalmente dando condições para que esses investimentos sejam feitos mediante critérios de sustentabilidade nas atividades ligadas à pecuária, à exploração madeireira, à agricultura, desde a de grande porte à agricultura familiar, enfim, nas mais diversas atividades produtivas nas regiões compatíveis com práticas de manejo, já que em alguns lugares não temos mais nem o que manejar. Com certeza, na nossa região, a Região Amazônica, o benefício seria muito grande. Um Estado como o meu já teria um acréscimo no seu Fundo de Participação de cerca de R\$14 milhões por ano, tudo isso só para o Governo investir no setor produtivo com a preocupação da qualidade ambiental, algo impossível de ser feito, numa região como a nossa, sem o aporte de recursos do Governo, pelo menos para as atividades iniciais.

Tenho lutado muito, Sr. Presidente, para viabilizar recursos dessa natureza, porque há uma certa resistência por parte do setor produtivo quando se fala em desenvolvimento com qualidade ambiental. As pessoas não entendem a dimensão dessa proposta e logo começam a pensar que, se estamos propondo isso, é porque não queremos o desenvolvimento. Pelo contrário, queremos que seja um desenvolvimento sustentado, e para ser sustentado, não pode ser visto apenas o aspecto ambiental, mas também o econômico, o social, enfim, todos os seus aspectos. Esta é a luta.

O projeto está tramitando e já tem um parecer favorável do Senador Gilberto Mestrinho, do Estado do Amazonas, que também conhece as preocupações que temos, conhece os dilemas de nossa região no que se refere a essas questões. Muitas vezes, no tocante à viabilização de recursos, as pessoas pensam que o Governo Federal não dispõe de mais recursos para esse tipo de investimento: pequeno, mas grandiosos do ponto de vista do seu alcance. Pela manhã, estava verificando que todo o dinheiro que foi gasto no socorro aos bancos falidos, principalmente os Bancos Marka e FonteCindam, teria um retorno muito grande em nossa região empobrecida.

Para se ter uma idéia, este R\$1,5 bilhão de prejuízo que o Governo teve com o socorro a esses bancos falidos daria para pagar um salário mínimo a 250 mil trabalhadores, durante os quatro anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, neste seu segundo mandato, o dinheiro que ele gastou

com o bancos Marka e FonteCindam daria para pagar um salário mínimo a 250 mil trabalhadores durante todo o seu segundo mandato. O dinheiro que foi gasto com esses bancos que estão falidos, que são bancos nancos, não são bancos grandes, na minha terra poderia dizer-se que nem bancos são, poderíamos chamá-los até de um pequeno tamboretes -, representa o mesmo valor que ele cortou no Orçamento da União referente à reforma agrária, à saúde e à educação. Trata-se de algo que teria um impacto altamente positivo na sociedade, que está vivendo momentos de dificuldade, principalmente no que se refere ao desemprego.

Sr. Presidente, estou fazendo este pronunciamento para dar uma demonstração de que quando falamos nos problema sociais, nos problemas ambientais, enfim, nos problemas do nosso País, não fazemos apenas o diagnóstico, mas também apresentamos a alternativa. Esse projeto é uma alternativa, a alternativa possível, porque os recursos existem. Tanto é verdade que o Governo se dá ao luxo de oferecer recursos para bancos falidos da ordem que está sendo colocada pela CPI do Sistema Financeiro, com os prejuízos que estão dando à nossa economia e à sociedade brasileira.

Pensando nisso, dá-me uma grande tristeza imaginar que foram gastos recursos que dariam para pagar um salário mínimo, durante quatro anos, a 250 mil trabalhadores. Daria para implementar, com certeza, boa parte das preocupações do Senador que preside hoje esta sessão, Senador Eduardo Suplicy, com o seu projeto de renda mínima, que também é uma demonstração de respeito e de uma luta incessante pelo resgate da cidadania.

Esses fatos nos entristecem, mas, ao mesmo tempo, dão-nos força e coragem para continuarmos lutando e oferecendo propostas alternativas a tudo isso que aí está, com a finalidade de respondermos àquilo que a população espera do Congresso Nacional e das autoridades constituintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há poucos minutos, durante o pronunciamento do nobre colega representante do Estado do Pará, Senador Luiz Otávio, o Presidente desta sessão, Senador Eduardo Suplicy, fez menção àquele problema que aflige o mundo inteiro, relativo à questão militar da disputa étnica e

racial a respeito do controle da área de Kosovo, na antiga República da Iugoslávia.

Lamentavelmente o que estamos vendo naquela região do mundo é uma intervenção militar até agora malsucedida, do ponto de vista de pôr fim àquele conflito que ela buscou encerrar. O fato é que, na história recente do mundo, a ex-República da Iugoslávia, após o fim da cortina de ferro e da União Soviética, passou a se desintegrar e as diversas repúblicas que a compunham tiveram que travar batalhas e guerras muitas vezes sangrentas para obter a sua independência. Isso aconteceu na Croácia e na Bósnia Herzegovina e, agora, acontece em Kosovo, com uma luta entre albaneses e sérvios pelo controle daquela região e pela autonomia daquele povo.

Ora, o que vemos? Ainda há pouco tempo, em debate com o Embaixador da Iugoslávia aqui, na TV Senado, dizia a ele que, a meu ver, o mundo realmente precisa de um pouco mais de Brasil. Lamentavelmente, todos os critérios usados para avaliação das nações no mundo levam em conta apenas, na maioria das vezes, o seu desempenho econômico e a sua pujança financeira. Será que esses são os maiores valores da construção de uma civilização? É evidente que não. E principalmente agora, quando vemos, neste final de século, neste final de milênio, o mundo se debater em verdadeiras chacinas, a exemplo do que acontece hoje na Iugoslávia, no Timor Leste e no antigo Ceilão, Sri Lanka, ou daquilo que acontece na guerra religiosa da Irlanda, perguntamos: como podem os homens se matar por razões que, na verdade, não justificam qualquer ação de violência, muito menos a guerra e a morte, por diferenças étnicas, raciais, culturais ou religiosas? Como pode isso justificar uma carnificina? O que pode justificar uma carnificina? Nada.

Nesse ponto, quero aqui destacar o papel do povo brasileiro na construção de uma nação. Hoje, completando 499 anos da descoberta do Brasil, o Brasil está a apenas um ano de completar o seu quinto centenário de descobrimento. Ao longo da história, o que podemos ver é o povo brasileiro dando a maior demonstração para o mundo de como se deve construir uma nação. Uma nação que é o fruto da fraternidade. Uma nação que é o fruto da convivência entre diferentes povos. Um país que, ao final da Primeira Guerra Mundial, recebeu refugiados do mundo inteiro, que vieram para cá enriquecer o nosso patrimônio cultural e ajudar no desenvolvimento do nosso País. Um País que recebeu refugiados do Japão no início do século, depois do final da guerra com a China e que, por intermédio dessa contribui-

ção e da presença do povo japonês em nosso território, tivemos em diversos setores da nossa economia e da nossa cultura extraordinário desenvolvimento.

Era preciso que o mundo prestasse mais atenção no Brasil, no País onde todas as raças convivem com igualdade. Um País onde todas as religiões convivem, desenvolvem-se, são praticadas, são defendidas de forma harmônica; e um País que busca, por meio da ação enérgica dos seus representantes e das suas Lideranças políticas, resgatar, um pouco tarde, mas ainda em tempo, o tratamento que deve ser dado às nações indígenas que ocupavam o nosso País quando da sua descoberta. Se o Brasil ainda não alcançou a plenitude do tratamento às nações indígenas que deveria ter sido dado desde o primeiro momento, é preciso que se diga que poucos países na História têm dado, nos últimos anos, tanta atenção à discussão dos direitos daqueles povos na construção da cidadania e na ocupação do território brasileiro.

Lamentavelmente, há outros países que não compreendem isso e fazem da violência, da intolerância, da arrogância a marca registrada de suas atuações. E, se vemos todo esse esforço da cultura do povo brasileiro, no sentido de promover a convivência pacífica entre aqueles que são diferentes, infelizmente, um outro tema nos aflige profundamente, principalmente nas grandes cidades do País: é a questão da violência. E aqui quero falar, particularmente, sobre a situação do Distrito Federal.

Em junho do ano passado, acompanhando o hoje Governador de Brasília, na época candidato, Joaquim Roriz à cidade de Nova Iorque para conhecer o bem-sucedido Programa Segurança Sem Tolerância, empreendido naquela cidade e que reduziu em quase 80% as ações criminais, fomos surpreendidos com a constatação de que todo esse trabalho tinha sido obtido a partir de um efetivo policial, em relação à população, rigorosamente equivalente ao efetivo policial que temos em Brasília. Daí a pergunta: se, proporcionalmente, a quantidade de policiais existentes em Nova Iorque para coibir a violência é igual, por habitante, a existente em Brasília, por que estamos assistindo a um crescimento cada vez maior da violência na nossa cidade? Quando da visita daqueles técnicos americanos ao nosso País, foi fácil que eles mesmos tomassem a iniciativa de apontar uma grande diferença entre o desempenho da polícia numa cidade como Nova Iorque e o desempenho da polícia em Brasília. E essa diferença está na concepção urbanística de nossa cidade, que

é um dos seus maiores valores. E é muito fácil exemplificar.

O que cabe à polícia? À polícia não cabe fiscalizar nada que não sejam as áreas públicas, já que as propriedades privadas não devem ser fiscalizadas pela polícia e pelo Governo. E qual é a grande diferença de Brasília para as demais cidades? Numa superquadra brasiliense, para usar apenas um dos conceitos de moradia do Distrito Federal, responsável pela alta qualidade de vida na nossa cidade, vivem aproximadamente 700 famílias. Ora, numa cidade como Nova Iorque, na mesma área ocupada pela superquadra e servida pelas vias públicas, moram 7.000 famílias, portanto, uma população dez vezes maior, o que faz com que o espaço a ser policiado pela segurança pública, em relação ao número de habitantes de uma cidade como Nova Iorque ou mesmo Rio de Janeiro e São Paulo, seja dez vezes menor naquelas cidades do que no Distrito Federal. Para os técnicos da polícia americana, essa é a principal razão pela qual é absolutamente impossível se conseguir a qualidade da segurança pública de nossa cidade com o efetivo de que hoje dispomos.

Fazendo uma revisão de desde quando Brasília conta com esse efetivo, chegamos à inacreditável constatação que o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal não vinha sendo ampliado na mesma proporção da população desde o início da década de 70. Portanto, em 1970, havia três vezes mais policiais por habitante no Distrito Federal do que a quantidade que temos hoje.

E de quem é a culpa? Não se trata de procurar os culpados ou buscar no passado quem foram os culpados por esse descompasso entre o crescimento da população e o número efetivo de policiais para cuidar das ruas do Distrito Federal, o que, sem dúvida alguma, é uma das causas do crescimento da violência. Mas é importante examinarmos, do ponto de vista legal e prático, como pode ser resolvido esse problema. Basta que tomemos a Constituição brasileira, em seu art. 21, inciso XIV, que diz de maneira clara que "Compete à União organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal".

Portanto, ao Distrito Federal não cabe tomar a iniciativa por si só – e nem pode – de aumentar o efetivo da polícia. Essa questão tem de ser resolvida de comum acordo com a União, que é a responsável pelo pagamento e pela organização das forças policiais de nossa cidade. E aí entra uma questão fundamental. A União precisa ter sensibilidade para perceber que, se não for feito um investimento na segu-

rança pública do Distrito Federal, ao invés da diminuição da violência, o que veremos nos próximos anos será a sucessiva e crescente degradação da segurança de todos aqueles que vivem na nossa cidade.

A primeira providência a ser tomada é o aumento do efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. O primeiro passo já foi dado pelo Governo do Distrito Federal, com a convocação e treinamento de 2.000 policiais militares e a convocação de 800 concursados para agentes e delegados de polícia. Mas isso não é suficiente, porque equivale a um aumento de menos de 10% naqueles efetivos, quando hoje é necessário que haja, pelo menos, um aumento de 35% nas forças policiais do Distrito Federal.

Mas há outras questões além do aumento do efetivo que desafiam esse entendimento entre o Distrito Federal e a União e pedem urgentes providências para que possamos resolvê-las. Uma delas é a remuneração dos policiais militares, bombeiros e policiais civis de Brasília. Apenas para dar um exemplo aos colegas Senadores, com o que recebe hoje um policial militar na nossa cidade, é absolutamente impossível que ele consiga sequer alugar uma casa modesta em qualquer uma das cidades do Distrito Federal. Com o seu salário, ele não consegue alugar uma casa que consumiria quase 70% do que recebe e ainda dar conta, evidentemente, do seu sustento alimentar, da sua mulher e de seus filhos.

Lamentavelmente, cada vez mais, o policial é obrigado a morar em condições de absoluta precariedade, muitas vezes em locais onde, quando sai para trabalhar e combater o crime, deixa sua família exposta à criminalidade. E, por falta de efetivo, é deficiente o policiamento da nossa cidade.

Em 1995, preocupado com essa situação, juntamente com outro colega parlamentar na Câmara Legislativa, tive oportunidade de tomar a iniciativa de apresentação de um projeto que, pelo sucesso alcançado no Distrito Federal, fica como sugestão para todos os Governadores do nosso País. Os policiais militares e bombeiros têm direito ao rancho próprio da polícia militar e no corpo de bombeiros. No Distrito Federal, a etapa de rancho que era repassada pela União para nossa cidade representava cerca de R\$300,00 por policial militar e bombeiro. E o que percebemos é que grande parte deles, embora o dinheiro fosse gasto, não se alimentava nos ranchos da polícia militar e do corpo de bombeiros e o custo para tirá-los dos seus postos e levá-los a essas uni-

dades era muito mais caro, às vezes, do que o próprio preparo da comida.

O que foi feito com o projeto de lei – hoje lei no Distrito Federal – de minha autoria? Ao invés de providenciar o rancho e, portanto, a alimentação dos policiais militares e bombeiros, esse recurso que a União repassava, cerca de R\$280,00 para cada um, foi creditado no contracheque dos policiais militares e bombeiros e, aí, eles próprios puderam cuidar da sua alimentação. Pesquisa feita dentro da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, mostrou uma aprovação de 100% – e repito aqui: 100% – na medida tomada com a lei de nossa autoria.

Na época, conversando com o então Ministro da Justiça, Iris Rezende, em face dos diversos movimentos de insatisfação ocorridos no seio das polícias militares em Estados brasileiros, sugeri a S. Ex^a que recomendasse aos Governadores, como uma das formas de minorar a questão do achatamento salarial dos policiais militares e bombeiros, o fim do rancho e o pagamento de importância equivalente como complemento de seu salário.

Essa solução dada no Distrito Federal, durante os últimos quatro anos, de certa forma, serviu para contentar ou, de certa forma, amenizar o sofrimento daquelas famílias. Mas, repito, foi uma solução criativa que amenizou, mas não resolveu, o problema da dificuldade salarial dos policiais militares e dos bombeiros.

Agora, apresenta-se uma outra questão. A União deve aos policiais militares e bombeiros do Distrito Federal, desde 1994, a importância de R\$56 milhões referentes à denominada Gratificação de Atividade Militar – GAM. É uma dívida, como disse aqui na última terça-feira, líquida, certa e indiscutível do ponto de vista administrativo e jurídico. Mas, infelizmente, até hoje, a União não pagou essa dívida que tem com os 22 mil policiais e bombeiros da nossa cidade.

E, ainda ontem, num solenidade, tendo encontrado o Dr. Martus Tavares, pedi-lhe que gestionasse junto ao Ministro Pedro Parente, para que nós pudéssemos obter da União, já a partir do mês de maio, o repasse das verbas, ainda que de forma parcelada, para que o Governo do Distrito Federal possa, ainda no primeiro semestre, iniciar o pagamento dessa dívida atrasada e inexplicável para com os profissionais da nossa segurança. Porque, pelo menos com o pagamento do que a União deve aos policiais militares e bombeiros, de forma parcelada e mensal, nós teríamos um pequeno complemento sa-

larial com o qual seria possível sobreviver a essa dificuldade, a esse achatamento salarial que já vem acontecendo nos últimos anos.

Ora, já havia estado com o Dr. Martus Tavares em três ocasiões este ano e enviei a S. S^a todo o suporte jurídico e legal, mostrando-lhe a absoluta impossibilidade de discutir mais esse tema. E, felizmente, ontem, obtive dele a notícia, de há muito esperada, que o Ministério da Fazenda está ultimando os seus cálculos, a fim de que, na próxima semana, eu possa ser recebido em audiência pelo Ministro do Planejamento juntamente com a equipe do Ministro da Fazenda e com as duas equipes possamos, então, traçar um cronograma de pagamento da gratificação de atividade militar aos policiais militares e bombeiros da nossa cidade.

Espero, realmente, que, nessa reunião que teremos na próxima semana, possamos sair com aquela notícia que já está pronta para ser comunicada e possamos, ainda no mês de maio ou no mais tardar no mês de junho, dar essa tardia, mas boa notícia aos policiais militares e bombeiros de Brasília.

Porém uma outra questão é fundamental que seja discutida e para a qual possamos sensibilizar a União: cumprir aquilo que é devido, ou seja, o pagamento da gratificação de operações especiais à polícia civil da nossa cidade.

Em 1990, o então Governador Joaquim Roriz, mesmo sem obter o repasse de verbas da União, começou a fazer o pagamento da complementação da GOE, que já vinha sendo paga – e de direito – à Polícia Federal, uma ação já transitada em julgado, portanto absolutamente indiscutível, e que, a partir do trânsito em julgado dà ação, passou também a ser direito dos policiais civis da nossa cidade.

Ao término do Governo Roriz, a União continuou não repassando os recursos para isso e o Governo que o sucedeu descontinuou o pagamento da gratificação de operações especiais, reduzindo em 46% – e repito aqui: reduzindo em 46% – o salário dos policiais civis do Distrito Federal.

Ora, se já está difícil conviver com uma situação em que o funcionalismo público não tem aumento de salários há quatro anos e meio, que dirá conviver com a situação em que os policiais civis do Distrito Federal não só não tiveram nenhum aumento, como tiveram, verdadeiramente, uma redução de 46% dos seus salários desde janeiro de 1995?

A Gratificação de Operações Especiais não é um aumento de salário, não é um reajuste, não é

uma indexação; é matéria líquida e certa, transitada em julgado. É uma injustiça não se promover o pagamento da gratificação aos policiais civis do Distrito Federal, porque, se fosse pago, teríamos simplesmente a devolução aos policiais civis daquilo que era de direito e do seu patamar salarial de dezembro de 1994.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica aqui o apelo para que a União se sensibilize mais com a questão da segurança pública da nossa cidade, porque, de outra forma, além das dificuldades que temos com o efetivo reduzido em relação às necessidades da nossa cidade, além da dificuldade de equipamentos – já que a nossa Polícia, infelizmente, não só a de Brasília, mas a de todo o Brasil, é absolutamente inferiorizada quando sai para o confronto com o marginal, que, como vemos, tem armas sofisticadíssimas, de última geração, de terrível poder de desempenho, enquanto a nossa Polícia tem que usar um revólver 38, que lhe dá pouca mobilidade e pouca possibilidade na hora de um confronto com os marginais – , vemos, no Distrito Federal, que o não-cumprimento pela União de questões transitadas em julgado, de direitos líquidos e certos dos policiais militares, dos bombeiros e dos policiais civis vem prejudicando sobremaneira aqueles profissionais, que, vinte e quatro horas por dia, arriscam as suas vidas para cuidar da nossa segurança.

Brasília precisa de segurança. A situação é muito grave, porque, lamentavelmente, temos, no Distrito Federal, quase 20% de desempregados. A situação social é problemática. Brasília está hoje cercada por uma multidão que veio para o Distrito Federal no seu direito de buscar uma vida melhor, mas têm batido de frente com o paredão do desemprego, com a impossibilidade de sustentar suas famílias, muitas vezes pessoas humildes, que vêm sendo exploradas pelo crime organizado. E o que vemos? Lamentavelmente, a nossa Polícia, que não tem meios, fica desestimulada, ao perceber que seus direitos, aquilo que faz uma enorme diferença na sua sobrevivência, não vêm sendo cumpridos, não vêm sendo respeitados.

Espero, sinceramente que, na próxima semana, possamos anunciar aquilo que já está virtualmente certo, que é o início do pagamento da Gratificação de Atividade Militar – GAM – aos policiais militares e bombeiros; e que possamos também dar os primeiros passos para que, o mais breve possível, a nossa Polícia Civil tenha de volta a Gratifi-

ficação de Operações Especiais, retomando pelo menos o nível salarial de que dispunha em dezembro de 1994.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Luiz Estevão, o Sr. Eduardo Suplicy, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, pela Liderança do PT e do Bloco de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno, concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Ministro Paulo Renato anuncia para amanhã a assinatura de convênios, de acordo com a Lei nº 9.533, que prevê apoio financeiro do Governo Federal aos Municípios que adotarem projetos de renda mínima associados a ações socioeducacionais.

Há muito tempo venho lutando pela instituição, em todo o Brasil, do direito a uma renda mínima. Por considerar importante relacioná-lo à educação, solicitei hoje uma audiência com o Ministro Paulo Renato, que ocorrerá às 18h, no seu gabinete, para conhecer as providências que estão sendo tomadas. Na sessão de amanhã, às 9h, pretendo fazer uma análise do que vem sendo implementado pelo Governo Federal.

Há poucas semanas, o Ministro da Educação, em resposta a requerimento que eu havia formulado, informou que, passados um ano e quatro meses, o Governo Fernando Henrique Cardoso ainda não havia assinado qualquer convênio daqueles previstos na Lei nº 9.533. Como agora haverá uma ação concreta, faço questão de fazer o registro da providência tomada e analisá-lo. Por essa razão, pedi audiência ao Ministro Paulo Renato.

Eu gostaria também de informar, Sr. Presidente, que, no último sábado, providência foi tomada pela Prefeitura Municipal de São Paulo relativa ao Programa de Garantia de Renda Mínima. No Diário Oficial do Município de São Paulo, foi publicada a transcrição do encaminhamento, pelo Secretário do Desenvolvimento Econômico, Empre-

go e Requalificação Profissional ao Sr. Prefeito, que passo a ler:

"Após exaustiva negociação nos últimos dias, amplamente divulgada pela imprensa no que consiste à sua regulamentação, o projeto, de autoria do Vereador Arselino Tato, que institui o Programa de Renda Mínima, está apto a ser adotado por este Município, uma vez que houve consenso de que a sua implantação será gradual, com parâmetros de inserção no referido programa que não comprometem o orçamento da Cidade, conforme preocupação anterior desta Administração.

Em virtude disso, solicito ao Sr. Prefeito que retire da Justiça a Ação de Inconstitucionalidade que impede a sanção deste Projeto de Lei. É importante ressaltar que, neste momento de dificuldades sociais pelo qual passa o nosso País e, em especial, a nossa Cidade, este Programa será um importante instrumento de resgate da cidadania de muitos municípios.

Em anexo, estou enviando a proposta de acordo firmada entre esta Secretaria, o Senador Eduardo Suplicy e o Vereador Arselino Tato.

Certo de sua atenção e no aguardo de sua resposta, Fernando Salgado, Secretário do Desenvolvimento Econômico, Emprego e Requalificação Profissional."

O acordo firmado refere-se ao desenho da regulamentação proposta, com base no projeto do Vereador Arselino Tato, que é, em suma, o seguinte: no Município de São Paulo, se a renda de uma família não alcançar até três salários mínimos mensais, ela terá o direito de receber até 33% da diferença entre três salários mínimos e a renda da família, caso nenhum de seus membros esteja trabalhando, ou seja, com rendimento zero.

Como a lei, baseada no projeto de Arselino Tato, promulgado pela Câmara Municipal, prevê que o Executivo poderá alterar aquela alíquota para até 66%, e para se dar um estímulo às pessoas da família para trabalharem, progredirem, encontrarem um emprego, caso alguém na família esteja recebendo um rendimento positivo, se esse rendimento não alcançar, na soma da renda da família, três salários mínimos, mas for positivo, a alíquota será de 45% da diferença entre três salários mínimos e a

renda da família, desde que haja crianças até 14 anos e estejam freqüentando a escola.

Como o Prefeito Celso Pitta tinha a preocupação de que houvesse tempo de moradia no Município de São Paulo, pelo menos por algum tempo, acordamos que esse limite será de quatro anos, pelo menos, de residência em São Paulo para se ter o direito.

Será constituída uma comissão, formada pela Pastoral da Criança, pelo Conselho da Criança e do Adolescente, pelas Centrais Sindicais, por entidades empresariais, pelas Secretarias Municipais de Emprego, de Educação, de Bem-Estar Social e Finanças, com a responsabilidade de examinar como deve ser aperfeiçoado o projeto, quais os critérios de implantação gradual e as sugestões para o seu aperfeiçoamento.

Em seguida, no **Diário Oficial**, há a transcrição do que foi encaminhado pelo Sr. Prefeito Celso Pitta ao Dr. Edvaldo Pereira de Brito, Secretário de Negócios Jurídicos, nos seguintes termos:

Sr. Secretário,

Atento aos compromissos desta Administração no atendimento às questões sociais que afligem os segmentos menos favorecidos da população municipal e, igualmente, ao que propõe o Sr. Secretário Adjunto do Desenvolvimento Econômico, Emprego e Requalificação Profissional, Dr. Fernando Salgado, entendo configurar-se o momento em que se torna de relevante oportunidade, entre outras providências que vêm sendo desenvolvidas, o reexame do tema que foi objeto da Lei Municipal 12.651, de 06 de maio de 1998, sob a denominação de Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima.

No desenvolvimento de qualquer providência nesse sentido, ter-se-á, entretanto, de levar em consideração o veto oposto pelo Executivo, ainda na Administração anterior (1995) àquela lei e, em decorrência do mesmo voto, o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, com deferimento de medida liminar e ainda pendente de julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Considerada, entretanto, a crise econômica que se agrava, com recessão, desemprego e, ainda, que, em sua essência, a inconstitucionalidade argüida tem como

base vínculo de iniciativa e prova de provisão orçamentária, e não a ilegalidade do benefício, solicitamos o empenho dessa Pasta no exame, e for o caso, nas providências necessárias à desistência dessa ação, de sorte a possibilitar, diante das contingências econômicas e sociais já referidas, a revisão do posicionamento da Administração Municipal quanto ao tema. Ressaltando, assim, a urgência de providências acima referidas, registro meus protesto de apreço e consideração.

Sr. Presidente, gostaria, ainda, de anexar a carta que enviei ao Sr. Prefeito, datada de 20 de maio de 1998, onde esclareço por que seria perfeitamente constitucional, a exemplo do que ocorreu em outras Prefeituras, aceitar-se a promulgação da lei pela Câmara Municipal de São Paulo.

Outrossim, Sr. Presidente, quero ressaltar que estar dando todo apoio ao Programa de Garantia de Renda-Mínima no Brasil e estar insistindo com o Governo de Mário Covas para que o institua junto a todas as Prefeituras, colocando-me à disposição do Governo Federal, dos Governos Estaduais e de todos os Municípios para ajudar na sua formulação, não significa que eu esteja, de forma alguma, de acordo com o que está sendo objeto da apuração tão rigorosa e bem feita pela Câmara Municipal de São Paulo.

Se confirmado, avalio que o fato revelado pela **Folha de S.Paulo**, ontem, de que a Prefeitura estaria pagando trabalhadores da fazenda do Sr. Jorge Yunes, pessoa que emprestou recursos ao Prefeito da ordem de R\$600 mil, em 1997, é extremamente grave e com ele, de maneira alguma, não podemos estar de acordo. Ainda hoje mencionei que, na Inglaterra, quando o Ministro Mandelson teve que dar explicações sobre por que recebeu, de outro Ministro, um empréstimo da ordem de US\$600 mil para adquirir uma casa, não permaneceu em seu cargo por mais de três dias e precisou renunciar ao seu mandato.

Espero que esse assunto seja esclarecido e informo que até os Vereadores do PT, com razão, estão tomando providências quanto à gravidade desse problema.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO:

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO - SÁBADO, 17 DE ABRIL DE 1999

NÚMERO 71

TRANSCRIÇÃO do Of. 31/99-SGM/SADEERP, encaminhado pelo Secretário do Desenvolvimento Econômico, Emprego e Requalificação Profissional ao Senhor Prefeito. Após extensa negociação nos últimos dias, amplamente divulgada pela imprensa, no que consiste a sua regulamentação o projeto de autoria do Vereador Arselino Tatto que institui o Programa de Renda Mínima, está apto a ser adotado por este Município, uma vez que houve consenso que a sua implementação será gradual, com parâmetros de inserção e relançado programa que não compromete o orçamento da Cidade, conforme preocupação anterior desta administração.

Em virtude disto, solicito ao Sr. Prefeito que retire da justiça a Ação de Inconstitucionalidade que impede a sanção deste Projeto de Lei. É importante ressaltar que, neste momento de dificuldade econômica pelo qual passa o nosso país e, em especial, a nossa Cidade, este Programa será um importante instrumento de proteção da cidadania de muitos municípios.

Em anexo, estou enviando a proposta de acordo firmada entre esta Secretaria, o Senador Eduardo Suplicy e o Vereador Arselino Tatto.

Certo de si e certo, fico no aguardo de sua resposta.

FERNANIXO SALGADO, Secretário do Desenvolvimento Econômico, Emprego e Requalificação Profissional.

TRANSCRIÇÃO do of. 10/99-PREF.C., encaminhada pelo Senhor Prefeito Dr. Edvaldo Pereira do Brito, Secretário dos Negócios Jurídicos, ao Ofício nº 31/99-SGM/SADEERP.

Senhor Secretário:

Atento aos desafios desta Administração no atendimento às questões sociais que afigem os segmentos menos favorecidos da população municipal e, igualmente, ao que propõe o seu Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Requalificação Profissional, Dr. Fernando Salgado, entendo configurar-se o momento em que se torna de relevante oportunidade, entre outras providências que vêm sendo desenvolvidas, o reexame do tema que foi o objeto da Lei Municipal 12.615, de 6 de maio de 1998, sob a denominação de Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima.

No desenvolvimento de qualquer providência nesse sentido, ter-se-á, entre outros, de levar em consideração o voto oposto pelo Executivo, ainda na Administração anterior (1995), àquela lei, assim e em decorrência do mesmo voto, o julgamento, feito pelo Diretório de Inconstitucionalidade, com deferimento de medida liminar e ainda pendente de julgamento perante o Poder Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Considerada o momento, a crise econômica que se agrava, com recessão econômica, e, ainda, que, em sua essência, a inconstitucionalidade arguida tem como base vício de iniciativa e provisão orçamentária, e, não a ilegalidade do benefício proposto a lei, solicitamos o empenho dessa pasta no exame, e, se o caso, das providências necessárias à desistência da sua ação, de sorte a possibilitar, diante das conjugadas situações sociais já referidas, a revisão do posicionamento da Administração Municipal quanto ao tema.

Ressaltando, ainda, a urgência das providências acima referidas, segue o seu protesto de apreço e consideração.

CELSO PITTA Prefeito

Ofício nº 175/98

Brasília, 20 de maio de 1998

Senhor Prefeito,

Em 14 de maio passado, a Câmara Municipal de São Paulo promulgou a lei nº 12.615 (projeto de autoria do vereador Arselino Tatto) que institui o Programa de Renda Mínima Municipal, o qual deverá

beneficiar as famílias cuja renda mensal seja inferior a três salários mínimos e cujos filhos com idade entre 0 e 14 anos estejam matriculados em escolas ou creches públicas.

Diante da intenção anunciada por Vossa Excelência ce impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a referida lei, submeto à sua consideração o breve histórico de alguns pareceres favoráveis que apreciaram a constitucionalidade da matéria:

1) Atendendo solicitação do vereador Ronaldo Junqueira, Presidente da Comissão de Justiça da Câmara Municipal de Poços de Caldas, em 28 de novembro de 1995, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, emitiu parecer a respeito da constitucionalidade de projeto de lei de iniciativa da vereadora Ana Maria Quintas Guerra de Oliveira, que instituia Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima. O citado documento concluiu que em consonância com nossa Carta Magna não existiam restrições quanto à propositura de leis que criam despesa pública. Aduziu, ainda, que as iniciativas de leis determinando as ações sociais, versando sobre programas assistencialistas ou de incentivo à educação não se compreendiam dentro do pequeno rol de matérias remarcadas à iniciativa

- sua determinação se restronia às hipóteses dos artigos 61, § 1º e 165, da Constituição Federal, preceitos estes de adaptação compulsória a Estados e Municípios, segundo entendimento vigente. Sendo assim, a propositura de tais matérias seriam, e são, de competência concorrente entre Executivo e Legislativo.

2) Em 1991, o Senador Maurício Corrêa, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi relator do projeto de lei do Senado nº 80/91, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM e dá outras providências, de minha autoria. Em seu relatório S. Exa., além de ressaltar a importância e oportunidade do projeto, também teceu considerações a

respeito da responsabilidade dos membros do Poder Legislativo no que concerne a apresentação de proposições para minorar as desigualdades sociais de nosso país e concluiu afirmando que "o projeto em exame, além de inédito na sua engenhosidade, é um trabalho dos mais sérios, voltado inteiramente para o princípio constitucional insito no art. 3º, III....". Em 16 de dezembro de 1991, o referido projeto foi aprovado pelo Senado Federal, com 5 votos dos senadores de todos os partidos, tendo inclusive o então líder do PSDB, Senador Fernando Henrique Cardoso, hoje Presidente da República, encaminhado favoravelmente a matéria. Nenhum Senador votou contra, quatro se abstiveram. O projeto se encontra na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, com parecer favorável do Deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), o qual apresentou emendas que o aperfeiçoam, em consenso com o autor.

3) No dia 10 de dezembro de 1997 o Presidente da República sancionou, sem vetos, a lei nº 9.533 que autoriza o Governo Federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos Municípios que instituirem programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações socio-educativas. O projeto que deu origem à referida lei foi de iniciativa do Deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS). A Câmara aprovou o substitutivo do relator Osvaldo Biolchi (PTB-RS), tendo sido à ele encerrados projetos dos deputados Pedro Wilson (PT-GO) e Chico Vigilante (PT-DF). Quando se sua tramitação no Senado foi aprovado o substitutivo do Senador Lucio Alcântara (PSDS), sendo encerrados projetos dos senadores Renato Calheiros (PMDB-AL), Ney Suassuna (PMDB) e Jose Roberto Arruda (PSDB-DF). Em ambas as casas houve votação simbólica, sem qualquer voto contrário.

Encaminho, ainda, levantamento que organizei sobre as proposituras com o objetivo de implantar projetos de renda mínima cujas

Boisa-Escola, apresentadas em 16 estados e 98 municípios. Como se pode observar, já há 34 projetos em execução. Dentre as propostas apresentadas, 22 foram originadas no Legislativo e sancionadas pelo Executivo. Ressalto que nos estados do Amazonas e Tocantins, governadores do PPB foram os autores e responsáveis pela implantação dos projetos. Nos municípios de Cubatão e Florianópolis, as iniciativas dos projetos foram de vereadores do PPB, sendo que no município de São Joaquim da Barra, o projeto foi de autoria do vereador Abdala Jabour Júnior (PPB) e sancionado pelo prefeito José Ivo Vannuchi (PT). Em São João da Boa Vista, o prefeito Joaquim de Campos Simião, também do PPB, sancionou projeto semelhante de iniciativa do vereador petista Walter Peres Franco.

Cento que o material anexo lhe proporcionará maiores subsídios para a tomada de decisão, aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração



Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Excelentíssimo Senhor
CELSO PITTA
Prefeito do Município de São Paulo
Prefeitura Municipal
São Paulo - SP

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Mauro Miranda, Carlos Patrocínio e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, as instituições políticas sempre foram extremamente frágeis em nosso País. Se observarmos toda a nossa evolução histórica, iremos constatar que sempre vivemos períodos muito curtos de democracia.

Além dessa constatação, considero importante ressaltar que a vida política brasileira, assim como todo o sistema institucional, sempre estiveram apoiados em dois pilares fundamentados que até hoje, infelizmente, ainda insistem em continuar presentes no cotidiano social: o autoritarismo interno e a dependência internacional.

Dante dessa realidade que nos domina desde o início da construção de nossa sociedade, percebe-se claramente que as elites nacionais sempre foram muito obedientes aos centros internacionais de decisão e extremamente individualistas na definição do controle absoluto do seu poder interno.

Portanto, a exclusão da participação das grandes massas do processo político, sempre foi uma constante muito consciente, decidida pelos agentes diretos do poder, ou seja, sempre foi uma determinação muito clara da superestrutura do poder nacional. Em síntese, nunca interessou às classes dominantes que o povo realmente se organizasse e muito menos que os Partidos Políticos pudessem servir de canais diretos de conscientização, de participação, de motivação, de indução, de reflexão, de discussão de nossa realidade e de fortalecimento da democracia. Assim, para elas, a manutenção e a extensão do seu poder dependiam exatamente desse afastamento deliberado das grandes massas do processo político, de sua ignorância a respeito do assunto e da ausência de qualquer instrumento capaz de ameaçar o controle dos seus interesses mais imediatos e mais estratégicos.

Em relação às contradições existentes no universo das próprias elites, vale ressaltar que sempre existiu a crença de que esses conflitos, por serem, homogêneos e conjunturais, específicos de uma só classe social, a classe dos privilegiados, nunca chegariam a abalar verdadeiramente as estruturas sociais e, para ser mais claro, nunca terminariam em

um verdadeiro choque ideológico. Na verdade, os interesses em jogo eram meramente definidos como assuntos que nunca chegariam a ferir mortalmente a essência do pacto existente. O que sempre aconteceu no Brasil foi a substituição de um grupo social por outro no poder sem nunca mudar a essência desse poder e a classe social dos atores em disputa. Aliás ao longo de toda a vida política brasileira assistimos a uma sucessão de golpes, contragolpes, levantes e revoluções dessa natureza, sempre um grupo da elite procurando derrubar outro grupo da mesma elite. Foi assim com o fim do Império e com a proclamação da República, com a revolução de 1950 e 1964, com os golpes e contragolpes de Estado ocorridos em 1937, 1945, 1954, 1961 e 1968, com as ditaduras de 1937 e 1964 e, finalmente, com o fim do atribulado período Collor.

Por outro lado, vale ressaltar que durante toda essa história, logicamente, os Partidos Políticos brasileiros, com exceção dos chamados partidos revolucionários, foram criados por conveniência de um ou outro grupo e para atender unicamente a uma ou outra conjuntura.

Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a partir de 1989, com a plena democratização do nosso País, iniciou-se efetivamente um grande debate sobre a necessidade urgente de se reformar o Estado nacional e modernizá-lo, de transformá-lo em suporte fundamental da democracia e em instrumento de coordenação importante de desenvolvimento. É importante frisar que esse pensamento gestado nos primeiros momentos da proclamação da República e que foi vigoroso na vida política brasileira até a eleição do ex-presidente Collor de Mello. Hoje, esse debate já atingiu a maturidade e um dos temas mais importantes é, sem dúvida alguma, a reforma política.

Ainda neste semestre, o plenário desta Casa deverá aprovar o texto definitivo dessa importante reforma que dará ao País, pela primeira vez, uma legislação política consistente e duradoura, um instrumento gerado pela vontade democrática e pela necessidade de modernização dos tempos em que vivemos e não pelo clientelismo ou pelos interesses cartoriais, como infelizmente sempre aconteceu em nossa história. Assim, pela primeira vez, o sistema político será mais forte do que os interesses oportunistas e não existirá mais, por exemplo, a vergonhosa infidelidade partidária que desmoraliza completamente os partidos e leva a atividade política a ser vista com o maior desprezo pela opinião pública.

A reforma deverá se pronunciar igualmente sobre outro tema muito comentado, que é o voto distrital misto, e sobre temas de igual relevância como o voto obrigatório, o voto facultativo, a manutenção da reeleição, o financiamento das campanhas eleitorais, a continuidade dos pequenos partidos, as coligações partidárias, o domicílio eleitoral, a duração das mandatos, a imunidade parlamentar e as pesquisas eleitorais, que são os assuntos que mais ocupam espaços na mídia.

Sou da opinião de que o Senado precisa urgentemente disciplinar a pauta dessas discussões justamente para evitar atropelos durante os debates. Defendo por exemplo, que a questão da fidelidade partidária, talvez a mais importante de toda a pauta, havendo já um certo consenso em relação à sua aprovação, seja vista como prioritária e seja votada em separado. Quanto às outras questões, menos consensuais, sugiro que sejam analisadas e definidas também com a perspectiva de já fazerem parte das próximas eleições.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nas democracias maduras os Partidos Políticos são fortes, funcionam de maneira orgânica e são uma verdadeira escola de formação de quadros e de militantes. Na vida democrática organizada, os Partidos Políticos estão acima dos interesses pessoais, porque o poder de sua organização não permite que grupos políticos sejam capazes de manipulá-los para satisfazer os seus interesses específicos. Por fim, penso que a segurança da democracia, do equilíbrio social e do desenvolvimento depende diretamente do funcionamento correto das instituições políticas. Se nunca tivemos democracia de fato no Brasil foi justamente porque as instituições políticas nunca tiveram a mínima capacidade de garantir a estabilidade e a continuidade desse regime.

Portanto, a nossa grande meta deve ser a busca da melhor reforma política possível para que possamos garantir a democracia, proteger a estabilidade econômica e impedir que o Estado e a nação sejam vítimas constantes, como têm sido até hoje, dos grupos de pressão nefastos, nacionais e internacionais, e dos tecnocratas egoístas que, não tendo sensibilidade política, procuram reduzir a sociedade a uma simples equação matemática.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) –
Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, trago, hoje, à reflexão deste Plenário, um paradoxo que me tem intrigado: a universidade brasileira, embora vivendo na

chamada "era da comunicação", não consegue difundir, com a amplitude e a celeridade necessárias, o conhecimento produzido por intermédio das atividades de pesquisa.

De Norte a Sul do Brasil, centenas ou, talvez, milhares de teses de doutorado e dissertações de mestrado jazem nas estantes das universidades. Raras são as obras que conseguem transitar no próprio circuito acadêmico, para não falar daquelas, pouquíssimas, que conseguem difusão fora dos limites universitários. Trata-se, em geral, de obras que abordam temas ou autores polêmicos, ou que foram produzidas por pesquisadores que já desfrutam de alguma notoriedade.

É verdade que, com o advento da Informática e da Internet, já se pode colocar em rede pelo menos os títulos de muitos desses trabalhos, para serem, eventualmente, aproveitados. Entretanto, o acesso à Internet não pode ser considerado a única forma de promover o intercâmbio de informações e a socialização do conhecimento.

Diariamente, centenas de textos produzidos por estudantes e pesquisadores de todo o Brasil são esquecidos em gavetas sem que ninguém tome conhecimento de sua existência. Esses textos representam o esforço de seus criadores, um trabalho de pesquisa que, apesar de parecer meramente temporário, é um registro vivo das idéias e da capacidade de cada um.

Essa grande parcela desprezada do conhecimento humano não pode ser simplesmente taxada de insignificante e esquecida, ela é uma grande fonte de informações que deve ser divulgada o mais amplamente possível, para que não se perca e para que contribua com a formação de novos textos e, quem sabe, com o surgimento de novas idéias.

Não é exagero afirmar que a estrutura universitária brasileira tornou-se pesada demais para responder a contento às necessidades de democratização do saber e de agilidade na divulgação das informações.

Entretanto, Sr^as e Srs. Senadores, a disfunção da universidade em relação à democratização do conhecimento parece não causar incômodo algum. Sabe-se que, de uns tempos para cá, grassa em certos seguimentos da burocracia estatal a crença de que, em face da disponibilidade crescente de tecnologia internacional, a geração de ciência própria pode ser pretensão demasiada – quiçá dispensável – a países como o Brasil.

Grave equívoco desdoura esse princípio, tão devastador quanto apressado. É a pesquisa que

propicia a algumas de nossas universidades manterem algum padrão de compatibilidade internacional em certas áreas de Física, da Química, das Engenharias e das Ciências Biológicas. E somente um sistema de divulgação dessa pesquisa permitiria estabelecer-se um sistema de qualificação das universidades emergentes a partir de redes de intercâmbio com as instituições mais experientes e melhor aparelhadas, propiciando, assim, a criação de nichos regionais de produção científica e tecnológica por meio do desenvolvimento de projetos temáticos de pesquisa e de programas conjuntos de pós-graduação.

É preciso ter em conta que das 2.000 teses de doutorado produzidas no País, por ano, cerca de 80% saem do eixo São Paulo-Rio, realidade absolutamente oposta, por exemplo, à dos Estados Unidos, que têm uma produção científica de 200.000 teses ao ano, sem que, entretanto, nenhuma universidade norte-americana ultrapasse o patamar do milheiro anual.

A busca de maior homogeneidade e a redução das disparidades regionais só se fará, com certeza, dotando-se as universidades emergentes de capacidade para a pesquisa, e não destituindo-as dessa prerrogativa universalmente desejável.

Parece claro, Srs. Senadores, que isso se conseguirá somente a partir de um grande e programático esforço de ajuda mútua e de aproximação das qualidades, e não do aprofundamento das diferenças do sistema.

A criação e o fortalecimento de sistemas de intercâmbio e cooperação entre as instituições de ensino superior e entre essas e a sociedade é uma estratégia relevante para permitir à universidade o melhor desempenho de sua função precípua.

Uma primeira razão de ser da Universidade é trazer a debate questões atinentes ao interesse da sociedade. A Universidade é uma instituição que visa formar consciências, desenvolver a cidadania, não podendo ser reduzida a mera agência de preparação de mão-de-obra. Assim, a Universidade não pode manter o seu conhecimento confinado em suas impenetráveis "torres de marfim".

A comunicação, hoje, é um fenômeno complexo e global que envolve todos os seres humanos, em suas múltiplas dimensões, pessoais e sociais. Não basta, portanto, à Universidade formar apenas difusores de comunicação. Vivendo no mundo da comunicação, a função da Universidade implica em formar profissionais capazes de fazer comunicação, mas também ser, ela mesma, um centro de comunicação por excelência, gerador e difusor de conhecimento.

Sr. Presidente, solicito que conste dos Anais a matéria intitulada: "Amazônia: a próxima guerra?"

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CARLOS PATROCÍNIO, EM SEU DISCURSO:

**MILHARES DE TESES
ESQUECIDAS NAS ESTANTES**

De Norte a Sul do Brasil, centenas, ou talvez milhares de teses de doutorado e dissertações de mestrado produzida por universitários e pós-graduados jazem nas estantes das universidades. Raras são as obras que conseguem sair do anonimato. Mas nem tudo está perdido. Com o advento da informática e da Internet, já se pode colocar em rede pelo menos os títulos de muitos desses trabalhos, para serem, eventualmente, aproveitados.

Esta revista inaugura desde o seu primeiro número esta seção, Universidades & Pesquisas, para contribuir na divulgação de muitas dessas realizações dos estudantes e de instituições brasileiras, que certamente serão úteis ao desenvolvimento econômico, político, social, científico e cultural do Brasil e ao fortalecimento do seu Poder Nacional.

Uma das instituições que divulgam trabalhos pela Internet é o Centro de Referências em Pesquisas e Bibliografia (CRP), cujos objetivos são os de promover o intercâmbio de informações e socializar o conhecimento. O Centro divulga textos, teses, monografias, apostilas e projetos. Lê-se no seu site:

"Diariamente centenas de textos produzidos por estudantes de todo o Brasil são esquecidos em gavetas ou apagados de HDs sem que ninguém tome conhecimento de sua existência. Estes textos representam o esforço de seus criadores, um trabalho de pesquisa que, apesar de parecer meramente temporário, é um registro vivo das idéias e da capacidade de cada um."

Esta grande parcela desprezada do conhecimento humano não pode ser simplesmente taxada de insignificante e esquecida, ela é uma grande fonte de informações que deve ser divulgada o mais amplamente possível, para que não se percam e que contribuam para a formação de novos textos e quem sabe, para o surgimento de novas idéias. Daí a criação desta pequena biblioteca virtual onde fragmentos do conhecimento humano são disponibilizados para toda a sociedade. Você pode enviar seu trabalho para o CRP agora mesmo! (O home page é crp-br@usa.net).

Para se ter uma idéia do material produzido por estudantes e à disposição nesse site basta a leitura

dos títulos de alguns desses trabalhos, 20 só na área de ciências humanas, em ordem alfabética, alguns com indicação do autor e outros sem assinatura: "A Ideologia do Trabalho", de Paulo Sérgio do Carmo, "A importância do grupo Belgo Mineira na construção de espaço urbano de Sabará", de Dennis M. de Lima Soares, "Administração", "África", "Análise da propaganda _ Eu amo pepsi", "CEI", "Compendium Maleficarum", de Aurélio Vaz Andrade, "Contabilidade _ Custo Fixo", de Jorge A R. Castro, "Democracia", "Direitos Autorais, Liberdade e Expressão e Internet", de Érico Germano Hack, " Ditadura Militar", de Karla A. Lopez, "Economia no Segundo Império", de Daniel Gersten Raiss & outros, "Educação", "Emprego e Informalidade", de Antônio Cezar R. de Garcia, "Estrutura do Ehsino Fundamental", "Fundamentos Econômicos da Ocupação Territorial", "Governo Costa e Silva", "Imperialismo", "Industrialização do Brasil", "Lixo", "Ministério Público _ 12 anos de Concursos _ Provas", de Eduardo R. Alcântara & Patrícia Padilha, "Nascimento da Psicologia Social", "O Cinema Novo", de Marcela Mannheimer, "Nordeste", "O Plano Real", "Problemática da Indústria Açucareira no Estado do Rio de Janeiro", de Cláudio A.M. Ribeiro de Castro, "Publicidade", "Salário", "Tom Jobim", de Marcela Mannheimer & outros, "Zona Franca."

Na UnB. Na Universidade de Brasília, na área do Instituto de Geociências, as seguintes teses de doutorado, dentre outras, estão disponíveis para conhecimento dos interessados:

1. Claudinei Gouveia de Oliveira (1993): "Interação entre os Processos de Déformação, Metamorfismo e Mineralização Aurífera durante a Evolução da Zona de Cisalhamento de Diadema, Sul do Pará";

2. Adelir José Strieder (1993): "Déformação e Metamorfismo na região de Santa Cruz de Goiás: Correlação Tectono-Estratigráfica e Evolução Tectônica Regional";

3. Emanuel Ferraz Jardim de Sá (1994): "A Faixa Seridó (Província Borborema, NE do Brasil) e o seu Significado Geodinâmico na Cadeia Brasiliiana/Pan-Africana";

4. Álvaro De Faria (1995): "Estratigrafia e Sistemas Deposicionais do Grupo Paranoá nas Áreas de Cristalina, Distrito Federal e São João D'Aliança – Alto Paraíso de Goiás";

5. Manfredo Winge (1995): "Evolução dos Terrenos Granulíticos da Província Estrutural Tocantins, Brasil Central";

6. Gênova Maria Pulz (1995): "Modelos Prospectivos para Ouro em Greenstone Belts: O Exem-

plor dos Depósitos Maria Lázara, Guarinos e Ogó, Pilar de Goiás";

7. Antônio Carlos Pedrosa Soares (1995): "Potencial Aurífero do Vale do Araçuaí: História da Exploração, Geologia e Controle Tectono-Metamórfico";

8. Márcio Dias Santos (1995): "O Papel dos Granitóides na Gênese dos Depósitos de Ouro Tipo 'Lode' Arqueano: O Caso da Jazida do Cumaru – PA";

9. Marco Antônio Fonseca (1996): "Estilos Estruturais e Arcabouço Tectônico do Segmento Setentrional da Faixa Brasília";

10. Paulo Tarso Ferro De Oliveira Fortes (1996): "Metalogenia dos Depósitos Auríferos Mina lli, Mina Nova e Mina Inglesa, Greenstone Belt de Crixás, GO";

11. Flávio Henrique Freitas e Silva (1996): "Metalogênese do Depósito do Morro do Ouro, Paracatu – MG";

12. José Eloi Guimarães Campos (1996): "Estratigrafia, Sedimentação, Evolução Tectônica e Geologia do Diamente da Porção Centro-Norte da Bacia Sanfranciscana";

13. Geraldo Norberto Chaves Sgarbi (1997): "Paleogeografia e Sedimentologia das Rochas Mesozóicas no Oeste do Estado de Minas Gerais: Bacia do Paraná, Arco do Alto Paranaíba e Bacia Sanfranciscana";

14. José Carlos Frantz (1997): "Petrologia e Hidrotermalismo dos Granitóides Estaníferos do Rio Grande do Sul";

15. Renato de Moraes (1997): "Condições e Evolução do Metamorfismo no Complexo Barro Alto e Litogeocímica do Vulcanismo Bimodal da Sequência Juscelânia, Goianésia, Goiás.";

16. Albertino de Souza Carvalho (1997): "Integração de Imagens de Radar/Jers-1, Tm/Landsat-5 e Geofísicas para o Mapeamento Geológico da Porção Nordeste de Roraima, Brasil";

17. Edi Mendes Guimarães (1997): "Estudos de Proveniência e Diagênese, com Ênfase na Caracterização dos Filossilicatos dos Grupos Paranoá e Bambuí, na Região De Bezerra – Cabeceiras, GO";

18. Francisco Oliveira da Silva (1997): "Geologia e Petrologia do Complexo Máfico-Ultramáfico de Taquaral, Goiás";

19. Edison Ramos Tomazzoli (1997): "Aspectos Geológicos e Petrológicos do Enxame de Diques Morro Agudo de Goiás";

20. Paulo de Tarso Amorim de Castro (1997): "Os Conglomerados Associados ao Grupo Bambuí na Porção Sudoeste do Craton do São Francisco: Sedimentologia, Estratigrafia e Implicações Tectônicas";

21. Jéssica Beatriz Carvalho (1997): "Petrologia de Xenólitos Mantélicos da Província do Alto Paranaíba, Minas Gerais".

Finatec. Ainda na UnB funciona uma Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, denominada FINATEC – Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa e a pós-graduação. Um grupo de professores, de diferentes Departamentos da Universidade de Brasília, que na sua maioria, foram ou eram executores de convênios que captavam por seus esforços, recursos para a UnB e por consequência para os Departamentos, preocupados com a crescente onda de burocratização e dificuldades impostas pelo Governo, na utilização de recursos destinados ao setor público – mesmo que fossem oriundos de esforço próprio da Entidade, no caso a UnB – , decidiram criar a fundação em 1992.

Assim, disporiam de um instrumento que permitisse uma rápida e ágil intermediação entre Universidade e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, objetivando a captação de recursos, que auxiliasse complementando os recursos repassados a Universidade pelo MEC e destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão. A Finatec também financia Projetos de Pesquisa com recursos próprios, vale destacar que a Fundação procura selecionar projetos que tragam resultados a curto prazo e que beneficiem principalmente a comunidade em geral.

A Finatec tem os seguintes objetivos: Desenvolvimento científico e tecnológico, transferência de tecnologia e apoio à pós-graduação e à pesquisa. Para a execução de suas finalidades, a fundação poderá, dentre outras, desenvolver as seguintes atividades:

- Promoção da integração Universidade-Empresa-Governo;
- Promoção de estudos, cursos, pesquisas e prestação de serviços;
- Aprimoramento de recursos humanos.

A Finatec atua em todas as áreas de conhecimento que estejam inseridas nas disciplinas e cursos afins oferecidos pela UnB, tendo à sua disposição consultores especialistas, servindo assim, como instrumento que contribua com a solução dos problemas enfrentados por pesquisadores, professores e administradores do setor público ou do setor privado.

Os contatos podem ser feitos no seguinte endereço: Ed. Finatec, Avenida L-3, Norte, Câmpus

Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte – Brasília – DF, CEP: 70910-90 e fone: (061) 307 - 1110:

106 dissertações de engenharia mecânica na UFMG

O Departamento de Engenharia Mecânica, da Universidade Federal de Minas Gerais, relacionou 106 dissertações defendidas no curso de pós-graduação, a saber:

1. Márcio Ziviani: "Analise Térmica do Ensaio de Temperabilidade" (1977);
2. Newton Ribeiro Rocha: "Estudo das Anomalias nas Curvas de Resfriamento do Ensaio Jominy (1979);
3. Luiz Fernando V. Flores: "Anteprojeto de Simulador Água-Freon para a Otimização de Elementos Combustíveis de Reatores Nucleares" (1979);
4. José Henrique Martins Neto: "Balanco Térmico em um Sistema de Aquecimento de Água com Coletor Solar (1980);
5. Edson Leandro de Oliveira: "Estudo de um Secador Solar, sob Convenção Natural, para Secagem de Madeira" (1980);
6. Luigi Toneguzzo: "Análise do Concentrador Assimétrico Ideal e Avaliação de sua Eficiência" (1981);
7. Evandro Ferreira Passos: "Desenvolvimento de Métodos de Medida e Determinação da Condutividade Térmica da Pasta da Mandioca" (1981);
8. Fábio Hamilton Leão Jório: "Correlação entre a Radiação Solar Total e as Componentes Direta e Difusa" (1981);
9. Gérman H. Cares Cuevas: "Solução Analítica de Modelo de Remolhamento Aplicada a uma Barra Super Aquecida" (1981);
10. Rogério A. da Silva Matos: "Aplicação de Energia Solar na Secagem de Cerâmica Vermelha" (1982);
11. Elizabeth Marques D. Pereira: "Armazenamento de Energia Solar em Materiais Higroscópicos de Baixo Custo para Utilização em Secagem e Aeração de Grãos em Regiões Tropicais Úmidas" (1982);
12. Paulo César da Costa Pinheiro: "Utilização de Combustíveis Alternativos em Caldeiras" (1982);
13. Delly Oliveira Filho: "Estudo Comparativo de Secadores Solares" (1983);
14. Maria Emilia A. de Rezende: "Calor da Reação de Pirólise da Madeira Aplicação aos Balanços de Massa e Energia da Carbonização Contínua" (1983);
15. Luiz Duarte Lage: "Superoxigenação de Comburente Usado na Queima de Óleo Diesel em um Forno Contínuo" (1983);

16. Wanyr Romero Ferreira: "Determinação de Coeficientes de Mistura em Seção de Testes Simulando Subcanais de um Feixe Combustível de um Reator Refrigerado a Água" (1983);
17. Ivan Dionysio Arone: "Comportamento de uma Central Nuclear, em Condições de um Postulado Acidente de Perda de Refrigerante" (1983);
18. Adriana Bemquerer Costa: "Estudo de Otimização dos Parâmetros Térmicos de um Módulo para Pasteurização Lenta do Leite e Fabricação de Queijos" (1983);
19. Roberto Márcio de Andrade: "Análise Térmica de uma bomba de Calor Ar-Ar" (1984);
20. Geraldo A. Campolina França: "Modelamento do Isolamento Térmico Econômico de Tanques Contendo Líquidos Aquecidos" (1984);
21. Paulo Roberto Discacciati: "Uso de Alcatrão de Madeira em Fornos Siderúrgicos" (1984);
22. Célio Santana Gomes: "Uso de Gás de Alto-Forno em Substituição ao Óleo Diesel em Regenerador de Ácido" (1984);
23. Maria Edviges Azevedo Araújo: "Autimatização de Cálculo para Diagnóstico Energético" (1984);
24. Ramón Molina Valle: "Racionalização do Uso de Óleos Combustíveis nas Indústrias de Laticínios" (1984);
25. Juarez Batista de Faria: "Projeto de uma Bancada de Teste de Gasogênio para Motores de Combustão Interna" (1984);
26. Valtrudes Pereira Franco: "Aproveitamento Integralizado do Calor em um Conjunto Gasogênico Moto-Bomba-Secador" (1985);
27. Horácio Valadares Duarte: "Contribuição ao Desenvolvimento de Tubos de Calor" (1985);
28. Karla Miranda Barcellos: "Aplicação de Bomba de Calor na Secagem de Grãos" (1986);
29. Simone de Moura Ordóñez: "Modelagem, com Discretização Especial e Análise de Condensadores e Evaporadores a Serem Utilizados em Bombas de Calor" (1986);
30. Décio Guimarães de Abreu: "Propriedades da Mistura do Alcatrão de Madeira e Carvão Vegetal (MAC) Relevantes" (1986);
31. Elizeth Gomides Dutra: "Projeto e Construção de uma Retorta de Carbonização Semi-Contínua" (1987);
32. Alexandros A. Maraslis: "Modelagem e Análise de um Sistema de Aquecimento para Aplicação Industrial, utilizando Coletores Solares Planos com Coberturas Transparentes Simples e Dupla" (1987);
33. Edilza Geralda Ribeiro: "Análise dos Métodos de Elementos Finitos Utilizados na Solução de Problemas de Mudança de Fase" (1987);
34. Paulo Marcos Martins: "Modelamento Matemático de Bombas de Calor Água-Água Operando em Regime Permanente com Análise da Velocidade de Rotação do Compressor" (1987);
35. Bernardino Pereira Neto: "Estudo Teórico – Experimental de um Sistema de Bomba de Calor com Expansão do Refrigerante em um Coletor Solar" (1988);
36. Júlia Maria Garcia: "Tubo de Calor com Leito Poroso Metálico Sinterizado" (1988);
37. Marcos José Mundim: "Solução do Problema de Mudança de Fase por Elementos Finitos pelo Método de Difusão de Entalpia" (1988);
38. Maria de Lourdes Vieira Araújo: "Aplicação de Bomba de Calor na Indústria de Laticínios" (1988);
39. Paulo César Abreu Leão: "Projeto, Construção e Análise do Desempenho de um Concentrador Parabólico Composto. Simulação e Resultados Experimentais" (1989);
40. Jorge Sussumu Yamana: "Simulação de Funcionamento Teórico e Experimental de Trocador de Calor Protótipo (Ar x Ar) com tubos de Calor" (1989);
41. Régis de Carvalho: "Comparação entre Desempenho de Trocadores de Calor: Convencional e com Tubos de Calor" (1989);
42. Délcio Alves Ferreira: "Modelagem e Testes Experimentais em um Condicionador de Ar de Laboratório" (1989);
43. Luiz Machado: "Modelamento e Desenvolvimento de Tubos de Calor Autocontrolável com Gás não Condensável" (1989);
44. Sérgio de Moraes Hanriot: "Modelamento Bidimensional da Partida Lenta de Túbos de Calor" (1990);
45. Eduardo Avellar Tonelli: "Transporte de Calor Sólido-Gás em Leito Poroso com Aquecimento Externo" (1990);
46. Alexandre Borges de Miranda: "Estudo da Convecção Natural em Recintos Fechados Contendo Meios Porosos e Líquidos com Propriedades Variáveis. Aplicabilidade da Aproximação de Boussinesq e Efeito do Arranjo Geométrico da Interface" (1990);
47. Maria Perpétuo Socorro Mol Pereira Palmieri: "Comparação entre o Desempenho de Tubos de Calor Usando Telas e Telas Sinterizadas como Meio Poroso" (1990);
48. Sebastião Amilcar de Figueiredo Santos: "Análise Térmica de Coletor Solar Tipo CPC, Utilizando Tubos de Calor como Absorvedor" (1990);

49. Antônio Carlos de Andrade: "Contribuição ao Estudo do Condensador de um Tipo de Termossifão Bifásico Fechado" (1990);
50. Jair Nascimento Filho: "Análise Comparativa de Modelos de Compressores Recíprocos" (1990);
51. Marcos Vinícius Bortolus: "Aplicação do Método das Singularidades Aerodinâmicas Subsônica Não-Permanente Compressível a partir de uma Formulação em Termos do Potencial de Velocidade Baseada no Estudo do Operador de Convolução Associado ao Fenômeno" (1991);
52. Eliana Ferreira Rodrigues: "Modelamento Físico-Matemático e Simulação de um Circuito de Bomba Capilar" (1991);
53. Leandro Soares de Oliveira: "Análise do Processo de Secagem Convectiva Natural de uma Placa de Material Biológico, Plana e Vertical" (1991);
54. Adriana Silva França: "Simulação Bidimensional de Secadores de Grãos Cereais" (1991);
55. Geraldo Rômulo Vilela Filho: "Análise de Estratégias Operacionais para Sistemas Solares de Aquecimento de Água para fins Residenciais" (1991);
56. Benjamin Fullin Júnior: "Estudo Comparativo Teórico-Experimental entre Trocadores de Calor Tipo Gás-Gás Aletados Convencional e Utilizando Tubos de Calor" (1991);
57. Ester Naves Machado Borges: "Análise Exergética de Sistemas Solares para Aquecimento de Água" (1992);
58. Sérgio Augusto Araújo da Gama Cerqueira: "Estudo da Evaporação em Película Junto a uma Superfície Vertical" (1992);
59. Milton Realino de Paula: "Modelamento Matemático de uma Placa de Aço em Forno de Reaquecimento" (1993);
60. José Antônio da Silva: "Desenvolvimento e Análise Térmica de um Coletor de Baixo Custo" (1993);
61. Andréia Lúcia Teixeira Charbel: "Modelagem Preliminar da Secagem de pastas e Suspensões em Leito de Jorro Cônico com Partículas de Inertes" (1993);
62. Marcia Suely Corrêa dos Santos: "Um Método para Avaliação do Aumento da Eficiência em Trocadores de Calor Compactos Utilizando Geradores de Vórtice" (1993);
63. Cássia Cristina de Souza: "Programa Simulador para o Dimensionamento Ótimo de Unidades de Leito de Jorro na Secagem de Grãos" (1993);
64. Marilene Totino Barros: "Desenvolvimento de Sistemas Atuais para Aplicação em Dinamômetros Froude" (1993);
65. Mara Nilza Estanislau Reis: "Estudo do Escoamento Laminar Incompressível, com Separação no Interior de um Duto com Obstrução" (1993);
66. Marcos Antônio Pinto do Amaral: "Modelagem dos Processos de Compressão e Expansão de Gases por Elementos Finitos" (1993);
67. Alberto Avellar Barreto: "Transferência Convectiva Forçada de Calor e Massa em Torno de um Cilindro, com Propriedades Variáveis, sob Condições de Secagem" (1993);
68. Christiana Elias Prado Gurgel: "Avaliação de um Método de Elementos Finitos Segregado, a Montante, na Direção das Linhas de Corrente, para a Solução de Problemas Convectivos-Difusivos" (1993);
69. Musa Mohamed Radwan: "Estudo, por Elementos Finitos, de Jatos Planos Incompressíveis Turbulentos Confinados" (1994);
70. Allan Kardec Araújo Pereira: "Solução Numérica de Problemas de Controle Ótimo com Restrições de Contorno Duplo e Restrições Não-Diferenciais Mistas pelo Método dos Sub-Domínios" (1994);
71. Luiz Cláudio Alvarenga Crêspo: "Transporte de Calor e Massa ao Redor de um Cilindro Horizontal, sob Condições de Convecção Natural e Mista" (1994);
72. José Barone Rosa: "Solução Numérica de Problemas Lineares de Controle Ótimo com Restrições Mistas e Desigualdades no Controle via Método dos Elementos Finitos" (1994);
73. Marcelo Novaes Suzzara: "Análise Computacional de Desempenho de Aeronaves Subsônicas para Projeto e Planejamento de Rotas" (1995);
74. Francisco Paulo Braga: "Escoamento Anular Desenvolvido de Dois Líquidos Imiscíveis no Interior de um Tubo Curvo, em Regime Laminar Permanente" (1995);
75. Luiz Joaquim Cardoso Rocha: "Condensação Pelicular em superfícies Verticais Senoidalmente Onduladas" (1995);
76. Dimas José de Resende: "Análise da Cinética de Combustão e Carbonização do Eucalipto em uma Termobalança" (1995);
77. Danilo Lazzeri Pena: "Concentradores Solares Aplicados a Módulos Foto-Voltáicos" (1995);
78. Miriam Denise Xavier Lazarini: "Um Método para Determinação não-Paramétrica de Funções de Transferência Aproximadas" (1995);
79. Rudolf Huebner: "Análise de Dois Métodos de Petrov-Galerkin para a Solução das Equações de Navier-Stokes e Problemas Convectivo-Difusivo" (1995);

80. Ricardo Prata Camargos: "Emissões Atmosféricas para o Setor Industrial de Minas Gerais até 2010" (1995);
81. Marcley Lazarini Pereira: "Programa Simulador de Motores de Combustão Interna Alternativos" (1995);
82. Ana Paula Cardoso Guimarães: "Estudo Solarimétrico com Base na Definição de mês padrão e Seqüência de Radiação Diária" (1995);
83. Ledomiro Braga da Silva: "Modelamento Matemático do Aquecimento de Barras Cilíndricas de Aço em um Forno de Soleira Rotativa" (1996);
84. Luiz Leite da Silva: "Uma Contribuição para a Simulação de Modelos Não-Lineares" (1996);
85. José Leônicio Fonseca de Souza: "Simulação de Secador Cilíndrico de Grãos com Fluxos Radial e Axial de Ar" (1996);
86. Telma Cristina Pimenta de Freitas: "Uma Formulação Variacional do Tipo Mínimos Quadrados para Equações Diferenciais Ordinárias Aplicáveis ao Tratamento Numérico de Problemas de Controle Ótimo" (1996);
87. Antônio Marcos de Oliveira Siqueira: "Análise Térmica de Aquecedores Solares Operando em Circulação Natural e em Circulação Forçada" (1996);
88. Ricardo Junqueira Silva: "Transferência de Calor no Escoamento Anular Desenvolvido de Dois Líquidos Imiscíveis em Tubos Curvos" (1996);
89. Marco Antônio Dutra Quinan: "Análise de Ensaio Instrumentado de impacto Tipo Charpy" (1996);
90. Wéderley Mendes Miranda: "Associação de Técnicas de Tratamento de Resíduo a Algoritmos da Classe ABS para a solução de Sistemas Lineares" (1997);
91. Virginia Maria da Silva Santos: "Simulação e Otimização de Secagem de Frutas em Secador Tipo Túnel Concorrente" (1997);
92. Marco Aurélio dos Santos Bernandes: "Análise Térmica de uma Chaminé Solar" (1997);
93. Túlio Jardim Raad: "Modelagem do Processo de Secagem do Eucalyptus spp à altas Temperaturas" (1997);
94. Ronald Izidoro Reis: "Estudo da Variação do Coeficiente de Atrito Durante Processamento por Trefilação" (1997);
95. João Francisco de Almeida Vitor: "Estudo da Convecção Natural em Placas Planas Verticais Devido ao Efeito Combinado de Difusão de Calor e Massa" (1997);
96. Ivanilza Felizardo: "Estudo da Evolução dos Campos de Temperatura Gerados Durante a Soldagem" (1997);
97. Gia Kroeff: "Modelagem e Simulação de Emissão Acústica em Subestações Elétricas" (1997);
98. Vander Ferreira Rodrigues: "Mapeamento de Emissão Acústica em Subestações elétricas" (1998);
99. Nilton da Silva Maia: "Estudo Analítico Experimental de Tensões em um Desaerador de Usina Termoelétrica" (1998);
100. Ricardo Poley Martins Ferreira: "Um Algoritmo Genético Híbrido para Otimização Global" (1998);
101. Ricardo Ahouagi Carneiro Junho: "Estudo de Transporte de Solutos em Solo pelo Método Difusional" (1998);
102. Petrônio de Oliveira Castanheiras: "Análise Térmica de um Circuito Termocapilar para Aquecimento de Fluido por Energia Solar" (1998);
103. Jean Robert Batana: "Modelamento da Taxa de Fusão Através da monitoração da Temperatura do Eletrodo Revestido para a Soldagem Mecanizada" (1998);
104. Jonhmar Amâncio Coutinho: "Estudos dos Efeitos do Aquecimento do Eletrodo Revestido durante a Soldagem de Aços Inoxidáveis Austeníticos" (1998);
105. Omar Sèye: "Influência da Temperatura de Carbonização nas Propriedades do Carvão Vegetal de Eucalyptus" (1998);
106. Silvério F. da Silva Júnior: "Determinação de Tensões Residuais em Materiais Ferromagnéticos pelo Efeito Barkhausen" (1998).

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nessa época de globalização, cujos efeitos benéficos ou maléficos ainda não foram devidamente mensurados, há a importante conquista da informação praticamente instantânea. Contudo, o que temos recebido instantaneamente não são as informações que dignifiquem o ser humano, mas, ao contrário, uma visão de violências, de infelicidades e de desgraças que, ao fim de cada dia, nos deixa preocupados, tristes e desprimidos.

O que acontece presentemente na Iugoslávia parece-nos uma cena inacreditável neste fim de século. Um contrapeso ao grau de civilização que se supunha a humanidade já tivesse alcançado. Não importa, aqui, apontar culpados, se de todos os lados em disputa há erros e irresponsabilidades, pois o que importa, a esta altura, é lamentar as centenas de milhares de vítimas – especialmente idosos, mulheres e crianças – sobre as quais recaem os mais terríveis padecimentos.

A violência, Sr. Presidente, parece assenhorear-se do mundo. Não encontra limites para os seus

avanços audaciosos, estimulada notadamente pela impunidade.

Não raro, ouvimos de pessoas esclarecidas a falsa impressão de que somente por nossos lados sul-americanos vem ocorrendo o recrudescimento da violência impunida. Dizem muitas vezes que nos países ditos desenvolvidos não existiria esse cancro social.

Infelizmente, isso não acontece, é o que demonstra a informação globalizada e instantânea.

Ainda recentemente, em fins do ano passado, realizou-se em Belo Horizonte um Congresso Internacional sobre Segurança Pública cujos resultados foram resumidos na publicação "Debates", número 18, do Centro de Estudos Konrad Adenauer. Entre os debatedores, esteve Thomas Feltes - Professor e Reitor da Escola Superior para Formação de Policiais de Villingen-Schwäningen, Alemanha, que discorreu sobre a criminalidade em seu país.

Depois de estudos sobre a definição de segurança pública, sobre o medo da criminalidade e de outros temas, o autor refere-se às dificuldades de se chegar às estatísticas autênticas sobre o assunto, pois a chamada "área oculta" – onde se concentram na sociedade os crimes que não chegam ao conhecimento da polícia e que, portanto, não entram nas estatísticas – dificulta a pesquisa e a busca de soluções técnicas.

Veja-se como encontramos na Alemanha superdesenvolvida situações similares às do Brasil.

Diz o professor germânico num trecho do seu debate:

"A probabilidade de se sofrer uma sanção efetiva por um furto é muito reduzida na Alemanha e, provavelmente, a tendência mundial é similar. Na Alemanha, parte-se do princípio de que a um furto descoberto correspondem três outros não descobertos (área oculta). Por outro lado, o autor é efetivamente identificado apenas numa proporção modesta dos delitos descobertos..."

Acrescenta o reitor Thomas Feltes que, em seu país, "...apenas um furto em cinqüenta sofre sanção efetiva...", e que "apenas cerca de 10% de todas as intervenções da polícia têm caráter preventivo ou ativo, isto é, por iniciativa própria..."

Também na Alemanha, "atualmente a maioria das atividades policiais tem caráter reativo, isto é, a polícia reage às chamadas de emergência".

E cita um outro aspecto da violência, que é a doméstica:

"...três em cada quatro ações da polícia nas cidades alemãs estão relacionados a essa questão. A violência doméstica, assim como a violência sexual, é um aspecto muito importante e muito perigoso porque as crianças que são vítimas desse tipo de violência têm grandes chances de se tornarem transgressoras mais tarde..."

Os fatos delituosos crescentes, portanto, vão infelizmente envolvendo todo o mundo, provavelmente na proporção de um aumento populacional ao qual não corresponde uma melhor estruturação social, com ofertas de emprego, assistência educacional, na saúde, etc.

Na verdade, seja lá em que país for, torna-se fundamental, para o combate à violência, a ação preventiva, que somente se torna possível com a cooperação de toda a sociedade.

Esses dados comparativos, evidentemente, não nos servem de consolo, mas há sempre uma esperança de que os resultados obtidos pelo referido Congresso Internacional possam servir de valioso subsídio para enfrentarmos, no Brasil, a violência impunida que se amplia em todo o país.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 5 minutos.)

(OS 12390/99)

ATA DA 37ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA

Realizada em 19 de abril de 1999

(Publicada no DSF, de 20 de abril de 1999)

RETIFICAÇÃO

Na página 08523, 1ª coluna, no cabeçalho do requerimento que solicita a retirada da Emenda nº 1- PLEN, referente ao Item 1 da pauta;

Onde se lê:

REQUERIMENTO Nº 174, DE 1999

Leia-se:

REQUERIMENTO Nº 179, DE 1999

ATOS DO DIRETOR-GERAL

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.284, DE 1999

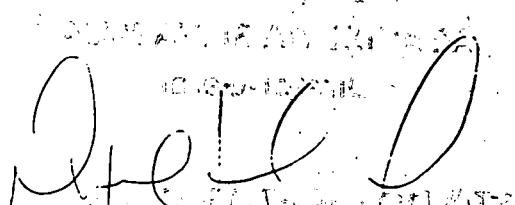
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 6131/99-9,

RESOLVE:

Art. 1º. É designado o servidor NERIONE NUNES CARDOSO JÚNIOR, matrícula 2538, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Diretor, Símbolo FC-07, da Coordenação Especial Interlegis do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 05 de abril de 1999.

Art. 2º. Fica sem efeito o Ato nº. 1.239, de 1999, desta Diretoria-Geral.

Senado Federal, 15 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

(*) Remetido a republicação por haver saído com incorreção no DSF de 16-4-99

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.315, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

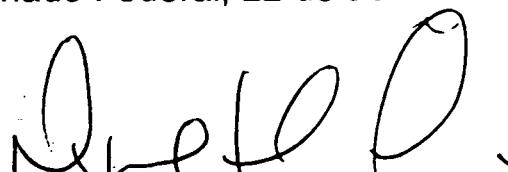
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ALEXANDRE ASSUCENA DE VASCONCELLOS, matrícula nº 3296, e VANDERLEI PIRES DA SILVA, matrícula nº 5247, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 027/99, celebrado entre o Senado Federal e a empresa POLYTEC INSTALAÇÕES, SERVIÇOS E COMÉRCIO EM GERAL LTDA-ME.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



**AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.316, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

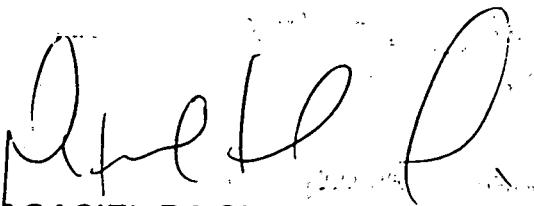
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, e SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4426, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 015/99, celebrado entre o Senado Federal e o LABORATÓRIO DE ANÁLISES MÉDICAS BRASÍLIA S/C LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.317, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

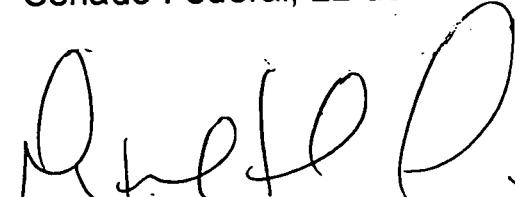
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, e SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4426, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 017/99, celebrado entre o Senado Federal e a IMAGEM CLÍNICA DE ECOGRAFIA E RADIOLOGIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.318, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

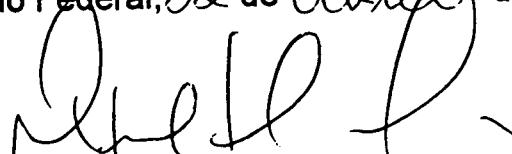
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4426 e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 018/99, celebrado entre o Senado Federal e a CLÍNICA RADIOLÓGICA VILA RICA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de Abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.319, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

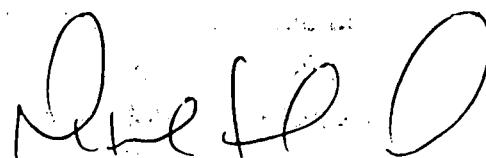
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOSÉ CARLOS LOPES DE LIMA, matrícula nº 3485 e MARIA DO SOCORRO ARAÚJO, matrícula nº 0438, como gestora titular e substituta, respectivamente, do contrato nº 021/99, celebrado entre o Senado Federal e a CLINEP - CLÍNICA DE NEUROLOGIA E PEDIATRIA S/C LTDA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.320, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

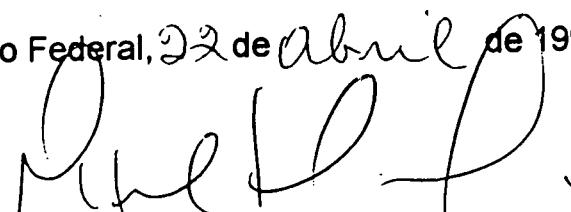
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOSÉ RAIMUNDO NETO, matrícula nº 4106 e ZILÁ MARIA BARRETO ROCHA, matrícula nº 3470, como gestor titular e substituta, respectivamente, do contrato nº 022/99, celebrado entre o Senado Federal e o CENTRO DE MEDICINA AVANÇADA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de Abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.321, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores PAULO SÉRGIO VALENTE MARTINS, matrícula nº 3808, e MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES, matrícula nº 2928, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 014/99, celebrado entre o

Senado Federal e a empresa GASTROCENTRO
GASTROENTEROLOGIA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/C LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de Abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.322, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

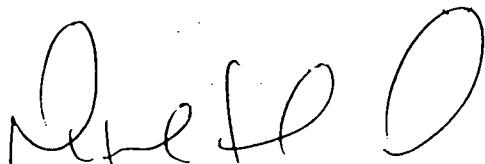
RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras MARIA EDNA VASCONCELOS PAES, matrícula nº 3434 e MARIA DO SOCORRO ARAÚJO, matrícula nº 0438, como gestora titular e substituta, respectivamente, do contrato nº 023/99, celebrado entre o Senado Federal e a MEDINUCLEAR - CLÍNICA DE MEDICINA NUCLEAR GAMATOGRAFIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.323, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

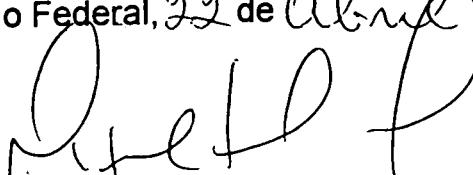
RESOLVE:

Art. 1º - São designados as servidoras NILDA MARIA MARTINS RIO BRANCO, matrícula nº 3113 e MARIA DO SOCORRO ARAÚJO, matrícula nº 0438, como gestora titular e substituta, respectivamente, do contrato nº 016/99, celebrado entre o Senado Federal e a CLÍNICA LUMINA S/C LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de Abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.324, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados as servidoras MARIA ELZA M. DE ALBUQUERQUE, matrícula nº 3318 e MARIA DO SOCORRO ARAÚJO, matrícula nº 0438, como gestora titular e substituta, respectivamente, do contrato nº 019/99, celebrado entre o Senado Federal e a ECO IMAGEM - CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.325, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARCOS AURÉLIO CORREA, matrícula nº 4772, e SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 011/99, celebrado entre o Senado Federal e o LABORATÓRIO BANDEIRANTES DE ANÁLISE E PESQ. CLÍNICAS LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.326, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

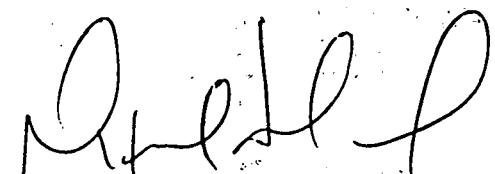
Art. 1º - São designados os servidores MARCOS AURÉLIO CORREA, matrícula nº 4772, e SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, como gestor titular e substituto, respectivamente, do

contrato nº 013/99, celebrado entre o Senado Federal e a empresa CETECO - CENTRO DE TERAPIA CLÍNICO E ONCOLÓGICO S/C LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.327, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

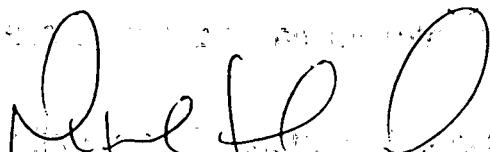
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores NEIDE BATISTA DE ARAÚJO, matrícula nº 2971, e MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES, matrícula nº 2928, como gestora titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 025/99, celebrado entre o Senado Federal e a CLÍNICA DE ALERGIA SÃO JOAQUIM LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



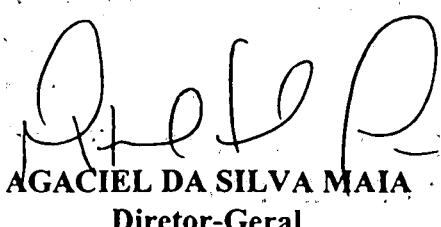
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.328, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 199, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor ANTONIO CARLOS SOARES, matrícula 2002, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Polícia, Segurança e Transporte - Especialidade de Transporte, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.329, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 06601/99-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **RICARDO DE OLIVEIRA CAMPOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

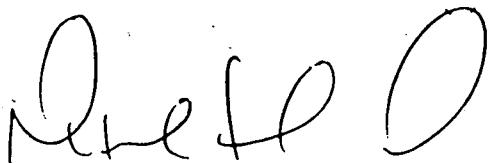
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.330, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 06953/99-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **JANETE DE BRITO PRIETO SAUD** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Osmar Dias.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.331, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº **005.434/99-8**

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **AUGUSTO CESAR BITTENCOURT PIRES**, Consultor Legislativo, Área 1, Nível III, Padrão 42, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma assegurada pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, com as vantagens

previstas na *Resolução SF n° 74, de 1994*, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

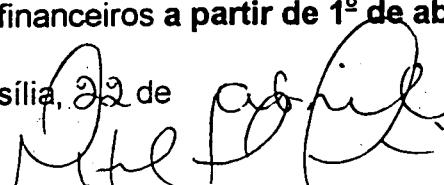
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.332, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor VANDERLEY FERREIRA NUNES, matrícula 3468, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06, de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL, do mesmo Órgão, responsável pelo quarto turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1999.

Brasília, 22 de

de 1999.



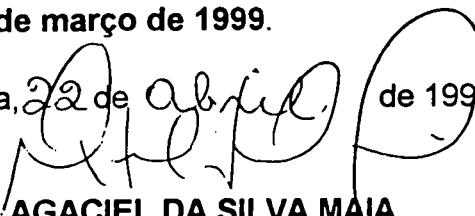
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.333, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor **ELIAS DE ANDRADE REIS**, matrícula 3509, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Gabinete da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Atendimento ao Usuário, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno**, com efeitos financeiros a partir de 30 de março de 1999.

Brasília, 22 de Abril de 1999.

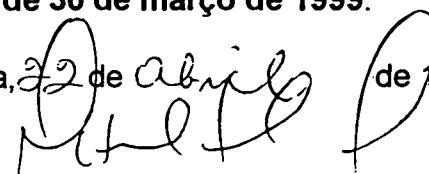

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.334, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor **PAULO ROBERTO PEREIRA BRANDÃO**, matrícula 3225, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Atendimento ao Usuário, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Gabinete da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno**, com efeitos financeiros a partir de 30 de março de 1999.

Brasília, 22 de Abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

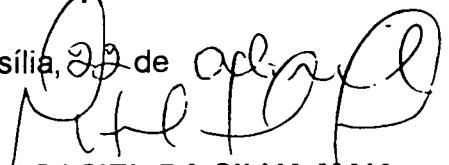
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.335, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora DAGMAR PARAGUASSÚ BASTOS, matrícula 3266, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1999.

Brasília, 23 de

de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

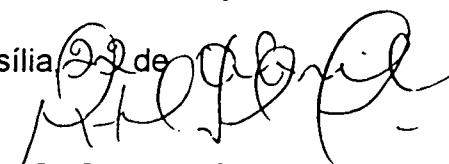
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.336, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora CANDIDA DO AMARAL ALMEIDA, matrícula 3796, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo segundo turno, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1999.

Brasília, 23 de

de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.337, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora DENISE FERREIRA DA CRUZ, matrícula 4002, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo segundo turno, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1999.

Brasília, 9 de abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.338, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora VERA HELENA NUNES FRANCO, matrícula 3430, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC03, de AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1999.

Brasília, 9 de abril de 1999.

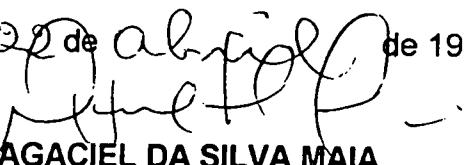

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.339, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora CAROLINA MARIA RIBEIRO SOUZA, matrícula 3810, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04 de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do Serviço de Controle de Almoxarifado, da Subsecretaria de Suprimentos de Matérias Primas, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do Serviço de Controle de Qualidade, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo segundo turno, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1999.

Brasília, 29 de Abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.340, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora GISEUDA ALENCAR PIRES DA SILVA, matrícula 1436, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04 de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, da Subsecretaria de Suprimentos de Matérias Primas, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do Serviço de Controle de Qualidade, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo segundo turno, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1999.

Brasília, 29 de Abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.341, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor EDMAR RODRIGUES DE ALMEIDA, matrícula 3018, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05 de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Manutenção Industrial, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno**, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1999.

Brasília, 29 de Abril de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.342, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor NIDOVAL PINTO DA SILVA, matrícula 1703, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06 de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06, de ASSISTENTE TÉCNICO, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno**, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1999.

Brasília, 29 de Abril de 1999.

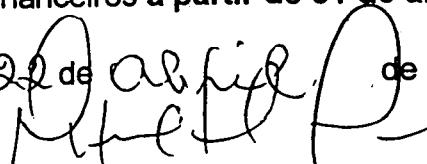

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.343, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor OSVALDO PARAGUASSU LOPES FILHO, matrícula 2632, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06 de ASSISTENTE TÉCNICO, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06, de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo quarto turno, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1999.

Brasília, 29 de Abril de 1999.

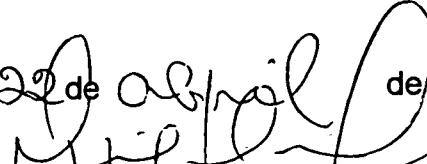

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.344, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora DEBORA MARIA ACHÉ PILLAR, matrícula 3846, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05 de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do mesmo Órgão, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1999.

Brasília, 29 de Abril de 1999.

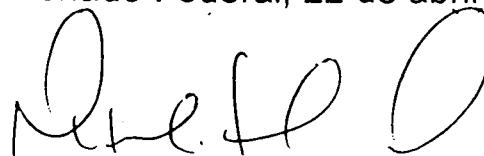

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.345, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor RAIMUNDO NONATO DE MOURA, matrícula 1581, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC06, de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do mesmo Órgão, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1999.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



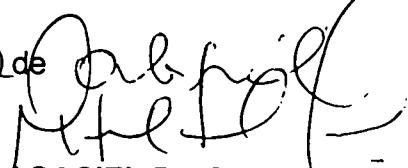
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.346, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Designar o servidor FERNANDO LUIZ VARELA, matrícula 2693, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo segundo turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1999.

Brasília, 29 de Abril de 1999.

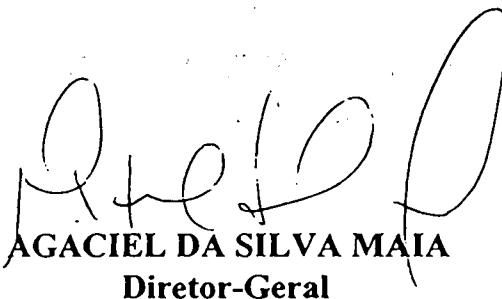

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.347, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006453/99-6,

RESOLVE dispensar a servidora OLGA MARIA PRETTI HAYNES, matrícula 4471, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete da Liderança do Governo, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC05, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino, com efeitos financeiros a partir de 12 de abril de 1999.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.348, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006627/99-4,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO GOIS CELLA, matrícula 3731, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete , Símbolo FC06, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC06, do Gabinete da Senadora Luzia Toledo, com efeitos financeiros a partir de 14 de abril de 1999.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.349, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, e tendo em vista o disposto no Ato nº. 02, de 1999, da Comissão Diretora, e o constante no Processo nº. 6621/99-6,

R E S O L V E

Exonerar, a pedido, a servidora ANNA THEREZA ERNANNY CABRAL, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do

Quadro de Pessoal do Senado Federal, por ter aderido ao Programa de Desligamento Voluntário dos servidores lotados na Representação do Senado Federal na cidade do Rio de Janeiro.

Senado Federal, 22 de abril de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: (Vago)
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)**

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários:
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCÍSCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários:
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal:

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
- VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal 3972)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: FERNANDO BEZERRA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PÉDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGripino	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTAVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. Djalma Falcão	AL	2261/2267
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2211/2217	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Início regular: Quartas-feiras às 14:00 horas

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPIÑO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
 (23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367	2. DJALMÁ BESSA	BA	2351/2317
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPlicy - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*). Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612.

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUIZ TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2211/2217	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA – PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGÀÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2211/2217
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: VAGO

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 10:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
 (17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
PAULO GOMES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Czervalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
 Fax: 311-1060

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
SECRETÁRIO-GERAL: VAGO
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: VAGO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
(*) SENADORES PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - AMIR LANDO
ROBERTO REQUIÃO	3 - MARLUCE PINTO
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1 - JOSÉ JORGE
JORGE BORNHAUSEN	2 - DJALMA BESSA
PSDB	
PEDRO PIVA	1 - ANTERO PAES DE BARROS
ÁLVARO DIAS	2 - LUZIA TOLEDO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
EMILIA FERNANDES	1 - ROBERTO SATURNINO

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

(*) Designação dos Senadores em 13.04.99.

ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS